

**Universidade Estadual de Montes Claros
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS**

Wanderleide Berto Aguiar

“NÃO TÍNHAMOS CONHECIMENTO NENHUM”: a voz ativa e política
das mulheres quilombolas da comunidade Buriti do Meio - Norte de Minas
Gerais

Montes Claros/MG
Março/2016

Wanderleide Berto Aguiar

“NÃO TÍNHAMOS CONHECIMENTO NENHUM”: a voz ativa e política
das mulheres quilombolas da comunidade Buriti do Meio - Norte de Minas
Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS – UNIMONTES, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Anete Marília Pereira
Co-orientador: Prof. Dr. João Dal Poz Neto

Montes Claros/MG
Março/2016

A282n Aguiar, Wanderleide Berto.
“Não tínhamos conhecimento nenhum” [manuscrito] : a voz ativa e política das mulheres quilombolas da comunidade Buriti do Meio – Norte de Minas Gerais / Wanderleide Berto Aguiar. – Montes Claros, 2016.
139 f. : il.

Bibliografia: f. 128-139.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2016.

Orientadora: Profa. Dra. Anete Marília Pereira.

Coorientador: Prof. Dr. João Dal Poz Neto.

1. Mulheres quilombolas – Buriti do Meio – Norte de Minas Gerais (MG).
2. Participação política. 3. Liderança comunitária. I. Pereira, Anete Marília. II. Dal Poz Neto, João. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título. V. Título: A voz ativa e política das mulheres quilombolas da comunidade Buriti do Meio – Norte de Minas Gerais.

Wanderleide Berto Aguiar

Dissertação intitulada **“NÃO TÍNHAMOS CONHECIMENTO NENHUM”**: a voz ativa e política das mulheres quilombolas da comunidade **Buriti do Meio - Norte de Minas Gerais**, autoria de Wanderleide Berto Aguiar, apreciada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Anete Marília Pereira
Universidade Estadual de Montes Claros

Prof. Dr. João Dal Poz Neto
Universidade Federal de Juiz de Fora/Unimontes

Prof^a. Dr^a. Andrea Maria Narciso Rocha de Paula
Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes

Prof. Dr. Rubens Alves da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG

Montes Claros/MG
Março/2016

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto do esforço e dedicação que contou com a generosa contribuição de algumas pessoas imprescindíveis na minha vida, as quais estiveram comigo neste caminhar.

Agradeço a minha amada família, em especial, a minha adorada mãe Maria Madalena, minha eterna gratidão pelo apoio e, além disso, pelo seu imensurável amor.

Ao meu pai José que não está aqui para viver esse momento especial da minha vida, mas tenho certeza de que onde estiver está vibrando por essa vitória.

As minhas amadas irmãs, Jucilene, Cleidiane, Andréia, Doriana, Lucineide e Neide, tão essenciais quanto o coração que bate dentro de mim.

Aos meus irmãos, Edmilsom, Eronides, Nilton e Nidiomar, pelo companheirismo.

Aos cunhados e cunhadas pelo apoio de sempre.

A todos os sobrinhos, especialmente Milena que, no momento da escrita, atuou como um anjo da guarda tentando me deixar o mais confortável possível... Pela água, café e sucos servidos.

Ao Quilombo Buriti do Meio, em especial às mulheres pelas quais guardo um sentimento peculiar, pois, sem a contribuição de todas elas, não seria possível a realização deste trabalho.

Aos colegas de curso, em especial Ludiana, Queite, Wesley e Ana Flávia, pelos diálogos e conversas que de alguma forma contribuíram para construção desta pesquisa.

Aos professores e servidores do PPGDS, em especial Fernanda Tavares e Vanessa Camilo, pelo apoio no cumprimento das atividades acadêmicas e na participação nos encontros científicos.

Aos meus orientadores, Anete Marília Pereira e João Dal Poz Neto, pelo suporte no pouco tempo que lhes couberam, pelas correções e incentivo.

Agradeço a CAPES, pelo importante financiamento para realização da pesquisa, no provimento da bolsa.

E, por fim, meu agradecimento a Deus pelo dom da vida, por caminhar comigo trazendo luz às minhas conquistas.

“Eu também sou vítima de sonhos adiados, de esperanças dilaceradas, mas, apesar disso, eu ainda tenho um sonho, porque a gente não pode desistir da vida.”

(Martin Luther King)

“Maria, Maria, mistura a dor e a alegria/ Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça / É preciso ter sonho sempre / Quem traz na pele essa marca / Possui a estranha mania de ter fé na vida.”

(Milton Nascimento)

RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar a participação política das mulheres na comunidade Buriti do Meio e a possibilidade de empoderamento, buscando revelar as suas estratégias para liderança interna. Para tornar possível a realização deste trabalho, lançou-se mão do método etnográfico com observação participante, entrevistas semiestruturadas e revisão bibliográfica. Tendo em vista as estratégias de luta e o despertar para política das mulheres no contexto regional, este trabalho procurou evidenciar quem são essas mulheres que lutaram pelo reconhecimento como grupo pertencente às raízes africanas e, por sua vez, passivo de direitos específicos. Vale sublinhar que na contemporaneidade ocorre a hegemonia feminina dentro da dinâmica social, as relações de poder operacionalizadas no interior do grupo perpassam a vida familiar e comunitária. Essas mulheres, desde o início de 2000, têm travado diversas lutas com os poderes municipais, transcendendo para os âmbitos estaduais e federais. A história da comunidade é marcada por uma trajetória de luta e resistência e foi por mãos da agência feminina que ela começou a galgar tempos melhores. Há que ressaltar o protagonismo dessas mulheres que, atualmente, têm cumprido um importante papel na organização sócio-política, seja na luta por direitos, ou na luta histórica da comunidade. Elas não só administram suas vidas, mas também toda a coletividade. Interessa-se, portanto, com este trabalho contribuir para a compreensão de como os sujeitos desse grupo organizam seu cotidiano comunitário. Pretende-se que esse debate auxilie no entendimento de quem são essas mulheres, mães, trabalhadoras e quilombolas, atualmente inseridas no campo norte mineiro.

Palavras-chave: Mulheres quilombolas; participação política; liderança comunitária; Norte de Minas.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the politic participation of women in Buriti do Meio community and the empowerment possibility searching to reveal its strategies for internal leadership. To make possible the realization of this research was used ethnographic method with participant observation, semi-structured interview and literature review. Bearing in mind the battle and to awake for policy strategies of women in regional context the study focused on showing who are these women that fight for recognition as a group who belongs to the African roots and on the other hand individuals usage rights. It is important to emphasize nowadays occurs the female hegemony in social dynamic of Power relations executed inside the group pass by community and familiar life. These women since 2000 have had many fights with the municipal government reaching state and federal ambit. The history of the community is marked by a battle and resistance way and the women took the initiative to look for and jump over better times. It should be noted that, the importance of these women, at this moment they play important part of socio political organization in the fight for rights as well in the historical community battle. They do not manage their lives only, but all of community group. Thus, interests with this research to contribute to the comprehension as the subject of this group organize their community daily. Intend this discussion help in the understanding who are these women, mothers, workers and quilombolas, nowadays inserted on the north of Minas Gerais field.

Keywords: Quilombolas women; politic participation; community leadership; North of Minas/Brazil.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Norte de Minas Gerais	___	41
MAPA 2 – Comunidades e Territórios Quilombolas Autoidentificados em Minas Gerais	_____	44
MAPA 3 – Localização Comunidade Quilombola Buriti do Meio	_____	63

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Posto de Saúde da Comunidade Buriti do Meio	65
FIGURA 02 – Mangabeira	66
FIGURA 03 – Pequizeiro	66
FIGURA 04 – Jovens da Comunidade	67
FIGURA 05 – Dança Típica da Comunidade	68
FIGURA 06 – Festa de São Geraldo	68
FIGURA 07 – Igreja Católica	70
FIGURA 08 – Igreja Cristã do Brasil	70
FIGURA 09 – Cerca de pedra feita pelos primeiros moradores da comunidade	73
FIGURA 10 – Aglomeração de casas por grau de parentesco	74
FIGURA 11 – Aglomeração de casas por grau de parentesco	74
FIGURA 12 – Prédio da Associação Comunitária da Comunidade	79
FIGURA 13 – Cisterna de Polietileno do Programa Água para Todos	82
FIGURA 14 – Escola Estadual Passagem Funda	84
FIGURA 15 – Quadra da Escola	84
FIGURA 16 – Ônibus Escolares para transporte de estudantes	84
FIGURA 17 - Ônibus Escolares para transporte de estudantes	84
FIGURA 18 – Crianças da Comunidade	86
FIGURA 19 – Faixa Projeto da Comunidade	86
FIGURA 20 – Artesã D. Maria das Neves modelando o barro	89
FIGURA 21 – Placa de implantação de projeto na comunidade	90
FIGURA 22 – Veículo para transporte do artesanato	91
FIGURA 23 – Artesanato em argila	91
FIGURA 24 – Apresentação das mulheres do quilombo	98
FIGURA 25 – Dança de S. Gonçalo	102
FIGURA 26 – Dança da Retirana	102
FIGURA 27 – Batuque da Líder Comunitária	104
FIGURA 28 – Dona Maria das Neves na arte do barro	104
FIGURA 29 – Rosimeire – Artesã	105
FIGURA 30 – Artesanato arte local	105
FIGURA 31 – O saber fazer das mulheres do quilombo	107

FIGURA 32 – Tânia – Ativista Política _____	111
FIGURA 33 – Dona Maria das Neves _____	111
FIGURA 34 – Comemoração Dia da Consciência Negra _____	115
FIGURA 35 – Joana – Ex-presidente Comunitária _____	117
FIGURA 36 – Tânia e Geralda _____	123
FIGURA 37 – Flávia – Agente Comunitária _____	123

LISTAS DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CECS	Centro de Estudos de Convivência com o Semiárido
CEDEFES	Centro de Documentação Eloy Pereira da Silva
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FBB	Fundação Banco do Brasil
FCP	Fundação Cultural Palmares
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFC	Instituto Novas Fronteiras de Cooperação
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MNU	Movimento Negro Unificado
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PBF	Programa Bolsa Família
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RASEAM	Relatório Anual Socioeconômico da Mulher
RDS	Reservas de Desenvolvimento Sustentável
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPPRIR	Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UHI	Usina Hidrelétrica Irapé

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Método e prática etnográfica	19
CAPÍTULO I - COMUNIDADES NEGRAS: A RESSIGNIFICAÇÃO DO SUJEITO QUILOMBOLA E AGÊNCIA DA MULHER NEGRA	39
1.1 Quilombo no Norte de Minas: Questões Territoriais	39
1.2 A Agência das Mulheres Negras e Quilombolas: Articulando um Caminho Possível	49
1.3 Mulheres Quilombolas: Participação e Liderança	57
CAPÍTULO II - O QUILOMBO BURITI DO MEIO	62
2.1 Buriti do Meio: Uma etnografia da vida social local	62
2.2 O surgimento da comunidade Buriti do Meio: Trajetórias de vida	71
2.3 O reconhecimento constitucional do Quilombo: Da inclusão a visibilidade	75
2.4 Refazendo a vida no quilombo: Mudanças e novas perspectivas	78
CAPÍTULO III - PARTICIPAÇÃO E POLÍTICA: A INSERÇÃO SOCIAL DAS MULHERES NA LUTA COTIDIANA NA COMUNIDADE BURITI DO MEIO	93
3.1 Gênero e Poder: Vínculos e Práticas	94
3.2 O fazer da vida: o cotidiano, trabalho, artesanato, a família	102
3.3 Agência Feminina na articulação política: O Papel da Liderança do Quilombo	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe discutir o protagonismo das mulheres quilombolas, focalizando a atuação política, bem como a liderança desenvolvida por elas na comunidade. É sabido que a população negra tem marcado a historicidade brasileira pelo seu papel efetivo na formação social do país e para o seu desenvolvimento. Nesse aspecto, torna-se como tema central desta pesquisa percorrer os aspectos políticos e culturais, explorando as experiências das mulheres negras e quilombolas nos debates municipais, estaduais e federais em busca de melhores condições de vida.

Ao fazer um resgate histórico da garantia dos direitos referentes à comunidade, em especial a participação das mulheres negras, percebe-se que os resultados alcançados por essas foram conquistados em pouco intervalo de tempo. Quando o grupo feminino passou a se responsabilizar pelas questões comunitárias, dando um passo para a visibilidade social, veio o reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo.

Não há como pensar a história, o presente e o futuro, sem considerar a importância da trajetória de resistência e intensas lutas dos afro-brasileiros, sejam eles rurais ou urbanos, para que seus direitos civis, políticos e sociais fossem implementados e efetivados. Por mais que o Brasil seja uma nação formada por várias etnias e culturas, não se pode desconsiderar o ocultamento das características desses grupos em decorrência do regime escravocrata e senhorial que limitou a população de cor às formas de sociabilidade e de vida integrada. Devido à dinâmica ocorrida na sociedade brasileira, Florestan Fernandes (1978) pontua que a população de cor sofreu impacto destrutivo e enfrentou uma longa e intensa fase de desorganização social. Para ele, “esses fenômenos contribuíram, decisivamente, para agravar os efeitos dinâmicos desfavorável da concentração racial da renda, do prestígio social e do poder” (FERNANDES, 1978, p.457).

É a partir desse percurso de representações da luta e da resistência que as comunidades quilombolas negras rurais, conhecidas atualmente como remanescentes de quilombos, têm-se organizado politicamente, reivindicando direitos negados durante sua história. Historicamente, suas condições de vida estiveram estritamente ligadas a um passado escravista de violação de direitos, cujo exemplo pode-se referir, dentre eles, ao direito a terra.

Nesse sentido, convém lembrar que, na história do Brasil, encontram-se diferentes nomeações alusivas a quilombos, os quais ao longo da trajetória foram classificados de mocambos, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades negras rurais, comunidade de terreiro, população afrodescendente, dentre outras. São classificações que

demarcam grupos sociais diferenciados, cujos ancestrais foram transportados da África para o Brasil durante o período colonial, resistiram à condição de opressão, rebelaram-se contra o sistema escravista e procuraram construir nos territórios isolados de difícil acesso seus modos de vida.

Articular o saber literário juntamente com a pesquisa *in loco* na perspectiva de adentrar o espaço quilombola, em especial, contextualizar o protagonismo da mulher negra quilombola que representa a realidade social, cultural e histórica do quilombo Buriti do Meio é de suma importância, pois seus costumes, as religiões, as tradições, a cultura, a união desses elementos deu origem à identidade brasileira. Investir em estudos, pesquisas e projetos direcionados para as populações menos conhecidas ou excluídas, como têm sido vistas as comunidades remanescentes de quilombo, é proporcionar uma maior discussão sobre esse assunto, bem como contribuir para notabilizar as histórias percorridas por essas pessoas aqui destacadas e que pela trajetória memorial foram silenciadas.

Nesse quadro, trazer à luz a questão do posicionamento das mulheres quilombolas da comunidade Buriti do Meio situada, no Município de São Francisco, no Norte de Minas, é de extrema relevância para se chegar a um entendimento sobre as relações internas desse específico grupo. Procurou-se, com este estudo, percorrer a trajetória das mulheres negras e perceber nas suas dinâmicas as possíveis contribuições no contexto da luta política que até então era desconhecida, silenciada e invisibilizada.

Diante disso, apresenta-se a necessidade de compreender a história de vida da comunidade, ressaltando as conquistas e as estratégias dessas mulheres que enfrentaram os desafios, possivelmente, surgidos em seus caminhos. Um desses desafios para essas mulheres hoje é a manutenção das raízes dos seus ancestrais, seja para o aperfeiçoamento e fortalecimento da identidade do grupo, seja para a sustentação e formação do grupo.

É nessa perspectiva que o presente estudo ganha relevo, objetivando compreender as relações de poder e contribuir na reflexão acerca da ação política dessas mulheres e seu envolvimento no processo de liderança na Comunidade Quilombola Buriti do Meio no Norte de Minas Gerais. Busca-se, dessa forma, entender a posição social dessas mulheres na comunidade onde vivem. É válido mencionar que o papel que elas vêm cumprindo no seu meio social denuncia a marca de gênero na comunidade em que a inversão de posição ocorrida nas suas relações vai contra os discursos que a sociedade impõe; logo, os efeitos de gênero na comunidade e suas implicações desconstruem a ideia de que homens e mulheres têm posição definida a ser ocupada na estrutura social. A inserção das mulheres no quadro político tenta romper com essa compreensão, essas mudanças englobam a categoria gênero

sob a perspectiva de que os sujeitos são constituídos de suas experiências e vivências que, por sua vez, são engendradas histórico-culturalmente e não dadas pela natureza.

Assim, Scott (1995, p. 86) afirma que “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”, sendo que as relações de poder desenvolvem-se nas relações sociais. Por isso que a questão de gênero torna-se aqui um conceito fundamental para entender a problemática das mulheres e sua ação política local. Busca-se destacar a luta das mulheres pelo reconhecimento como sujeito quilombola, como bem visto na região onde está localizada a comunidade, cuja capacidade de articulação e a coragem dessas são um ponto de destaque, pois, elas atuam ativamente com intuito de retirar a comunidade das condições precárias em que vivia.

Assim, para dar seguimento a essa discussão, este estudo teve como intenção principal entender a trajetória de luta das mulheres negras e quilombolas que são marcadas por processos históricos de luta e resistências culturais. Dessa maneira, apresenta-se como problema para nortear a análise uma indagação com o intuito de conferir quais foram as estratégias de lutas que essas mulheres criaram para sua visibilidade social que transcenderam fronteiras regionais.

A partir dessas questões apontadas, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar a participação política das mulheres na comunidade Buriti do Meio e a possibilidade de empoderamento, buscando revelar as suas estratégias para a liderança interna.

Em termos de objetivos específicos pretendeu-se: compreender a organização feminina no processo político e seu impacto nas relações do grupo; averiguar o empoderamento das mulheres de Buriti do Meio na comunidade e com a sociedade envolvente; verificar como as mulheres constroem sua identidade através das relações estabelecidas em torno das relações de poder; analisar o papel e a influência da mulher no processo de tomada de decisões dentro da comunidade.

Nesse sentido, ao mergulhar na trama social, percebeu-se que lentamente essas mulheres foram inseridas nas questões políticas da comunidade. Dessa forma, a busca por reconhecimento como povo remanescente de quilombo possibilitou a ampliação das condições de autonomia pessoal e autossustentação das mulheres; hoje, com as experiências adquiridas, elas vislumbram dias melhores para a comunidade.

Portanto, é por saber da dinâmica dessa comunidade que se optou por aprofundar o entendimento a respeito da forte representação feminina no comando da coletividade e seu cenário de lutas e reivindicações. Há uma presença marcante da figura feminina na

comunidade, visto que é intensa a participação dessas mulheres quilombolas na construção do processo de reconhecimento.

Com o reconhecimento, a organização da comunidade de Buriti de Meio evidenciou o domínio das mulheres nesse espaço. Um processo no qual se faz necessário entender quem são essas mulheres quilombolas que tiveram suas vidas transformadas ao sair do domínio privado para a vida pública.

A pesquisa teve como pilar fazer uma análise sobre a participação dessas mulheres na sua comunidade; participação que foge do padrão discursista o qual historicamente foi difundido, em que emprega à mulher menos prestígio social, atribuindo maior relevância ao papel masculino, ou seja, as questões públicas são literalmente da ordem do macho, e faz entender que os sujeitos são construídos nas suas práticas, nas suas ações e não em um determinismo biológico.

Esta pesquisa é resultado do interesse em aprofundar as questões que norteiam as perspectivas de gênero, buscando adentrar esses enlaces junto à comunidade quilombola Buriti do Meio, que se apresentou como um campo social, cuja realidade vivida cotidianamente entre homens e mulheres vai de encontro ao *status quo* que a sociedade ocidental tem reproduzido para ambos os sexos.

No primeiro contato com as pessoas da comunidade, principalmente com o grupo de mulheres, que foi o interesse principal desta dissertação, foi necessário um esforço para compreender e atentar para o impacto na reprodução social dessa coletividade. Dessa forma, tem-se em mente que toda interpretação da realidade é movida por determinações sociais, históricas e espaciais de quem interpreta, assim a compreensão da realidade pelo observador pode ser tida, em grande medida, como dependente das particularidades desse observador (CHEVARRIA; GOMES, 2013).

Portanto, para representar a realidade construída nesse ambiente de pesquisa, essas mulheres quilombolas foram acompanhadas por um ano e, com elas, estabeleceram-se constantes diálogos que proporcionaram um olhar diferente diante da realidade difundida em uma sociedade na qual o papel da mulher é centrado na sua natureza. E para desvendar as tramas existentes no interior das relações sociais desse grupo teve-se que usar uma das mais importantes ferramentas do pesquisador, o olhar e o ouvir que, para Oliveira (2006), complementam-se e servem como duas muletas que permitem caminhar, ainda que tropeçadamente na entrada do conhecimento. Ao olhar e ouvir ao mesmo tempo, as mulheres quilombolas serviram de base para compreender o que está além do implícito e do visível.

Vale dizer que apreender a problemática do sujeito desta pesquisa e ao mesmo tempo fazer parte dessa identidade fez abrir um leque de compreensão da realidade. Dessa forma, foi com esse “ímpeto de conhecer que o ouvir, complementando o olhar, participa das mesmas pré-condições desse último, na medida em que está preparado para eliminar todos os ruídos que lhe pareçam insignificantes” (OLIVEIRA, 2006, p. 21).

O Quilombo Buriti do Meio é uma comunidade negra rural situada à margem direita do médio Rio São Francisco, faz parte do município de São Francisco, no Norte de Minas Gerais, e possui aproximadamente 56.423 mil habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015). Nos dados do último censo divulgado em 2010 do Município de São Francisco, constava como população residente na área rural 19.624 habitantes. No que se refere à renda da população rural, o Instituto afirma que o valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes da área rural na qual está inserido o quilombo Buriti do Meio possui uma renda *per capita* de R\$183,25 (Cento e oitenta e três reais e vinte cinco centavos) por domicílio (IBGE, 2010).

Como reflexo da problemática que envolve a população negra deste país, a comunidade tem buscado o Estado-nação pela efetivação dos seus direitos e, concomitante a isso, pelas políticas públicas para a melhoria na qualidade de vida de todos da coletividade. Atualmente a comunidade é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como sendo pertencente aos remanescentes de quilombo. Hoje a população se reconhece como negros quilombolas como também são conhecidos na região como grupo que tem uma cultura diferenciada dos demais grupos quilombolas pela produção dos artesanatos, pelas manifestações culturais que simbolizam os traços da cultura afro-brasileira. Dentre muitos fatores que particularizam essa região, em meio a muitas outras comunidades rurais do Norte de Minas, Buriti do Meio é reconhecida pelo trabalho de produção dos artefatos de barro que se evidenciam como um símbolo original dessa.

Há que ressaltar que os moradores residentes na comunidade têm lidado com o novo processo de reconstrução identitária, característica das comunidades quilombolas, constata-se nesse grupo a afirmação deles como povo que legitima essa identidade por possuir um diferencial dos ‘outros’ que, por sua vez, implica a construção de discursos de autoafirmação étnica, que se baseiam num passado vinculado à escravidão. Essa questão pode ser verificada nos relatos dos moradores que se reconhecem como negros e descendentes de escravos. Tanto é assim que reportam aos seus avós, bisavós, como também remontam ao passado histórico do quilombo, destacando assim o processo da escravidão.

Portanto, afirmar a identidade do ser quilombola aqui tal como é,

[...] significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder (SILVA, 2000, p. 82)

É sob essa noção de originalidade que a pesquisa revelou as diferentes experiências das mulheres quanto à divisão sexual do trabalho. São mulheres trabalhadoras que ocupam seu dia a dia na produção das cerâmicas de barro; elas produzem, negociam suas artes, gerenciam seus recursos, seus lares e, mais recentemente, como articuladoras políticas. Todos esses tópicos verificados manifestam um possível empoderamento das mulheres quilombolas, na perspectiva de estudiosos como Lisboa (2008), que reconhecem o empoderamento, do qual o movimento feminista se apropria: é o poder que proporciona a afirmação, o reconhecimento e a valorização das mulheres, como tem sido uma pré-condição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres.

Nesse aspecto, o poder caracteristicamente coloca em xeque as relações patriarcais, em especial as relações ocorridas no seio familiar, o poder dominante dos homens e a manutenção e perpetuação dos privilégios de gênero. Todas as formas de poder dadas às mulheres implicam importantes mudanças nos processos e nas estruturas que produzem e reproduzem o lugar de inferioridade social da mulher como gênero.

Nessa direção, viu-se que na comunidade houve uma reconfiguração nas relações sociais de gênero, visto que essas dinâmicas socioculturais que predominavam séculos atrás no contexto da comunidade, assim como nas relações familiares brasileiras – urbanas ou rurais – foram sendo transformadas, passando a ter novos arranjos sociais, cuja centralidade não está presente, muitas vezes, na figura masculina, mas permeia um novo cenário de mudanças, em que setores excluídos da população, destacando assim a mulher, tornam-se, no atual contexto, uma força crescente no processo de transformações sociais, econômicas, culturais e políticas. Essas mudanças também se fazem presentes no âmbito do quilombo Buriti do Meio, tal fato se deve à ação das mulheres e seu empenho para tirar a comunidade da invisibilidade e do seu estágio de pobreza.

Dessa forma, esse novo direcionamento que tem feito parte da vida de tantas mulheres pelo mundo todo, como também desse específico grupo, significa uma modificação na dominação tradicional que os homens têm em relação às mulheres. Essas mudanças lhes asseguram uma maior autonomia no controle de seus próprios corpos, da sua sexualidade, até

mesmo o direito de ir e vir, como também rejeitar qualquer tipo de abuso, seja ele físico ou mental.

Nesse cenário de discussão de empoderamento, León (2000) aponta para esse termo como um processo educativo em que as pessoas, individual ou em grupo, vão conseguindo uma maior consciência crítica sobre a cultura de poder e como esse poder, moldado pela cultura, é instituído de diversas formas na sociedade, em geral entre mulheres e homens. Para a autora, o empoderamento possibilita o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos, assim, o efetivo exercício do poder e a autonomia de decidir sobre sua vida elevam a autoestima, proporcionam confiança e conhecimento para participar dos espaços de poder.

Todas essas afirmativas favorecem a ocupação da esfera pública, assim como o fortalecimento do poder de fala. Em suma, esse conceito confirma a mobilização e organização das mulheres na sociedade, propondo suas demandas para o Estado, em busca de melhores condições de vida e do cumprimento de políticas públicas direcionadas para as mulheres, numa perspectiva de desenvolvimento e transformação social. É com esse olhar que se focalizou a Comunidade Buriti do Meio, como *locus* da pesquisa, retratando a trajetória de vida da coletividade, especificamente as mulheres que, por meio de sua ação política, têm dado um novo direcionamento à vida social e econômica da comunidade.

Nesse aspecto, pode-se afirmar a indiscutível presença da mulher dessa comunidade como um dos agentes importantes para a articulação política da localidade. Desse modo, mesmo com as reivindicações das mulheres contra a desigualdade e a privação delas no plano público, sempre desempenharam e continuam desempenhando um papel principal de zeladora da família. Para além disso, estudos feministas (ALMEIDA, 2004; SCOTT, 1995; entre outros) têm demonstrado a capacidade das mulheres não somente como cuidadoras de seus maridos, filhos, de todos os seus entes queridos, mas também a inegável faculdade que a mulher tem no poder de articulação, capacidade técnica, administrativa e financeira.

Método e prática etnográfica

O presente estudo foi desenvolvido buscando clareza nos aspectos metodológicos. Procurou-se fazer uma investigação colaborativa sempre respeitando e valorizando as percepções, pontos de vista e experiências das mulheres participantes do estudo, foco principal deste trabalho. Portanto, para tornar possível a realização deste estudo foram tomados como suportes principais alguns recursos metodológicos que melhor se enquadram

com o objeto de pesquisa. Além da revisão bibliográfica, foram utilizados procedimentos de caráter qualitativo como observação participante e entrevistas semiestruturadas.

Por meio do método etnográfico, dispôs-se a fazer uma leitura sistemática do quilombo Buriti do Meio, entendendo que a etnografia como um ramo da Antropologia serve para ampliar o entendimento à determinada realidade social. Assim, Geertz (1978) assegura que essa procura descrever a cultura como todo sistema de valores, normas e crenças e de modelos de comportamentos. Para apreender o que está por trás de determinado contexto social, segundo Geertz, é necessário observar o que os seus praticantes fazem: a etnografia é um esforço elaborado para uma “descrição densa”.

É com esse intuito de descrever a dinâmica da vida local de forma densa da comunidade Buriti do Meio, que se adentrou na trama social deste lugar demonstrando como as pessoas do quilombo se articulam dentro desse espaço; e a observação participante juntamente com as entrevistas possibilitou maior entendimento da realidade local. Esse método, de acordo com Geertz (1978), proporciona ao pesquisador apreender a multiplicidade de acontecimentos e fenômenos que não poderiam ser apreendidos e muito menos percebidos em uma simples comunicação estabelecida entre o pesquisador e entrevistado. Dessa maneira, a observação direta terá um papel fundamental nesta pesquisa, visto que facilitará a compreensão do pesquisador sobre a vida cotidiana do quilombo, principalmente das mulheres – foco central deste estudo.

Observa-se que o método qualitativo tem possibilitado, dentro das ciências sociais, processo de investigação que apreende as subjetividades, os significados, as representações das pessoas e dos grupos. Para tanto, a abordagem qualitativa proporciona e

[...] realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se volve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 244).

Desse modo, a abordagem qualitativa põe em evidência e valoriza a perspectiva dos agentes para uma melhor compreensão, reconstrução e explicação de processos sócio-histórico-culturais. Através da utilização da memória, articulada à história oral, foi possível perceber as tensões, antagonismos, ambiguidades, conquistas, aprendizagens e experiências dessas mulheres. Para isso, fez-se necessária a realização de entrevistas com as mulheres que estão ativamente envolvidas nas questões políticas da comunidade. Acredita-se que a percepção das mulheres entrevistadas que estão envolvidas diretamente com suas questões

foram de suma importância para o entendimento dos vários anseios que moldam a vida da comunidade. Assim, Tompson (1998, p.25) afirma que a “entrevista propiciará, também, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizados”.

Vale dizer que essa mesma comunidade foi base para pesquisa que resultou na construção de estudo monográfico, durante o estudo foram surgindo outros questionamentos que não foram possíveis de ser respondidos ou pontuados naquele determinado momento. Retornar à comunidade para viabilizar o projeto dissertativo resultou mais uma vez em um longo processo de trabalho de campo que se iniciou em dezembro de 2014 estendendo até dezembro 2015. Dessa forma, a construção do trabalho teve como principal suporte empírico, além das entrevistas formais e informais, a observação direta em trabalho de campo realizada durante as festas comemorativas que foram fundamentais para a conclusão da pesquisa. Foram realizadas durante o processo do estudo cinco visitas à comunidade, cada uma com duração de cinco a sete dias.

Para tanto, neste trabalho, utilizou-se o método da pesquisa etnográfica que possibilita fazer investigações que apreendam as subjetividades, as representações de pessoas ou grupos. Foi utilizando dessas particularidades que a etnografia proporciona que o pesquisador penetrou no universo da comunidade investigada para apreender a vida social das pessoas bem como o seu cotidiano voltado para suas ações políticas. Vale destacar que método etnográfico, de acordo com Marconi e Pressotto (1992, p.32), refere-se a aspectos culturais e “consiste no levantamento d

e todos os dados possíveis sobre sociedades ágrafas ou rurais e, na sua descrição, com a finalidade de conhecer melhor o estilo de vida ou a cultura específica de determinados grupos". Durante a pesquisa de campo mantiveram-se longos diálogos com mulheres e homens que residem na comunidade, tentando absorver, a partir das conversas, informações importantes para que, no ato da escrita, etapa final da pesquisa, efetivasse o que foi visto e ouvido como parte do esforço que a etnografia exige do pesquisador.

Desse modo, para facilitar a compreensão da realidade do grupo além da observação diária, entrevistas, também outro componente que se julgou neste trabalho como fundamental para sua cristalização foi a fotografia. Segundo Bulla Júnior (2005), a imagem fotográfica representa a veracidade, pois essa difunde um significado, assim como produz e provoca emoções, fala de alegrias. Logo, utilizar do instrumento da fotografia na pesquisa é de suma importância, pois a imagem ratifica as questões que envolvem o estudo abordado.

Parte-se do pressuposto de que a fotografia consegue atingir outras dimensões interpretativas que a palavra escrita não possibilita alcançar. Assim, de acordo com Dubois (1998, p.30) “o papel da fotografia é conservar o traço do passado ou auxiliar as ciências em seu esforço para uma melhor apreensão da realidade do mundo”.

Tal procedimento metodológico possibilitou uma sistematização melhor dos dados da pesquisa de campo. Assim sendo, as observações, conversas e temas abordados durante as narrativas concedidas pelas depoentes puderam ser interpretados com a devida prudência; obviamente, essas questões pontuadas só foram possíveis devido à compreensão e contribuição de algumas mulheres da coletividade. Foram entrevistados dez mulheres e cinco homens e as entrevistas foram sendo modificadas conforme os diálogos estabelecidos para entender melhor a realidade apresentadas pelas mulheres, como também perceber o olhar dos homens nesse novo contexto na dinâmica local.

A partir desses caminhos metodológicos, a dissertação de mestrado foi construída e se apresenta dividida em três capítulos: no primeiro capítulo, apresenta-se uma discussão histórica das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, situando historicamente a condição do negro na sociedade brasileira que aqui viveu e que ainda vive situações de abandono em decorrência da discriminação e preconceito. Para além, teve-se o cuidado de enfatizar os marcos jurídicos que permearam o direito a terra e ao território dessas comunidades e os seus limites no Brasil, como também refletir as dificuldades que os remanescentes de quilombo encontram com os atos de expropriação territorial, enfatizando a situação dos grupos quilombolas no Norte de Minas Gerais.

No segundo capítulo, foi feita uma descrição geral do espaço físico da comunidade Buriti do Meio. Recorreu-se à perspectiva etnográfica em que se procurou descrever a vivência diária dos membros dessa coletividade, para apreender, no trabalho de campo, seus modos de vida e sua organização social. Para entender o processo de ocupação do espaço geográfico da comunidade utilizou-se da memória coletiva, compartilhada pelos habitantes dos sete grupos locais que estruturam essa comunidade quilombola. Por via desse recurso, procurou narrar o processo de expropriação territorial sofrido no período da modernização da economia brasileira e das transformações do rural em decorrência da modernização conservadora, bem como a trajetória de abandono e sofrimento dessa população negra.

Já o terceiro capítulo deste trabalho concentrou-se na descrição etnográfica, apresentando as conclusões do longo processo da pesquisa. Por meio das falas das lideranças das mulheres quilombolas que apresentaram diferentes leituras, sobre as suas lutas políticas com a sociedade envolvente em busca de melhores condições de vida. O objetivo maior neste

capítulo foi evidenciar a inserção dessas mulheres no processo político em que se tornaram articuladoras políticas da comunidade, dessa maneira a análise centrou nas vivências diárias das mulheres quilombolas e concomitante nas suas ações. Atenta-se para a participação do grupo feminino e suas várias formas de ocupação no cotidiano sejam na esfera doméstica, familiar e pública, essas três áreas destacaram a posição política das entrevistadas na trama social onde vivem.

Por fim, apresentou-se uma análise sobre as mulheres da comunidade, a partir das diferentes participações na vida social, tanto dentro como fora da coletividade. O que ficou evidenciado em muitas questões apresentadas durante suas narrativas nesse aspecto foram as constituições de gênero que, no decorrer da análise histórica, novos arranjos sociais foram sendo mudados e construídos. Para Strathern (2006), o gênero não pode ser entendido, tampouco explicado fora do contexto da sociabilidade. E, finalmente, apresentam-se as considerações finais desta pesquisa.

CAPÍTULO I - COMUNIDADES NEGRAS: A RESSIGNIFICAÇÃO DO SUJEITO QUILOMBOLA E AGÊNCIA DA MULHER NEGRA

Este capítulo trata de duas questões inter-relacionadas, a constituição política das comunidades negras como sujeito de direito e a agência das mulheres negras nas forças sociais vividas interna e externamente. Para tanto, faz-se uma introdução sobre a emergência do direito coletivo das comunidades negras no Brasil. Conforme discutido por Leite (2000, p. 333) “falar de quilombo e dos quilombolas, ainda nos dias de hoje, é falar de uma luta política, por um lado, e de uma reflexão científica em processo de construção, por outro”.

A partir da década de 1970, entra em pauta de discussão a questão quilombola no âmbito nacional em decorrência do novo direcionamento dado às comunidades quilombolas, por grande parte do movimento negro contemporâneo juntamente com renomados intelectuais atuantes como: Abdias do Nascimento, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Kabengele Munanga e muitos outros que foram importantes na tentativa de equacionar a atual situação da comunidade negra no país.

A origem das comunidades negras rurais está intrinsecamente relacionada ao passado escravista do Brasil. Muitas dessas comunidades, atualmente, se encontram em processo de reconhecimento como “remanescentes de quilombos”, sendo aqui impossível nomear todas elas. As comunidades negras rurais de ontem e as comunidades remanescentes de quilombo de hoje formam parte da chamada questão agrária brasileira.

A instituição do direito a terra e ao território para essas comunidades é resultado de um processo de luta política e, substancialmente, de conquistas e reivindicações dos movimentos negros organizados no Brasil. Na década de 1980, o movimento negro começou a atuar junto às comunidades negras rurais nas regiões Norte e Nordeste. Nesse momento histórico no Brasil, vivia-se uma conjuntura política de resgate e valorização da história do negro.

Essa efervescência política resultou na promulgação do Artigo 68 das Disposições Transitórias Constitucionais da Constituição Federal de 1988, que reserva direitos específicos aos “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”. A aprovação do referido artigo levou a inúmeras discussões a respeito de quem seriam esses sujeitos que acabavam de ser incluídos nas normas jurídicas legais, como bem profetizada no dispositivo constitucional. Esse novo artigo se referia aos “remanescentes das comunidades de quilombo” e a partir desse limiar tanto nos movimentos sociais negros como também na própria academia e nos órgãos estatais havia um profundo entendimento de que a questão quilombola deveria ser analisada no meio

do resgate do patrimônio histórico brasileiro.

Assim, o quilombo estava representado como um fenômeno ocorrido no Brasil que havia ficado no passado e que restavam na história contemporânea somente alguns resquícios de sua existência. Tal percepção não condizia com a realidade, pois estava desagregada da questão fundiária das comunidades negras rurais brasileiras. É diante dessas questões que Fiabani (2008) reitera a necessidade de ressemantização do conceito de quilombo, de mostrar que as comunidades quilombolas não representam resquícios do passado. Nas palavras desse autor “o termo quilombo, no sentido de resistência contemporânea, significa uma forma de luta por direitos e não um passado a ser lembrado” (FIABANI, 2008, p. 27).

De acordo com Almeida (2002), o conceito de quilombo foi estabelecido na primeira metade do século XVIII, pelo Conselho Ultramarino em 1740, e permeou toda uma geração de estudos sobre quilombos no Brasil. Nesse aparato, o Conselho Ultramarino descreve quilombo como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem achem pilões nele” (ALMEIDA, 2002, p. 47).

Para o autor, nesse conceito estavam imbuídos cinco elementos: a) a fuga, pressuposto para a formação dos quilombos; b) a quantidade definida de escravos; c) o termo remete o isolamento geográfico a lugares de difícil acesso, distantes dos centros ditos “civilizados”; d) a moradia, que caracterizaria a fixação do grupo no lugar; e) o pilão, símbolo do autoconsumo como objeto identificador da capacidade da reprodução do grupo. Dessa forma, esses elementos como a fuga, o isolamento e a autossuficiência nortearam a compreensão de pesquisadores, do Estado e dos movimentos sociais negros até no final da década de 1980.

Diante do exposto, é extremamente importante retratar a antiga definição de quilombo, por estar imbuída de representações e práticas dos próprios agentes sociais que viveram e construíram seus modos de vida à base de repressão e opressão violenta. Daí a necessidade de relativizar o conceito, que não seja uma leitura calcada apenas na representação jurídica, que sempre direcionou sua interpretação de quilombo como algo que está fora, isolado, bem distante do meio civilizado e da cultura. Almeida (2002) ressalta, ainda, que é preciso criar um novo conceito de quilombo a partir de como os próprios agentes sociais se definem e representam diante dos grupos sociais e agências com as quais mantêm contato.

Nessa perspectiva, o que é relevante para a definição do conceito de quilombo não é como as agências, Organizações não Governamentais (ONGs) ou partidos políticos definem “e sim como os próprios sujeitos se autorrepresentam e quais os critérios político-

organizativos que norteiam suas mobilizações e forjam a coesão em torno de uma certa identidade” (ALMEIDA, 2002, p. 68). Dessa maneira, segundo esse autor, o que vale é como os próprios sujeitos se autoclassificam a partir de suas vivências, dos próprios conflitos e não daquelas classificações proferidas por agentes externos que muitas vezes estão imbuídas de classificações estigmatizantes.

Nesse processo de reestruturação conceitual, destaca-se o importante papel da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), visto que em outubro de 1994 fundou o Grupo de Trabalho centrando suas discussões em torno das Comunidades Negras Rurais, objetivando elaborar um conceito moderno e atualizado para o termo “remanescente de quilombo”. Com esse projeto, os pesquisadores do grupo emitiram um parecer a respeito das comunidades quilombolas estudadas até o referido momento. Em linhas gerais o documento oriundo desse projeto buscou refutar o antigo termo que remetia à ideia de quilombo. De acordo com Leite (2000, p.341), “o termo quilombo não se referia a resíduos arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica”.

Passada uma década, em 2003, a ABA, dialogando com o Ministério Público, redefiniu o conceito de quilombo como sendo “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência, e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado” (FIABANI, 2005, p.12). Em meio a esse contexto, a questão dos quilombos na sociedade brasileira mostra uma enorme complexidade:

Pois tratava-se de considerar não apenas os aspectos referentes à identidade dos negros no Brasil, mas os vários atores envolvidos e os inúmeros interesses conflitantes sobre o patrimônio material e cultural brasileiro, ou seja, questões de fundo envolvendo identidade cultural e política das minorias de poder no Brasil (LEITE, 2000, p. 342).

Na década de 1990, após inúmeros debates e discussões envolvendo o conceito e as perspectivas dos quilombolas, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) lança uma nova atribuição ao termo quilombo, diferente daquela criada pela historiografia no Brasil. De acordo com O’Dwyer (2002), a ressemantização do termo quilombo expressa a necessidade de trazer uma nova concepção para mostrar a situação dessa parcela da população nas diferentes regiões do país. Para essa autora, a concepção de que os grupos negros são aqueles que viviam isolados não se aplica na contemporaneidade. Não se trata de grupos estritamente homogêneos e afastados do convívio da sociedade, como também não se constituem de grupos rebelados, “mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e

na consolidação de um território próprio” (O’DWYER, 2002, p. 18).

Quanto à territorialidade dos grupos quilombolas, outro aspecto que afirma ainda mais suas especificidades é que a ocupação da terra não é feita em lotes individuais, mas com predomínio de uso comum. Os manejos das áreas bem como as atividades exercidas obedecem à sazonalidade, respeitando as diferentes formas de uso e ocupação dos recursos naturais. Dessa maneira, as formas de apropriação e de uso comum dos recursos naturais por essas comunidades são importantes para suas relações, visto que os laços de parentescos e vizinhanças estão fundamentados em relações de solidariedade e reciprocidade (O’DWYER, (2002).

Mesmo com aparato jurídico, as comunidades tradicionais¹, dentre elas os remanescentes de quilombo, encontram-se em situações de conflitos por todo território nacional. De acordo com Martins *et al*:

Apesar dos números de quilombolas e das leis existentes, as políticas governamentais são ineficientes e os conflitos constantes e crescentes. A problemática da invasão das terras quilombolas por pretensos proprietários arrasta-se ao longo dos anos como resultado de uma política fundiária inadequada que permite a grilagem de terras ocupadas pelas comunidades tradicionais, e privilegia o interesse dos grandes grupos econômicos, como empresas madeireiras, siderúrgicas, termoelétricas, fazendeiros, grupos políticos locais e, ainda, por projetos governamentais poucos planejados e que ignoram as especificidades e modo de vida desses povos e comunidades (MARTINS *et al*, 2012, p. 64).

Como bem exposto anteriormente, a dificuldade de aplicação da lei tem gerado conflitos para esse grupo, pela não efetivação do direito reconhecido no corpo da Constituição Federal como também em legislações estaduais e municipais. As comunidades quilombolas, atualmente, vêm enfrentando dificuldades para a efetivação da regularização fundiária dos territórios ocupados. Dessa maneira, garantir o direito à terra a essas comunidades quebra tanto com uma invisibilidade social histórica, quanto demanda principalmente modificações na estrutura agrária brasileira extremamente concentrada.

Fiabani (2008) argumenta que as comunidades negras se encontram em situações desfavoráveis quanto ao direito a terra; os problemas que os quilombos contemporâneos enfrentam vêm de processo de ordem conjuntural e cultural. Segundo esse autor, “havia um entendimento de que a ocupação garantia a posse da terra e, nestes locais, construíram suas

¹ Diegues (2000, p. 18) define comunidades tradicionais ou cultura tradicional como aquelas que estão associadas a modos de produção pré-capitalista, “essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução cultural e social como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos”. Sobre esse tema vide Brandão (2010), Diegues (2001), Toledo (2001), Duprat (2007), Arruda (1999).

histórias” (FIABANI, 2008, p. 28).

Em razão disso, nos dias atuais, muitas das comunidades negras tiveram e têm problemas em relação à documentação da terra. Muitas comunidades atualmente passam por esse processo por não possuir documento comprobatório de suas terras, em vários casos esses foram queimados, extraviados ou mesmo furtados. Devido a essas questões algumas comunidades foram desalijadas de seus territórios de origem e, no momento atual, buscam na Carta Constitucional amparo legal para retornar antigos domínios e legalizar suas posses.

Em seu estudo sobre o acesso dessas comunidades aos direitos constitucionais que os fizeram sujeitos de direitos, Arruti (2003) afirma que, mesmo com recursos específicos a eles destinados, as administrações municipais pouco aplicam na melhoria das condições de vida das populações que vivem em comunidades remanescentes de quilombo.

Vê-se então que as comunidades negras, desde a promulgação da Constituição Federal, têm buscado fazer valer a lei que lhes dá o direito de tratamento especial como remanescentes de quilombo, inclusive a demarcação de seus territórios como forma de regularização fundiária, como proposto na Constituição Federal de 1988. No Artigo 68, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias Federal passou a tratar a população negra como sujeitos de direitos e detentores de direitos constitucionais específicos. Fundamentadas nesses direitos, as populações tradicionais, dentre elas os quilombolas, buscam novos horizontes por meio do processo de reconhecimento de cada comunidade como remanescentes de quilombo.

Dessa forma, procuram viabilizar a regularização dos seus territórios que se encontram, em sua maioria, em mãos de grandes proprietários de terra, como fazendeiros, empresas ligadas à monocultura de eucalipto e, no caso dos quilombos urbanos, a especuladores imobiliários. Esses são alguns dos entraves que impedem a regulamentação dos territórios das comunidades quilombolas, direito já reconhecido como bem apontado no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que se expressa da seguinte maneira “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 2007).

Esse referido artigo é um marco importante para a atuação do Estado junto com as comunidades quilombolas, pois assegurou o reconhecimento da propriedade produtiva aos remanescentes de quilombo. Tal dispositivo, visto como uma marca significativa na história do Brasil, é invocado quando se trata dos direitos das comunidades quilombolas.

É importante destacar outros dispositivos constitucionais que fundamentam os direitos quilombolas, como os Artigos 215 e 216 que contemplam um conjunto de direitos

relacionados aos descendentes afro-brasileiros; neles está estabelecido que é dever do Estado proteger as manifestações culturais. Em especial o Artigo 216 § 5º que reitera: “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscência históricas dos antigos quilombos” (BRASIL, 2007).

Esse artigo inserido no corpo institucional federal é uma tentativa de corrigir a situação negra no Brasil que trava uma luta pela titulação dos seus territórios tradicionalmente ocupados. Partindo do pressuposto de que atender as demandas das comunidades quilombolas é uma forma de incluí-las em um sistema democrático que prima pelo direito, seja ele individual ou coletivo, a posse da terra para esse grupo possibilita a conservação de laços interfamiliares e reafirma sua identidade.

O surgimento de um novo regime jurídico, com a Constituição Federal de 1988, veio com o propósito de proteger pessoas ou grupos de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade. Essa conjuntura foi um dos motivos que atraiu a atenção dos sistemas normativos, tanto internacional como o nacional, na busca por reconhecer os direitos das comunidades quilombolas, que além de sofrerem discriminação racial ainda carecem de efetivas políticas públicas que assegurem os direitos culturais e territoriais que os remanescentes de quilombo continuam a perseguir.

Para efetivação dessas garantias, além dos direitos promulgados pela Constituição de 1988 para os povos tradicionais, o Brasil faz parte dos acordos internacionais com o objetivo de aplicar direitos direcionados ao desenvolvimento de comunidades quilombolas. Um desses acordos começou a vigorar no país a partir da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais. O Brasil, juntamente com mais 16 países, ratificou a convenção, dessa forma, ela tem força de lei no Brasil já que o 2º parágrafo da convenção explicita que “Os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2011).

Nessa acepção, os dispositivos internacionais enfatizaram outros elementos constitutivos da noção de sujeito de direito, possibilitando um novo direcionamento para o alargamento de uma melhor definição do sujeito. Diante dessa emblemática situação, os dispositivos internacionais de proteção dos direitos humanos que consideravam como sujeito apenas na dimensão individual, agora incorporam a dimensão do sujeito coletivo como é o caso da noção de povos e comunidades tradicionais dentre esses, o “remanescente de quilombo”.

Os remanescentes de quilombo, tidos como diferentes, ganham tratamento especial na tentativa de corrigir o abandono e a violência em decorrência da escravidão. A garantia do direito a terra é fruto da mobilização árdua dos movimentos sociais negro. As reivindicações do movimento negro rural, bastante latente no Pará e Maranhão, a partir de 1970, resultaram nas mudanças político-institucionais e administrativas consagradas especialmente com a Constituição de 1988. Marques e Gomes (2013) observam que:

O Artigo 68 abrange ainda uma ampliação do rol de atuação do Estado em relação aos direitos desses grupos, que até então estiveram destituídos de garantias constitucionais positivas, uma vez que foram objetos do direito repressivo durante as fases colonial e imperial. Esta atuação contribuiu para a ampliação da capacidade do Estado no processo de minimização dos padrões de desigualdades sociorraciais. A questão do direito de grupos quilombolas à sua territorialidade permaneceu não tematizado no espaço público geral desde a abolição da escravidão (1888) até a Constituição Federal de 1988 (MARQUES; GOMES, 2013, p. 138).

Diante do exposto, há que admitir a carência do reconhecimento dos direitos e a magnitude de demandas quanto à efetivação plena dos direitos à territorialidade dos quilombolas. Conforme Marques e Gomes (2013), até no período de junho de 2008, a Fundação Cultural Palmares (FCP) identificou 1.209 grupos quilombolas. No entanto, as titulações dos territórios seguem em passos lentos com processos distribuídos por muitas etapas, percebe-se que o número de certificações está a desejar diante da quantidade mínima já titulada, que são: O estado do Pará com 35 titulações, seguido por Maranhão com 20; São Paulo 06; Bahia 02; Piauí 02; Rio de Janeiro 01; Mato Grosso do Sul 01 e Minas Gerais tem 01 titulação, que é a comunidade Porto Corís.

Para via de exemplo, Marques e Gomes (2013) citam as comunidades quilombolas Campinho da Independência (RJ), Rio das Rãs (BA) e Frechal (MA) que, na luta pela regularização da terra ameaçada por fazendeiros, se valeram dos recursos jurídicos até antes da aprovação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. Fato esse que justificou a titulação das terras e também mobilizou setores políticos que ensejaram a garantia constitucional na Carta Magna de 1988. Para além dessa questão, a luta travada por esses quilombolas ganhou visibilidade no âmbito local chegando à esfera de mobilização nacional. O resultado disso foi a criação, em 1996, da Coordenação Nacional de Quilombo – Conaq, na cidade de Bom Jesus da Lapa (Bahia). Essa é uma realidade pequena diante das inúmeras comunidades disseminadas pelo Brasil, sem titulação das terras, embora tenha tido um esforço por parte dos órgãos federais em regularizar as terras quilombolas, mesmo assim o resultado é bastante incipiente, quando comparado ao volume da demanda.

O reconhecimento da identidade dos remanescentes de quilombo no Brasil torna um fator de relevância nacional para a concretização do direito definitivo à posse da terra, portanto, passa a ser obrigação do Estado assegurar esse direito legal, visto que a terra representa para essa parcela da população uma função social útil, pois por meio dela os grupos étnicos manifestam seu poder de organização comunitária, gerencia os recursos no sentido de sua reprodução física e cultural.

Dessa forma, Duprat (2007) corrobora expondo que,

A posse coletiva da terra representa como forma ideológica de imobilização que favorece a família, a comunidade ou uma etnia determinada, em detrimento de sua significação mercantil. Tal forma de propriedade impede que domínios privados venham a ser transacionados no mercado de terras (DUPRAT, 2007, p. 122).

Diante disso, é necessário que a sociedade em geral torne sabedora da problemática negra e chame a atenção para a importância que o território tem para os remanescentes de quilombos, uma vez que esse simboliza não meramente uma autossustentação, mas, além disso, o território concretiza uma rede de sociabilidade entre o grupo, que garante a reprodução física, social, econômica e cultural.

Vale aqui sublinhar que a negação em reconhecer os direitos à população negra já começava desde a época colonial. Leite (2000) destaca que a primeira Lei de Terras, escrita e lavrada no Brasil em 1850, excluiu os africanos e seus descendentes do processo da posse da terra. A partir de então, os negros foram expostos ao racismo e violência no território nacional e com isso aos poucos foram sendo expulsos dos lugares que escolheram para viver. Essa violação de direitos era tamanha, mesmo aqueles que possuíam a terra através de compra ou herdada de antigos senhores por meio de testamento lavrado em cartório, que ainda assim tiveram suas terras expropriadas.

Nesse sentido, O'Dwyer (2002) aponta que a não resolução do problema da terra para os ex-escravos pós-abolição culminou em conflitos de formas diversas, resultando em marginalização de grupos sociais. Esse segmento da população não fazia parte das prioridades das políticas do Estado. Segundo a autora, esse problema decorreu “por não terem sido feitas reformas na estrutura agrária, não havia instrumento para contemplar a questão das posses camponesas” (O'DWYER, 2002, p. 65).

Fernandes (2000) tem a mesma concepção de O'Dwyer ao referir que ao longo da história do Brasil, os camponeses, bem como todos os trabalhadores, foram mantidos à

margem do poder, mediante o uso da violência, assim não foram incluídos nos projetos nacionais, pelo contrário, eram vistos como empecilhos que precisavam ser removidos.

Em decorrência disso e por falta de uma política que lhes assegurasse direitos, desde então os africanos e seus descendentes vivem à margem da sociedade brasileira sem espaço para produzir e reproduzir, como é o caso das comunidades quilombolas contemporâneas que lutam pelos seus territórios ancestrais. Apesar das dificuldades que encontra a população negra pela garantia de direitos o que vem ocorrendo nos últimos anos é a expressiva luta pela terra. A lei de terra de 1850 não criou condições para que os negros pudessem permanecer nos seus territórios, pelo contrário, tiraram-lhes o direito de posse territorial. Assim, as comunidades quilombolas encontram-se em meio à promessa e à concretização do direito às suas terras e desprotegidas por sua condição invisível ao estado brasileiro. Ao quilombo foram deixadas as constantes sobrecargas do racismo do estágio de vulnerabilidade e pouquíssima certeza quanto ao processo no acesso às suas terras.

A falta da titulação das terras em que viviam os grupos tradicionais, como os quilombolas, configurou na mais grave e atual marginalização social, política e econômica, impedindo de se desenvolverem cultural e socialmente. Especificamente os quilombolas, a situação revelada até agora pela história brasileira mostra o grau de abandono quando se analisa o baixo acesso à educação, saúde e saneamento básico, bem como a falta de uma renda digna que implique em uma boa qualidade de vida. Apesar de haver, hoje, instrumentos legais inseridos na constituição e legislação federal, em algumas constituições e legislações estaduais, o reconhecimento de domínio dos territórios quilombolas avança vagarosamente, devido à lentidão dos processos burocráticos de regularização desses. Diante do exposto, há que assinalar a imprescindibilidade de serem efetivados esses instrumentos legais no ordenamento jurídico com vistas a sedimentar e garantir os direitos das comunidades quilombolas à suas terras e às políticas públicas instituídas a seu favor.

Assim, no documento do Programa Brasil Quilombola, consta-se que:

A luta contemporânea dos quilombolas pela implementação de seus direitos territoriais representa o reconhecimento do fracasso da realidade jurídica estabelecida pela “Lei das Terras”, que pretendeu moldar a sociedade brasileira na perspectiva da propriedade privada de terras. A noção de terra coletiva, tal qual são pensadas as terras de comunidades quilombolas, desestabiliza o modelo de sociedade baseado na propriedade privada como única forma de acesso e uso da terra. A incorporação no Estado da perspectiva privada da terra exclui vários outros usos e relações com o território, tal como o dos povos indígenas e das comunidades quilombolas (BRASIL, 2007, p. 12).

A forma como a escravidão chegou ao fim sem nenhum projeto concreto de inserção social do negro aos benefícios da sociedade retirou a chance do direito fundiário das comunidades negras. A concentração histórica das terras no Brasil atinge diretamente essas comunidades, que possuem uma relação com a terra que transcende a mera questão produtiva. Igualmente como acontece com os povos indígenas, a terra para os quilombolas extrapola simplesmente um bem econômico. Para esses grupos terra e identidade caminham juntas e, a partir delas, são constituídas as relações sociais, econômicas, culturais e são transmitidos bens materiais e imateriais. Nessa perspectiva, as garantias presentes na Constituição Federal e demais instrumentos legais objetivam dar maior equidade no acesso a terra no país. Dessa maneira, o direito aos territórios das comunidades quilombolas, dos povos indígenas e demais comunidades deve ser respeitado e implementado.

Nesse sentido, deve-se enfatizar a importância da criação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que além de ampliar, explicita o reconhecimento do Estado Nacional da proteção a outros grupos culturalmente diferenciados também participantes do processo civilizatório da nação, para além dos já reconhecidos por lei, indígenas e quilombolas.

O Decreto Presidencial nº 6.040/2007, que “Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”, vem reafirmar a definição dos povos e comunidades tradicionais bem como garantir o desenvolvimento desses. Para esse Decreto, compreende-se,

- I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;
- II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e
- III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Nessa direção, como visto no decreto citado anteriormente, os direitos instituídos abrangem outros grupos além de indígenas e quilombolas, existem muitos outros que estão incorporados na categoria de povos tradicionais, que também estão num processo de luta e resistência contra a desapropriação de seus territórios. Também outros grupos se valeram de

tratamento específico cujas condições sociais, econômicas e culturais os diferenciam de outros setores da coletividade nacional, tendo todos eles um rol de direitos coletivos.

Ressalta-se que há inúmeros povos classificados como tradicionais, além dos indígenas e quilombolas, como as Quebradeiras de Babaçu, os Seringueiros, os Fundos de Pasto, os Faxinais, os Pescadores, os Ciganos, os Pomeranos e os Caiçaras, entre outros que travam uma luta com o poder público e estatal no cumprimento do direito ao território. Todos esses buscam, por via da lei constitucional, a proteção dos territórios que se constituem num importante elo de continuidade e de identidade do grupo. Na visão de Little (2002), a diversidade que caracteriza os povos tradicionais torna-se um dispositivo capaz de reunir o sentido de pertencimento ao território, de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os vários grupos possuem.

O termo povos ou comunidades tradicionais, na perspectiva de Little (2002), está vinculado a três elementos importantes que são o regime de propriedade comum, sentimento de pertencimento a um determinado lugar específico e a profundidade da história resguardada na memória coletiva. Desse modo, o conceito de povos tradicionais emergiu para incorporar um conjunto de grupos sociais que defendem seus respectivos territórios frente à usurpação por parte do Estado-nação e de outros grupos sociais vinculados ou inseridos dentro do próprio Estado.

Por certo, no momento atual, diversas comunidades tradicionais especificamente as comunidades quilombolas estão vivendo em condições vulneráveis, tendo como consequência sérios problemas no tocante à segurança alimentar e nutricional. Nessa perspectiva, diante de inúmeras comunidades tradicionais, várias delas ainda não dispõem de aparatos jurídico-formais e itinerários técnicos que lhes garantam a regularização territorial.

Assim, enquanto os setores jurídicos não criam condições específicas a todos os povos tradicionais, como é o caso dos quilombolas, as demais descritas anteriormente têm-se valido das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). É uma área natural que assegura as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, das vinte e cinco Reservas Extrativistas, dos Assentamentos da Reforma Agrária, dentre outras modalidades, como forma de manutenção de parte dos seus territórios tradicionais.

Nesse marco, percebe-se a necessidade de definir categorias conceituais, reconhecendo a heterogeneidade dos grupos sociais que possuem suas próprias concepções de apropriação para assegurar seus espaços de vida, nas dimensões de moradia, trabalho e produção. Arruti (2003) expõe, de forma esclarecedora que, no caso dos remanescentes de

quilombo, o reconhecimento como tal tem mostrado uma via importante para garantir suas terras e sua voz política.

Hoje a história pede aos “remanescentes” que eles representem (no sentido político e teatral) o que se supõe ter sido o objetivo heróico dos quilombos, transformados em ícones da luta negra, independente do que a história posteriormente tenha feito daquelas comunidades. Por isso, o reconhecimento como “remanescente”, que para muitas comunidades tem se mostrado uma via importante (algumas vezes a única via) de garantir suas terras e sua voz política, antes de ser um ato natural de identificação do que é dado, ao contrário, as obriga a compreender as transformações operadas na ideologia dominante para que possam aceitar e se adaptar a esses novos papéis. Muitas vezes isso significa fazer opções a partir do que poderíamos pensar enquanto uma “plasticidade identitária” que se abre a outras possibilidades, só então descartadas (ARRUTI, 1997, p. 29).

É nessa batalha que se encontram as comunidades tradicionais, entre essas, os remanescentes de quilombos. De acordo com Giddens (1991), nas comunidades tradicionais, existiria uma valorização do passado, em que símbolos e objetos permanecem porque contêm e perpetuam as experiências de gerações. A tradição é um importante meio de lidar com o tempo e o espaço. Desse modo, qualquer atividade ou experiência particular é inserida na continuidade entre passado, presente e futuro. Esses tempos sociais são estruturados por práticas coletivas, constituídas em ações recorrentes.

Sendo assim, a partir desses elementos, são construídos novos fenômenos que vão ganhando ênfase na esfera pública na tentativa de justificar os atos e ações por parte de setores hegemônicos que têm interesses em determinados recursos naturais, instalando conflitos e transformando radicalmente a vida dos nativos. Essas práticas condicionam e legitimam as estruturas de poder econômico na intenção de prevalecer tais práticas e concepções. Como se tem visto no quilombo São Domingos e Machadinho, localizados na zona rural do município de Paracatu, na região Noroeste de Minas Gerais, que essas comunidades têm sofrido com a prática da mineração. A sobrevivência dessas comunidades está ameaçada em decorrência das atividades de extração de ouro e prata nos arredores e também parte dos territórios. Segundo o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (2008), os moradores relatam que no lugar destruído pela mineração havia construções de pedra feitas pelos escravos, o que indica a existência de um território tradicional dos quilombolas.

Diante disso, fica evidente o quanto fundamental é para o movimento dos povos tradicionais em geral, dentre eles os quilombolas, estabelecer estratégias de reivindicação dos seus direitos, pois há um olhar de indiferença ao desconhecer os seus costumes e tradições.

Nessa perspectiva, quanto mais os grupos dominadores ignorarem as lutas e reivindicações dos grupos minoritários, mais difícil fica quanto à questão da universalização do direito.

Convém sublinhar que as práticas de efetivação e aplicação das legislações nos moldes das políticas públicas e também junto a elas as decisões judiciais, refutam a importância do papel que os povos e comunidades tradicionais representam para a sociedade em geral. O resultado dessa conduta é a violação e a privação na contemporaneidade dos direitos humanos, ocorridas na esfera local, estadual e global.

Pensadores como Bourdieu (2004) chamam atenção para um fator que prepondera nesse campo de discussão, a violência simbólica está inserida em todas as dimensões das esferas públicas governamentais que utilizam desse aparato para legitimar o poder² e com isso assegurar a concretização de atos e leis jurídicas com objetivo de garantir forças no espaço social.

As lutas simbólicas operadas no interior da sociedade e do Estado vislumbram fatos e práticas que os grupos dominantes, dentro dessa fronteira, conseguem manter sua hegemonia no campo e no espaço que, para Bourdieu (2004), são locais motivados pela disputa de objetos e interesses, e o Estado é o canal de legitimação desses interesses, chamado pelo autor de violência simbólica. As ramificações dessa disputa e, principalmente, as implicações das ações dos sujeitos que travam esse embate têm engendrado uma corrente de dominação no campo brasileiro, suprimindo o direito estabelecido em lei aos povos tradicionais, dentre os quais os quilombolas.

Apesar de os desafios serem grandes para os povos tradicionais, os debates em torno das lutas pelo reconhecimento se tornaram intensos nos últimos anos devido à omissão da sociedade civil em reconhecer a necessidade dos quilombolas e povos tradicionais ao direito dos seus territórios e dos recursos naturais. As populações tradicionais mantêm uma relação peculiar com a natureza, através da qual esses povos tiram o seu sustento, garantindo assim a sua sobrevivência e ao mesmo tempo promovendo a manutenção do meio ambiente, aumentando dessa forma sua qualidade de vida.

Little (2002, p. 04) classifica essa forma de lidar com a natureza como de cosmologia, de um grupo em que estão incluídos “seu regime de propriedades, vínculos afetivos que mantêm com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele”.

² Na perspectiva de Foucault (1999), o poder é uma ação que se exerce sobre a ação dos outros, e, portanto, faz parte de todas as relações que os homens vão estabelecendo uns com os outros no seio social. Para esse autor, as relações de poder são constitutivas do humano, e desde que vividas entre sujeitos “livres”, elas sempre vão ser tensionadas pela capacidade de resistência daquele que estiver sendo dominado.

Diante disso, vê-se então as populações entrarem em uma nova dinâmica política para defender os seus territórios que foram invadidos pelos diversos processos de expansão de fronteiras no Brasil, a exemplo do crescimento das fazendas de gado ao Sertão do Nordeste e Centro-Oeste e as frentes de mineração em Minas Gerais e no Centro-Oeste, ambas a partir do século XVIII; como também a expansão da cafeicultura no Sudeste nos séculos XVIII e XIX, dentre outras que ocorreram na história agrária brasileira.

Desse modo, conforme aponta Little (2002), as frentes de expansão, desde então, têm produzido impactos territoriais a princípio aos povos indígenas e aos descendentes de escravos africanos. É possível dizer que diante das constatações das novas frentes de expansão agrícola ocorridas no século XX e a própria frente de expansão desenvolvimentista fomentada pelo Estado, disseminada por todo Brasil, modificou de forma contundente os modos de vida dessas populações. Little afirma que em virtude dessa dinâmica os povos tradicionais foram obrigados a desenvolver novas estratégias para defender os territórios que ocupam.

Assim evidencia que, ao perder a invisibilidade por esses múltiplos processos expansionistas que aos poucos foram invadindo o campo brasileiro e concomitante os territórios dos povos tradicionais com tecnologias industriais de produção, dentre outros instrumentos, vieram à tona problemas recorrentes de violação de direitos. Esses mecanismos inseridos no campo brasileiro em decorrência do fortalecimento de uma ideologia neoliberal “agravaram ainda mais as pressões sobre os diversos territórios dos povos tradicionais, particularmente no que se refere ao acesso e à utilização de seus recursos naturais” (LITTLE, 2002, p. 12).

Desse modo, esses são vítimas do processo de expansão das fronteiras agrícolas e extrativistas da sociedade brasileira que, por sua vez, se vale de uma política com modelo de ocupação do espaço e de uso dos recursos naturais gerador da degradação ambiental e de enormes custos sociais (ARRUDA, 1999). Enquanto para setores do poder econômico, a relação que têm com território bem como com os recursos naturais é meramente econômica, para os povos tradicionais a lógica perpassa um conjunto de regras e valores consuetudinários, regido por teias de reciprocidade em que o parentesco e o compadrio assumem um papel predominante (DIEGUES, 1996).

Paralelo a isso, Diegues (2001) corrobora a afirmação anterior ao apontar para o sistema de manejo dos recursos naturais que os povos tradicionais têm em relação à natureza. O autor explicita o respeito desses povos aos ciclos naturais, a exploração que é feita sempre baseada na capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas, que são fontes de

riquezas e manutenção da reprodução da vida coletiva desses povos. Diegues (2001) toca em um aspecto de suma importância ao definir a postura das culturas tradicionais com seu habitat:

Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais (DIEGUES, 2001, p. 85).

Para essas populações, a terra é um bem precioso, devido a essa ser o canal para a continuidade do grupo, logo a terra passa ser um elemento que propicia condições de permanência do modo coletivo de vida dessas populações. Portanto, o território passa a representar não somente uma dimensão relacional para atividade produtiva, ele é também a continuação “das referências simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo, e os grupos chegam por vezes a projetar nela sua existência” (LEITE, 2000, p. 345).

Para tanto, as comunidades tradicionais consideradas como sujeitos históricos no Brasil, em especial os remanescentes de quilombo, têm enfrentado o poder público, com longos e grandes debates quanto às suas afirmações como sujeito de direito. Segundo apontamentos de O’Dwyer (2011), os remanescentes de quilombo, sujeitos e construtores de suas histórias reivindicam o reconhecimento de direitos sobre as áreas que ocupam, conforme preconiza a Constituição Federal. Dada a trajetória e a discriminação sofrida pelos quilombolas, nessa nova ordem jurídica foi reconhecida que essa população carecia de uma política que lhe amparasse constitucionalmente e que merecia tratamentos especiais.

Essa forma legal e jurídica é utilizada pelos quilombolas como meio de se protegerem e, além disso, de reduzir as pressões econômicas e políticas como se tem bem apreendido pelos trabalhos de campo etnográficos já realizados por todo território brasileiro que se encontra em situação conflituosa.

Os apontamentos feitos quanto à problemática das comunidades tradicionais, sobretudo dos remanescentes de quilombola no Brasil, requerem a aplicabilidade da legislação exposta no texto constitucional, a sua efetivação é uma tentativa de corrigir uma dívida histórica para com os descendentes de escravos.

Segundo Fiabani (2008, p.34) “as comunidades negras rurais lutam pela regularização da terra por elas ocupadas ou reivindicadas. Exigem do Estado a titulação de suas terras e que seja respeitada a territorialidade e a cultura destes núcleos rurais”. Estudos

consolidados no meio acadêmico retratam com precisão a preocupação dos remanescentes de quilombo em se manterem nos territórios onde vivem.

O'Dwyer (2011) mostra, em seus estudos, uma realidade que fez e ainda continua fazendo parte da história do Brasil:

Os episódios de conflito entre membros das “comunidades remanescentes de quilombos” e o corpo especializado do IBAMA que faz uso inclusive da força policial do Estado, segundo os depoimentos, circulam através de uma extensa rede de comunicação social que abrange as “comunidades negras” dos Trombetas e do Erepecuru-Cuminá. Essas situações de conflito obedecem a determinado padrão de ocorrência em que o preconceito racial e a estigmatização dos negros emergem no intercurso da própria ação coatora contra eles. Os eventos assumem então um aspecto dramático, e são contados com o testemunho de “comunidades” inteiras reunidas, homens, mulheres e crianças, como ocorreu por ocasião do meu trabalho de campo etnográfico, principalmente nos anos de 1992, 1993 e 1995 (O'DWYER, 2011, p. 118).

Verifica-se que, a partir desses estudos e vários outros realizados, especialistas evidenciaram mais a questão das comunidades quilombolas existentes no Brasil que viviam reclusas e invisíveis para toda sociedade brasileira. Enumeram-se aqui algumas delas para título de ilustração, Eliane Catarino O'Dwyer, já mencionada anteriormente, em parceria com Associação Brasileira de Antropologia (ABA), publicou o texto “Remanescentes de Quilombos no Brasil” (1995); o livro de Ilka Boaventura Leite intitulado Negros do Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade (1996); como também o estudo de José Jorge de Carvalho sobre o quilombo baiano dos Rios das Rãs (1995). Esses estudos mostraram a realidade das comunidades quilombolas do Sul e Nordeste do país que foram essenciais para o alargamento quanto às questões em torno das perdas de seus territórios, fatos esses bastante latentes, se não em todas, mas em boa parte das regiões do Brasil.

Há que ressaltar a importância do trabalho da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) que, por sua vez, trouxe à tona as diversas situações que as comunidades negras vivenciaram, expondo de forma consistente uma gama de questões que serviram para outras comunidades buscarem a efetivação do território. Lembrando também que isso expôs, para a sociedade e o meio acadêmico, que no meio rural não há uma total homogenia de grupos sociais, pelo contrário, demonstra que a formação social no campo brasileiro é diversa e que esses grupos apresentam elementos significativos para a sua manutenção.

Parte-se do pressuposto de que a identidade étnica, a partir do olhar de Fiabani (2008), torna um mecanismo que identifica, determina o pertencimento e aglutina todos os membros das comunidades negras rurais. Desse modo, a identidade étnica quilombola torna parte significativa para a coesão do grupo e também é um atributo de força política coletiva

para pleitear perante o Estado suas necessidades. Portanto, a identidade das comunidades quilombolas se define pela “experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Trata-se, portanto, de uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados” (BRASIL, 2007, p.11).

Diante disso, no próximo tópico será analisado o universo das comunidades tradicionais, sobretudo, as comunidades quilombolas no norte de Minas Gerais.

1.1 Quilombo no Norte de Minas: Questões territoriais

O Norte de Minas é uma mesorregião do Estado de Minas Gerais, composta por oitenta e nove municípios distribuídos em uma área de 128.454 km² e uma população de 1.610.403 habitantes (IBGE, 2010). Do ponto de vista fisiográfico, nela ocorre o predomínio do clima tropical semiúmido, com secas periódicas, e os biomas do cerrado e da caatinga. É, em grande parte, drenada pela bacia do São Francisco. Do ponto de vista socioeconômico é uma região caracterizada por baixo dinamismo econômico e baixos indicadores sociais.

Há uma predominância de comunidades quilombolas na região em virtude do processo escravista, a maioria delas ocupou a região onde estão localizados os rios Verde Grande e Gorutuba. Conforme o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – Cedefes (2008), esses vales, localizados à margem direita do rio São Francisco não foram povoados pelo colonizador devido à existência dos focos de malária. No entendimento do Cedefes (2008, p. 237) “como a população de origem africana apresentava maior resistência a essa doença endêmica, a malária serviu como escudo que permitiu a ocupação desse local por escravos e outros negros”.

Em decorrência desse processo, dois grandes territórios negros foram formados na mesorregião que extrapolaram as fronteiras municipais, o quilombo Brejo dos Crioulos, situado nas divisas dos municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia que, segundo Costa (1998), foi o primeiro quilombo rural do interior do vale do Verde Grande a reivindicar o reconhecimento como remanescentes de quilombo. O quilombo dos Gorutubanos ocupa terras distribuídas pelos municípios de Porteirinha, Pai Pedro, Catuti, Janaúba, Jafba, Monte Azul e Gameleira. Esses e muitas outras comunidades foram vítimas do intenso processo de desenvolvimento instalado no Norte de Minas Gerais, como o quilombo da Lapinha, localizado no município de Matias Cardoso; Bom Jardim da Prata,

situada no município de São Francisco na margem esquerda do rio São Francisco, dentre muitas outras.

É importante sublinhar como bem explicita o Cedefes (2008) que as populações tradicionais no Norte de Minas são identificadas como geraizeiros, caatingueiros, vazanteiros, chapadeiros e ribeirinhos, conforme os lugares que ocupam, levando em consideração os biomas: o cerrado e a caatinga. No entanto, foram encontradas comunidades quilombolas que também são classificadas como tais. Nos municípios de Manga e Januária existem quilombos que são denominados de ribeirinhos e vazanteiros. Da mesma forma, também acontece com os quilombolas que vivem em chapadas na margem esquerda do rio São Francisco e são conhecidos como chapadeiros. Já aqueles quilombolas que se fixaram nos vales do Verde Grande e do Gortuba são chamados geraizeiros ou caatingueiros.

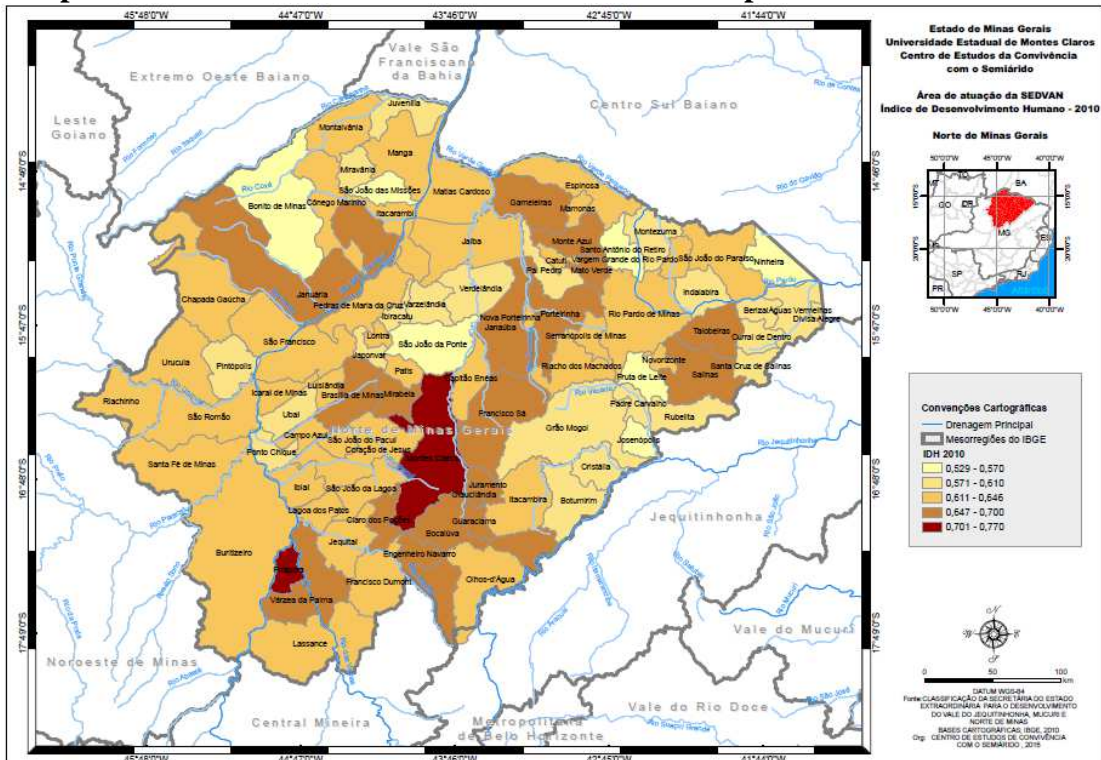
Há que se chamar a atenção para a atual situação das comunidades quilombolas no Norte de Minas, onde o processo de modernização implantado a partir das políticas econômicas e desenvolvimentistas transformou o espaço agrário norte-mineiro. De acordo com Costa Filho (2008, p. 59) “o processo de modernização da agricultura, baseado no estímulo do reflorestamento monocultural do eucalipto e, em menor medida, na pecuária extensiva, contribuiu para uma exclusão ainda maior da agricultura camponesa”. Em virtude da expansão das áreas reflorestadoras e da agricultura de irrigação como é o caso do Projeto Jaíba, as populações tradicionais mencionadas anteriormente foram afetadas, expropriadas dos seus territórios vivendo com pouco do que restou.

O Norte de Minas e o Vale de Jequitinhonha estão inseridos nas regiões mais pobres do Brasil e com grande concentração de comunidades quilombolas. Essa realidade de vulnerabilidade social está refletida nos indicadores sociais que estão abaixo da média do país. Segundo Guimarães *et al* (2012), enquanto que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil e de Minas Gerais corresponde a 0,718 e 0,800; os índices da região do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas equivalem a 0,650 e 0,649. Os números apresentados informam o estado de instabilidade social que as comunidades quilombolas vivenciam nessas regiões. Na maioria dos municípios, prevalece um médio IDHM, como é o caso de São Francisco, município no qual se localiza o Quilombo Buriti do Meio, cujo IDHM é de 0,638, como explicitado no Mapa 1.

A historicidade do Norte de Minas Gerais revela uma singularidade pela sua heterogeneidade cultural. Em decorrência do processo civilizatório ocorrido na região pode-se considerar que essa possui uma população extremamente miscigenada como visto nos estudos de Costa (1998), para o qual a cultura norte-mineira é composta de três grupamentos humanos

distintos, dentre eles estão os paulistas, os baianos e os mineiros. Essa região revela sua importância econômica desde “currais de gado” que forneciam carne para a região mineradora, dessa maneira, a pecuária tornou umas das atividades econômicas mais importantes na região no período colonial.

Mapa 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Norte de Minas Gerais



Fonte: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Norte de Minas Gerais (2015)

Há que ressaltar dois pontos que marcaram a história norte-mineira: primeiro o aniquilamento da população indígena existente e, o segundo, a proporção de agrupamento de escravos que fugiam das minas de ouro para a região, ocupando os lugares de difícil acesso, construindo uma sociedade livre, na Jaíba e na bacia do rio Verde Grande. Estudos desenvolvidos por Costa (1998) mostram que nesse território existe uma concentração grande de negros chamada pelo autor de campo negro da jayhba.

Segundo Anaya (2013), essa referida região e comumente suas gentes permaneceram invisíveis para o restante da sociedade até as décadas de 1930/40; com a derrubada das matas nativas em função da construção da linha férrea, foram descobertas. Esse processo contribuiu de forma significativa para a ocupação e reorientação econômica da região, aumentando assim relações comerciais com outras regiões do país, principalmente, com o Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, dentre outras. Para Anaya, essa nova dinâmica, ou seja, esse novo ordenamento territorial desencadeou um conjunto de fenômenos

para alguns grupos sociais que mantinham formas próprias de apropriação coletivas do ambiente, a expropriação territorial foi um dos acontecimentos que acirrou conflito fundiário com grandes fazendeiros.

Na entrada dos anos 1960/70, tal processo se intensificou em virtude da implantação de uma nova política desenvolvimentista do Governo Federal voltada para a industrialização e modernização do campo, com apoio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Vista como uma região de atraso social, portanto, na concepção das elites políticas, teria que levar o desenvolvimento para amenizar a situação desfavorável de desigualdades sociais.

Segundo Santos e Silva (2011), o Norte de Minas, pela semelhança com o Nordeste brasileiro, foi incluído no projeto da SUDENE. Os autores corroboram ao apontar que “a inclusão do Norte de Minas se deve ao fato de essa área pertencer ao Polígono das Secas, apresentando características físico-climáticas semelhantes às do semiárido nordestino” (SANTOS; SILVA, 2011, p. 10).

Constata-se dessa forma que as estratégias utilizadas em busca do desenvolvimento regional por meios de incentivos do Estado causaram impactos para as comunidades tradicionais, pois esses sofreram com essa política que, a princípio, objetivava levar melhores condições para todo o Norte de Minas. Vale lembrar que o processo de industrialização implantado na região nada mais é que uma dinâmica que serviu às forças do capitalismo nacional. O resultado disso tem surtido efeitos negativos para antigos moradores que, de acordo com Araújo (2009, p. 240), “Este período marca o início do processo que venho chamando de encurralamento e que se caracteriza pela perda de liberdade e pela subjugação dos lugares ao interesse do capital”.

As formações sociais, culturais e históricas no Norte de Minas têm sua especificidade por se tratar de um campo onde há uma concentração maior de comunidades quilombolas no Estado se comparada com outras regiões como Sul de Minas, conforme dados levantados em 2007, numa pesquisa realizada pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - Cedefes (2008).

Essas vêm lutando pelos seus territórios na tentativa de assegurar a sobrevivência do seu povo já que ele é um dos elementos responsáveis para a produção e reprodução de todo patrimônio cultural de um grupo. Há que reconhecer a realidade das comunidades negras nos dias atuais que reflete a necessidade de mudanças em relação ao território quilombola, esse é constituído em lugares e espaços que vão definindo sentimento de pertencimento.

Diante disso, a perspectiva identitária tem íntima relação com a noção de territorialidade. O lugar e espaço referido pautam-se nas ideias de Mendes *et al* (2015) que compreendem-nos como componentes de fundamental importância não somente para garantir a sobrevivência, mas por agregar laços construídos em dada localidade. Assim, esses laços os identificam e definem quem eles são, ou seja, os laços edificados no território produzem e reproduzem o controle sobre o espaço.

Nessa perspectiva, Dourado (2013) compreende que a identidade territorial presume dois elementos de suma importância que são: o espaço de referência identitária e a consciência socioespacial de pertencimento.

O espaço de referência identitária refere-se ao recorte espaço-temporal, é onde se realiza a experiência social e cultural, onde se desdobram as práticas materiais (uso, formas de organização do espaço, produção, consumo, circulação) e as representações espaciais (simbolização, formas de significação). Essas práticas e essas representações espaciais serão responsáveis pela construção dos sentimentos e do significado de pertencimento dos grupos (atores/sujeitos) em relação a um território (DOURADO, 2013, p. 10).

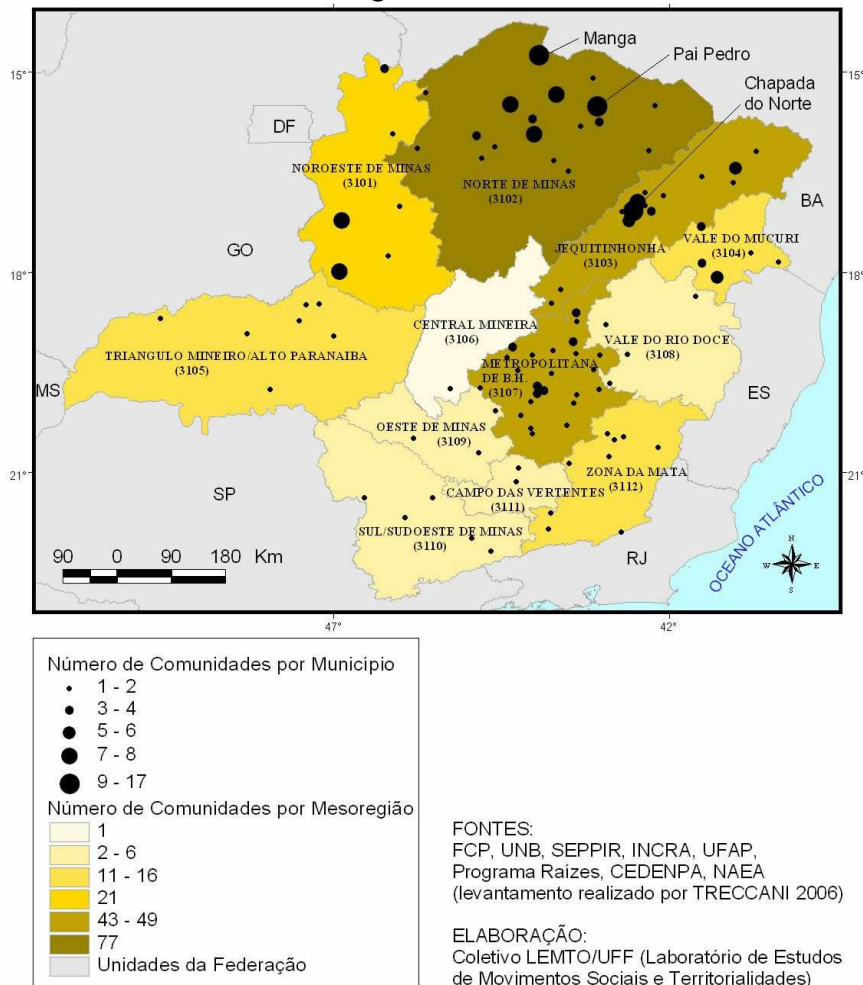
Dessa forma, os remanescentes de quilombo no Norte de Minas são um exemplo claro de que o espaço vai muito além de um lugar onde se pode proteger e abrigar-se. Segundo Mendes *et al* (2015), o território tornou o lugar em que a “etnicidade” é imprescindível na luta por direitos constitucionais. Nessa assertiva, o espaço ocupado pelos grupos quilombolas é o território da sua existência cultural, é onde se assentam as práticas religiosas, as festividades, as relações de parentescos. Devido a sua dimensão histórica, as terras quilombolas são denominadas “terras de preto”, ou “território negro”, tal como vários autores têm utilizado.

Há também uma ênfase na sua condição de coletividade, defendida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade. Essa perspectiva territorial é conceituada como o espaço territorial passado pelas várias gerações sem a adoção do procedimento formal de partilha e sem que haja posse individualizada. Assim como aponta o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (2008):

A realidade das comunidades quilombolas de Minas Gerais não difere das de outros Estados do Brasil. A falta de políticas públicas ou o desconhecimento pelos quilombolas dos projetos de governos, que podem beneficiá-los, impedem e travam a sustentabilidade destes grupos em seus locais tradicionais (CEDEFES, 2008, p. 75).

Por conseguinte, os laudos antropológicos produzidos têm trazido à luz da questão os “remanescentes das comunidades dos quilombos” que vêm sofrendo com efeitos e impactos do processo de reconhecimento dos direitos assegurados constitucionalmente. Conforme o Cedefes (2008), Minas Gerais é um dos estados que concentra um maior número da população negra, sendo o Norte de Minas considerado a região onde estão concentrados mais de 70% do total das comunidades quilombolas, conforme Mapa 02.

Mapa 2 - Comunidades e Territórios Quilombolas Autoidentificados em Minas Gerais



Fonte: Sistema de informações sobre comunidades remanescentes dos quilombos (2015)

O problema comum enfrentado por esses quilombolas é o avanço de empresas reflorestadoras e pecuaristas sobre suas terras, principalmente a partir da década de 1970. Estudos realizados pelos antropólogos Aderval Costa Filho e João Batista de Almeida Costa possibilitaram aos Gurutubanos, Brejo dos Crioulos e muitas outras comunidades situadas no Norte de Minas iniciarem o processo de reivindicação de seus direitos junto aos órgãos governamentais.

Em decorrência das lutas travadas pela comunidade quilombola de Brejos dos Crioulos que tem sido foco de implantação de diversas ações governamentais, tanto por parte do município, assim como do Estado e do Governo Federal, principalmente através da Fundação Palmares e do Ministério de Desenvolvimento Social, diversas outras comunidades negras da circunvizinhança têm se posicionado frente ao direito constitucional e solicitado o reconhecimento e a regularização fundiária (COSTA, 2013, p. 130).

As lutas travadas pelas comunidades negras do Norte de Minas continuam sendo uma barreira a ser vencida, como no caso dos Gurutubanos, que tiveram seu território grilado e vivem atualmente uma situação bastante complexa, já que parte de suas terras foram expropriadas e restou para a comunidade pouco espaço territorial, tendo que viver em núcleos de moradias. Outro fator que afeta essa coletividade é o restrito acesso à água, pois, segundo depoimentos, os moradores precisam deslocar longas distâncias em busca de água para uso básico como lavar, cozinhar e beber. Nessa área, as terras que possuem melhor acesso à água estão sob domínio das grandes fazendas de pecuária extensiva (CEDEFES, 2008).

A expropriação e a escassez dos recursos em decorrência dos desmatamentos das matas ciliares limitaram os Gurutubanos ao acesso dos recursos naturais, meio importante de sobrevivência (CEDEFES, 2008; COSTA FILHO, 2008). Assim, Costa Filho (2008, p. 118) retrata o acontecido com a referida comunidade e que não deixa de ser uma realidade como em outras no Norte de Minas: “conflitos de interesse e a sobreposição de títulos e domínios parecem presidir o processo de expropriação dos territórios Gurutubanos”.

Segundo Jorge (2012), a partir de 1960, no Norte de Minas, bem como em outras regiões do Brasil, a implantação das políticas agrícolas capitalistas baseadas no discurso do desenvolvimento regional, culminou na expulsão das comunidades negras como também de outros povos de territórios que já ocupavam por gerações.

Com base nos estudos de Rodrigues (2000), as políticas de desenvolvimento na ótica do crescimento econômico trouxeram de certa forma melhorias em termos de infraestrutura para região norte-mineira, no entanto, cabe frisar que as desigualdades sociais continuam sendo uma realidade que marca o quadro social regional. Silva (2000) reitera argumentando que o estilo de desenvolvimento patrocinado pelo Estado e pelas elites econômicas no sertão norte-mineiro não tiveram força o suficiente para suprimir completamente a identidade da região e dos povos que aqui habitam. Tendo a exposição desses autores como basilar, é possível afirmar que a aplicação dessa política contribuiu de forma consistente para o alijamento das comunidades quilombolas no Norte de Minas.

Exemplo disso são os Gurutubanos, conforme apontado por Costa Filho:

Abalados pelo processo de desterritorialização deflagrado com mais intensidade desde a década de 1970, as 27 comunidades que integravam o Quilombo do Gurutuba encontravam-se na mais franca invisibilidade. Negligenciadas pelo poder público local, estadual e federal, sem conhecimento das garantias constitucionais relacionadas às comunidades remanescentes de quilombos, sem poder de interlocução com os demais caatingueiros e com as demais categorias identitárias regionais (COSTA FILHO, 2008, p.13).

Esses fatos apontados por Costa Filho mostram uma realidade que se perpetuou no Norte de Minas: a violência em relação às terras dos quilombolas bem como as comunidades tradicionais, em grande parte, expropriadas dos seus territórios por grilagem entre os anos 60, 70 e 80 do século XX. No entendimento do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) “A terra como meio de obtenção de rendas politicamente atribuídas torna-se, sem dúvida, um poderoso mecanismo encorajando a apropriação fundiária, capaz inclusive de subverter os objetivos dos próprios planos agrários de governos subsequentes” (INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA, 2006, p. 31).

Desse modo, no que tange à magnitude do problema da terra no Brasil e concomitante no Norte de Minas, sua raiz está centrada numa intensa demanda pelos territórios, principalmente dos quilombolas, seja por grilagem, silvicultura ou até mesmo pela expansão urbana (CEDEFES, 2008). Assim, essa questão causa danos a esses povos quilombolas, pois aqueles que invadem e ocupam suas terras ignoram a importância do valor étnico histórico das áreas dos quilombos, como também o significado da cultura desses grupos sociais que carregam com eles o som de tambores e a arte das mais variadas danças e crenças tradicionais dos povos de origem banto, nagô, dentre outros provenientes do Continente Africano.

Compreende-se dessa forma que a especificidade e a diversidade sociocultural precisam ser ressaltadas e valorizadas, para sair do grau de invisibilidade e vulnerabilidade. Suas expressões sociais têm sido palco da desvalorização por parte de diversos procedimentos e tecnologias de dominação, em nome do direito universal, que oculta e nega direitos a certos humanos. É o caso dos quilombolas que convivem com sérias consequências em decorrência do desrespeito aos seus direitos. Uma delas está atrelada à inserção de atividades econômicas que gradativamente vão se apropriando das terras dos quilombolas alterando seus modos de vida. Para tanto, fazem-se necessárias a aplicação efetiva da regularização e a titulação dessas terras. A ineficácia da legislação e a morosidade dos órgãos públicos em fazer valer a aplicabilidade das leis têm acirrado sérios e violentos conflitos no meio rural norte-mineiro.

Segundo os dados obtidos pelo Cedefes (2008), das 103 comunidades investigadas, 92 dessas sofreram algum tipo de conflito; desse modo, 74,8% tem enfrentado constantes

ataques a seus direitos e territórios. Nesse contexto, pode ser que os números sejam ainda maiores, devido a os processos de violação de direitos acontecerem de forma silenciosa e gradativa, sendo que os próprios moradores não percebem tais atos.

Para ilustrar essa afirmação de violação de direitos contra terras de quilombolas no Norte de Minas, pode ser citado o quilombo da Lapinha, localizado no município de Matias Cardoso. Costa e Oliveira (2010, p. 234) afirmam que a mencionada comunidade

[..] sofre com impactos da implantação da unidade de conservação sendo que a maior parte de seu território foi expropriada por fazendeiros e, atualmente, pela criação de unidades, notadamente o Parque Estadual da Lagoa do Cajueiro e de uma APA que incidem sobre seu território tradicional.

Além do Quilombo da Lapinha existem muitas outras comunidades quilombolas no Norte de Minas que estão sofrendo com as ameaças e suas terras foram apossadas por fazendeiros. Um morador da comunidade Gorutubana de Salinas Maravilhas, situada no município de Pai Pedro, relata que parentes e vizinhos foram assassinados e, após constantes conflitos, os moradores foram expulsos de suas terras por fazendeiros (CEDEFES, 2008).

Outra comunidade que também vivencia problema semelhante é a Comunidade Bom Jardim da Prata, situada no município de São Francisco. De acordo com Assis (2012), a referida comunidade vem sofrendo com a ocupação do território pelas pessoas “de fora” devido ao avanço das grandes fazendas e das empreiteiras CROS e Plantar que ameaçam os moradores. Em consequência, acirra um conflito, pois os quilombolas posicionam contra a ocupação de suas terras. Segundo relatos dos moradores, desde 1930, a coletividade tem convivido com ameaças, época em que pessoas migrando através do rio descobriram o valor da terra quanto a sua produtividade, sendo forçados muitos moradores a vender suas terras.

Sobre essa questão Assis (2012) descreve:

Contudo, o momento mais crucial ocorreu em decorrência da expansão da modernização agrícola verificada na região. Com implantação de novas fazendas, que eram subsidiadas com recursos financeiros e fiscais do governo brasileiro, os negros da coletividade de Bom Jardim da Prata foram forçados a vender suas terras, por causa do medo que se espalhou pela coletividade dos assassinatos que vinham ocorrendo (ASSIS, 2012, p. 197).

Com a expansão agrícola no Norte de Minas, emergida na década de 1960, um significativo grupo de fazendeiros se instalaram nessa região, utilizando de meios violentos como a venda forçada, grilagem de terras ou mesmo a ocupação direta das terras das diversas comunidades quilombolas. Salientam-se as ameaças e mortes que se tornaram algo rotineiro

na vida dos quilombolas como os Gurutubanos e Brejo dos Crioulos, citados anteriormente. Assim, são inúmeros fatos de violação de direitos dos territórios dos povos tradicionais que com frequência estão sendo vilipendiados pelo cultivo de eucalipto e usinas hidrelétricas como informa o Cedefes (2008), do efeito da construção da Usina Hidrelétrica de Irapé (UHI).

De acordo com o órgão, o quilombo de Porto Corís no município de Leme do Prado, situado no Médio Jequitinhonha, teve que deixar seu local de origem e seus direitos e tradições foram violados de forma abrupta. A comunidade de São Félix, localizada na Chapada Gaúcha, também passa por problemas em relação à situação conflituosa, com a chegada de latifundiários e empresas reflorestadoras devido à grilagem que aconteceu em 1970.

Segundo o Cedefes (2008), a relação dos moradores com esses novos ocupantes tem sido problemática, devido à ação das empresas reflorestadoras que estão causando sérios danos ambientais, o desmatamento do cerrado, além da garimpagem por pessoas de fora que está afetando o rio Acari.

Para fim de análise, o que se tem visto no Norte de Minas é uma verdadeira destruição dos modos de vida dos remanescentes de quilombo que tem uma forma diferenciada de lidar com seu habitat. Nesse quadro de acontecimento, os estudos realizados por Anaya (2013), Araújo (2009) Jorge (2012) Costa Filho (2008) mostram o enfraquecimento da coesão social das populações tradicionais após a imersão dos fatores econômicos que passaram a dominar e encurralar as comunidades locais. Portanto, as estratégias tomadas em busca do desenvolvimento na região norte-mineira, a princípio na esfera econômica, provocaram impactos gigantescos para os grupos tradicionais existentes no meio rural.

Percebe-se assim que o Norte de Minas foi e ainda continua sendo um campo fértil para a atuação de fazendeiros que no passado usavam do seu poder econômico para expropriar os territórios das comunidades negras rurais. Na contemporaneidade, esse campo de força se acentua com as empresas de monocultura de eucalipto, que usam de estratégias além do apoio de alguns setores do Estado para manter a velha e benéfica prática de expropriação de território de grupos fragilizados politicamente.

A partir das observações feitas, pode-se olhar para a problemática do Norte de Minas e fazer analogias com os acontecimentos macrossociais juntamente com os elementos que tangenciam a realidade dos povos e comunidades tradicionais. Dessa forma, a invisibilidade e a falta de entendimento dos modos de vida e a importância de seus territórios para a

manutenção de determinada coletividade diante das políticas econômicas aprofundaram ainda mais as desigualdades sociais, sem falar na dificuldade de acesso às políticas públicas e sociais.

Por via dessa perspectiva, nota-se que no âmbito legislativo houve avanços quanto à criação de leis voltada para as comunidades tradicionais, dentre elas os remanescentes de quilombo. No entanto, há que se ressaltar que nesse espaço democrático ainda impera contradições, uma vez que ainda existem direitos cuja aplicabilidade não predomina na vida desse específico grupo, tornando-os assim excludentes, além de ferir os direitos previstos da legislação aplicada nos âmbitos federais, estaduais e municipais, principalmente, os que constam no artigo 68 da legislação federal.

1.2 A agência das mulheres negras e quilombolas: Articulando um caminho possível

Antes de adentrar o universo das mulheres, foi feita uma reflexão sobre as comunidades negras, reconhecidas hoje como remanescentes de quilombos no Brasil, ressaltando os embates políticos para a efetivação do direito legal. Para tanto, nesse momento se faz necessário dialogar com a literatura que trata especificamente das mulheres negras e quilombolas que carregam nas suas experiências de vida questões marcadas por processos históricos de subordinação.

A atuação das mulheres negras foi marcante no processo de reconhecimento, elas se fizeram importantes na luta pela afirmação de direitos em relação à figura masculina e também veio colocar em pauta muitas outras formas de abandono e discriminação no meio rural, pela falta de acesso à saúde, alimentação digna, água tratada, entre outros. Esses fatores não são os únicos problemas que põem as populações quilombolas em um estágio desfavorável, a terra também se soma a essas questões mostrando que esse grupo populacional é um dos mais vulneráveis do país.

O estudo de Santos (2012) na Comunidade Quilombola das Onze Negras, localizada no município de Cabo Santo Agostinho (PE), revela a importância do papel das mulheres, pois, desde a sua fundação, há trinta e nove anos, é liderada por elas. Dessa maneira, a autora atesta que a liderança nessa comunidade tornou uma tradição e tem sido mantida a organização social do grupo pelas mulheres. Na afirmação de Santos, um aspecto que merece ser destacado é que na comunidade Onze Negras a liderança é passada de geração a geração, e isso tem sustentado o fortalecimento e a resistência da continuidade da luta pelo coletivo. A

referida autora ainda afirma que umas das questões primordiais na proposta das mulheres na liderança do quilombo é a educação, essa foi colocada por elas no centro do debate político e cultural.

Nos dias atuais, as comunidades quilombolas além de demandarem por uma educação, também reivindicam um conjunto de políticas que abrange projetos infraestruturais, sociais, de cidadania e de acesso a terra. O Programa Brasil Quilombola assevera que além dessas demandas, essa população apresenta, ainda, alto grau de vulnerabilidade socioeconômica que demanda uma ação mais articulada no sentido de efetivar a melhoria das condições de vida quilombola.

De acordo com Souza e Araújo (2014), pesquisas realizadas por órgão do Estado, bem como Universidades e Instituições Internacionais que realizam trabalhos com ênfase nos dados socioeconômicos tanto de uma região, estado, município ou país, confirmam a grave situação em que a população negra se encontra. Conforme Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM (BRASIL, 2014), as desigualdades educacionais segundo o sexo e a cor ou raça não se limitam ao tema da alfabetização, mas repercutem em todos os níveis de ensino. Em 2012, quanto mais elevado o nível de ensino, maior era a desigualdade entre mulheres brancas e mulheres negras, de um lado; e, entre homens brancos e homens negros, de outro.

Outro aspecto importante está relacionado ao rendimento percebido pelas mulheres negras, já que em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2013), através do “Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil”, afirma que ainda que as disparidades tenham sofrido redução nos últimos anos, a renda das mulheres negras não chega à metade daquela auferida pelos homens brancos e corresponde a cerca de 56% dos rendimentos das mulheres brancas.

Percebe-se que o Brasil convive, há séculos, com uma barreira que trava o desenvolvimento humano de uma parte significativa da população, o racismo se apresenta como um obstáculo de caráter tanto institucional (por meio de políticas que ignoram a população negra) quanto socioeconômico (por meio da desigualdade social que segrega parte da população nas áreas mais pobres do país). É diante dessa realidade que as mulheres quilombolas vêm articulando políticas que corrijam essas disparidades que afetam as mulheres que vivem no meio urbano, mas, principalmente, as que estão inseridas no meio rural brasileiro.

Partindo dessa premissa, Deus (2011) aponta que a mulher quilombola vem assumindo diversos papéis para a sobrevivência do seu povo, de sua cultura e de seus

descendentes, falar da mulher quilombola e de seu papel desempenhado na sociedade, não se limita ao reconhecimento da luta das mulheres negras em geral. Contudo, o empoderamento dessas mulheres perpassa as referências históricas, tendo em vista que constitui uma trajetória de luta e contraposição dos espaços de invisibilidade, opressão, discriminação e desigualdade. É por meio dessas questões que as identidades se ampliam, se inter cruzam e ao mesmo tempo acumulam, possibilitando a análise por uma perspectiva interseccionalizada³.

A reação das mulheres negras nesse contexto de lutar por seus direitos desencadeou novos parâmetros e com isso essas mulheres criaram novas formas organizativas. Werneck (2010) sinaliza que as práticas de resistência à escravidão, os confrontos diários entre senhores e escravos, como também as fugas individuais ou coletivas, além de assassinato de escravocratas e revoltas por africanos e seus descendentes, foram as primeiras formas de organização da luta contra-hegemônica. Lembrando que a essência da contra-hegemonia baseia-se no contraditório e a tensão no que até então parecia harmonioso e estável se instauram o conflito e embates como aconteceu no sistema escravocrata.

Gramsci (*apud* MORAES, 2010, p. 20) expõe que a hegemonia não é uma construção monolítica, ou seja, formada apenas de um agrupamento de forças, esse signo que transita no meio das relações humanas é fruto das medições de forças entre grupos de classes instaurados em determinado contexto histórico. Desse modo, não é algo imutável, a hegemonia pode ser reelaborada bem como modificada, em um prolongado processo de lutas, contestações e vitórias cumulativas.

Ressalva-se que essas práticas de resistência das classes consideradas subalternas no entender de Gramsci (1978) não significam a criação de um novo sistema hegemônico, mas uma crise da supremacia das classes dirigentes quando falha em um empreendimento ou quando amplas massas saem da passividade e se inserem na vida política, apresentando certa organização e uma série de reivindicações, ainda que em condições limitadas. É por essa via que Werneck (2010) aponta para a expressiva participação feminina, o envolvimento das mulheres em posições distintas obteve grande expressão, principalmente, no tocante à sua capacidade de circular entre diferentes grupos.

Na contemporaneidade, estudos sobre os quilombos no Brasil, ainda de forma tímida, têm revelado a participação e lideranças de mulheres à frente das questões da comunidade em

³ “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do empoderamento” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

que vivem. Na visão de Werneck (2010), com o fim da escravidão e do regime colonial, a luta das mulheres assumiu outras frentes, voltadas para a garantia de participação de negras e negros na sociedade brasileira em condições de equidade.

Desse modo, a autora exemplifica a organização dessas mulheres,

Um exemplo é a fundação da primeira associação de trabalhadoras domésticas, que inaugura a organização de mulheres trabalhadoras no estado de São Paulo na década de 30 do século XX, que teve como principal alicerce a ativista Laudelina Campos Melo, que também integrava a Frente Negra Brasileira. Esta organização visava à integração da população negra à sociedade brasileira pós-escravidão, estando Laudelina e suas companheiras de luta e trabalho entre suas principais fontes de financiamento e articulação (WERNECK, 2010, p.15).

Para tanto, as estratégias discursivas e as diferentes frentes simbolizam uma verdadeira busca pela transformação social intitulado as próprias mulheres como agentes políticos que precisam agir por meio das mobilizações contra qualquer tipo de ameaça. Assim, as estratégias são mecanismos capazes de recolocar e valorizar o papel das mulheres negras e, sobretudo, as quilombolas, como agentes importantes na constituição do tecido social e de projetos de transformação.

Vale ressaltar que as consequências engendradas pelo racismo⁴ levaram as mulheres negras a se posicionar na sociedade brasileira contra tal situação. Em virtude das condições desfavoráveis, seja no meio urbano ou rural, essas mulheres vão articulando estratégias através das associações de bairro como também nas associações comunitárias na tentativa de mudar o quadro das desigualdades sociais. Carneiro (2011) afirma que a imersão das feministas negras nos movimentos populares promoveu o seu engajamento nas lutas gerais dos mais diversos movimentos para tentar solucionar as questões que as impediam de avançar socialmente. A bandeira de luta das mulheres negras contra o *status quo* tem sido motivo de orgulho por fazer parte das lutas populares e também das lutas pela democratização do país.

Não se pode falar do feminismo negro sem problematizar a questão do racismo tão presente no Brasil na perspectiva de Sansone (2004), com a ideologia da “democracia racial” surgida nos anos 30 do século XX, pelos discursos dominantes que propagavam a ideia de que brancos e negros mantêm uma relação harmoniosa e que a cor da pele não é motivo de diferenciação na inserção social no Brasil. O resultado da disseminação dessa ideologia foi o ocultamento da realidade de subordinação de grande parte da população movida por um processo de “branqueamento” por meio da miscigenação, ao tentar esconder as práticas

⁴ "Racismo" para Guimarães (1995, p. 32) pode ser usado como uma metáfora para designar qualquer tipo de essencialismo ou naturalização que resulte em práticas de discriminação social. Esse uso é, entretanto, frouxo quando a ideia de "raça" encontra-se empiricamente ausente e apenas empresta um sentido figurativo ao discurso discriminatório.

racistas, sem dúvida buscava a extinção da cultura e da identidade negra, reafirmando o branco como superior. Hasenbalg (1979) argumenta que a ideologia da democracia racial contemplou um conjunto de princípios que camuflou a ausência de preconceito e discriminação racial no meio social brasileiro, e que tanto negros e brancos compartilhavam das mesmas oportunidades econômicas.

Tal exploração também está nos escritos de Fernandes (1978) que essa ideia concentrada no mito da democracia racial no seu julgamento seria apenas um discurso de dominação política, não manifestava mais nem um ideal, nem algo que existisse efetivamente. Essa ideia incutida no imaginário social do país para Fernandes serviria somente para desmoralizar a comunidade negra; como um discurso de dominação, sua essência seria puramente simbólica. A sua outra face seria justamente o preconceito racial e a discriminação sistemática dos negros.

Nessa circunstância o efeito da hegemonia do “branqueamento” arraigada nas relações sociais cotidianas cria condições para que as mulheres negras, dentre elas as mulheres quilombolas, continuem submersas na dominação de raça e de gênero. Por esse motivo o movimento das mulheres negras vem pondo em relevo a distância que elas se encontram no tecido social em relação à população branca. Sendo assim, Schwarcz (2012) observa que o termo raça é considerado como uma categoria que funciona para classificar pessoas nas relações sociais, ela apresenta-se de forma ambígua, podendo ser utilizada para discriminar os indivíduos, visto que as crenças formuladas em torno dela ainda persistem como base de construção de tipos de diferenças entre as pessoas.

Nesse sentido, questões supostamente comuns, como saúde reprodutiva, trabalho remunerado e sexualidade, vieram a ser fatores de discussão com significações diferentes para as mulheres negras e brancas. Essas contradições formalizadas nas relações sociais na nossa sociedade geram entre as mulheres, principalmente entre negras e brancas no Brasil, o aprofundamento das diferenças.

Carneiro ainda sinaliza, sobre as desigualdades e contradições entre as mulheres, que

[...] grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Crenshaw (2002) também compartilha da mesma ideia quando reflete a respeito da solidariedade racial. Segundo ela,

A expressão política da solidariedade racial ou o nacionalismo constitui-se em obstáculo para que se aborde o bem-estar de mulheres racialmente identificadas em todo mundo. Com base na esfera da raça ou da nação, a retórica antifeminista às vezes coloca as mulheres na posição insustentável de ter que escolher entre suas identidades como mulheres e suas identidades como membros de nações ou de grupos raciais marginalizados. A análise interseccional pode ajudar na reestruturação dos interesses da raça ou da nação e, conseqüentemente, eliminar a exigência de que as mulheres racializadas tomem posições contra elas próprias (CRENSHAW, 2002, p.185).

Na perspectiva de Crenshaw (2002), faz-se necessário que os órgãos de vigilância dos tratados internacionais e muitas outras instituições de direitos humanos revisem suas análises e práticas, principalmente, aquela relacionada ao gênero, independente da raça, como forma de perceber, como as outras categorias de diferença condicionam a vida cotidiana de pessoas como se tem enxergado mundialmente no caso de gênero. Desse modo, aumentar o nível de entendimento no tocante à interseccionalidade de gênero e raça abrirá espaço para discutir o processo de marginalização das mulheres racializadas. Assim, a proposta de Crenshaw (2002) quanto à interseccionalidade reflete bem o acúmulo de identidades que interagem e moldam a múltipla experiência de ser mulher quilombola.

De acordo com a supracitada autora em decorrência das forças econômicas, culturais e sociais, esses mecanismos tacitamente moldam o cenário de vários sistemas de subordinação das mulheres, a discriminação interseccional pode se revelar como algo particularmente difícil de ser identificado. Mediante essa análise, fica evidente que as mulheres, dentre elas, as quilombolas, por serem racialmente marcadas, sofrem ainda mais com a subordinação interseccional, já que suas vidas passam a ser moldadas e, sobretudo, controladas pela união de gênero, raça, cor, etnia, dentre outros eixos de subordinação.

A presença organizada das mulheres negras nos movimentos feministas a partir da década de 70 do século XX e as múltiplas questões colocadas durante a década de 80 do mesmo século colocaram à luz das discussões as demandas desse determinado grupo específico. Diante desses aspectos, Silva (2014) corrobora ao citar que a mulher negra na sua longa trajetória histórica, principalmente no Brasil, não se beneficia das mesmas condições nas quais a mulher branca tem se mantido na estrutura social.

Azerêdo (1994), em um artigo teorizando sobre gênero e relações raciais, faz um estudo comparado a respeito do lugar da raça da mulher no Brasil e Estados Unidos, critica de forma contundente como a sociedade brasileira tem tratado as mulheres de cor. Desse modo, a

autora chama a atenção expondo que as críticas ao racismo que estavam sendo projetadas pelas norteamericanas ao feminismo ocidental desde 1981 pouco serviram de inspiração e isso mostra o desconhecimento da frente negra brasileira do que estava ocorrendo em outros países, como é o caso dos Estados Unidos. Assim, a autora mencionada acima direciona seu olhar na reflexão:

Acredito que a visão da complexa relação de gênero com outras categorias de opressão, especialmente num país desigual como o Brasil, abre caminhos para uma ação em direção a uma sociedade onde todo mundo possa viver melhor. Em outras palavras, acredito que podemos apreender algumas coisas com as experiências que as feministas nos Estados Unidos estão tendo em seus esforços de estudar e mudar relações de gênero, incorporando outras diferenças em seus estudos. Certamente, nossas formas diferentes de teorizar sobre gênero têm a ver com as formas diferentes como se dão as relações raciais e de classe nos dois países (AZERÊDO, 1994, p. 204).

Dessa forma, é preciso que a questão de gênero bem como a racial, na sociedade brasileira, seja pensada como um fator que é constituído pelas relações de poder, poder esse que retira a chance de certos grupos ou pessoas de beneficiar de direitos iguais. Logo, ocupar espaços, lutar por direitos e mostrar a diversidade de experiências históricas por que passam as mulheres negras quilombolas é tirar da invisibilidade a opressão e o racismo vividos diariamente por elas.

Nessa perspectiva, na discussão feita por Scott (1995), gênero pode ser considerado como uma categoria de análise que tem sua “origem” com e nas relações sociais, interligada com outras categorias como: classe, raça, etnia, entre outras. Para a autora, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

A partir da conceituação de gênero mencionada por Scott (1995), dar visibilidade às mulheres, às suas subjetividades, experiências pessoais, públicas e políticas nas pesquisas implica não apenas em uma nova história das mulheres, mas que sirva como um elemento analítico para mudar e questionar os paradigmas históricos existentes.

Daí a importância de criar espaços para discutir e mobilizar caminhos que levem à autonomia e exercício pleno da cidadania. Portanto, a ausência das mulheres negras quilombolas, como atores sociais é resultado da discriminação de gênero e raça estruturada pelo racismo institucional histórico e por um regime capitalista que construiu hierarquias culturais de poder, exclusão e dominação, o qual invisibilizou a liderança política, histórica e secular dessas mulheres e negaram-lhes oportunidades de direitos iguais na sociedade.

As formas simbólicas engendradas na ordem social é resultado das práticas e ações que vão dando forma ao sistema cultural por estarem inseridos em contextos sociais estruturados que definem lugares diferenciados a determinados grupos e pessoas estabelecendo assim relações assimétricas de poder que produzem acesso diferenciado às mulheres nos recursos e oportunidades. Nesse aspecto, conclui-se que o homem constrói os significados a partir da cultura que em está inserido, descrevendo ações, reguladas por padrões culturais, sistemas de significados, criados historicamente. Vale dizer que os costumes, as crenças e as práticas instituídos culturalmente funcionam como um conjunto de mecanismos de controle para governar comportamento. Esses preceitos quanto à concepção de gênero são revelados nas práticas históricas de poder, em uma relação hierárquica de gênero, pensada sob dois marcadores sociais: o machismo e o racismo.

A questão racial no Brasil, por muitos anos funcionou como processo de estratificação social e continua sendo um fator preponderante na estrutura social brasileira. Destaca-se assim que nas relações estabelecidas no tecido social as questões raciais vitimaram e desvalorizaram a mulher negra brasileira durante séculos de escravidão.

As imagens de gênero que se estabelecem a partir do trabalho enruidecedor, da degradação da sexualidade e da marginalização social, irão reproduzir até os dias de hoje a desvalorização social, estética e cultural das mulheres negras e a supervalorização no imaginário social das mulheres brancas, bem como a desvalorização dos homens negros em relação aos homens brancos. Isso resulta na concepção de mulheres e homens negros enquanto gêneros subalternizados, onde nem a marca biológica feminina é capaz de promover a mulher negra à condição plena de mulher e tampouco a condição biológica masculina se mostra suficiente para alçar os homens negros à plena condição masculina, tal como instituída pela cultura hegemônica (CARNEIRO, 2003, p.122).

Essa realidade apontada pela autora descreve aspectos históricos da dimensão referentes à intersecção de gênero e raça que incidem sobre a identidade negra feminina no atual contexto brasileiro. Mesmo com as transformações históricas, sociais e econômicas, ainda assim, as relações sociais trazem imbuídos pensamentos e práticas ideológicas baseados em um sistema de hierarquização.

Dessa maneira, é salutar (re)pensar questões que demarcam os sujeitos sociais como o caso das mulheres negras que lidam no seu cotidiano com práticas racistas, causadoras de impacto na sua afirmação identitária. Desse modo, as mulheres quilombolas que sofrem com marcas concernentes ao gênero e raça, como bem posta por Crenshaw (2002), são impactadas não somente por esses eixos de subordinação, mas estão também associadas pela identidade étnica originada da cultura africana quando suas referências estão ligadas aos orixás, como se

tem visto. E esse marcador social segrega a ponto de ser um obstáculo potente para toda a comunidade negra brasileira.

Para tanto, parte-se do pressuposto de que a ocupação de espaços pelas mulheres negras, inclusive as quilombolas que denotam maior prestígio social, seria uma forma de retirá-las do quadro da invisibilidade, da opressão e do racismo vivenciados cotidianamente por elas. Diante disso, observa-se a necessidade de engendrar espaços para discutir e ao mesmo tempo mobilizar diretrizes que promovam a autonomia e exercício pleno da cidadania dessas mulheres (CONAQ, 2014).

Segundo a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas, o I Encontro Nacional, realizado em maio de 2014, trouxe a seguinte conclusão: “o encontro representa para nós um passo importante no empoderamento das mulheres quilombolas, o qual se dá em suas mais variadas formas, gestos e manifestações, enfrentando a desigualdade racial, social, de gênero, geração e etnia.” (CONAQ, 2014, s/p).

Nesse aspecto, a articulação das mulheres quilombolas torna cada dia mais forte, elas assumem o papel de transformar a sociedade racista, machista, patriarcal. Em virtude disso, as mulheres têm se organizado para defender seus princípios, destacando suas individualidades e reivindicando direitos. O fortalecimento das mulheres nos movimentos sociais por todo Brasil demonstra a necessidade de olhar para esse específico grupo e estabelecer medidas para amenizar os efeitos históricos. Para Costa e D’Oliveira (2013, p.138) “à medida que reivindicam direitos e contestam certas normas sociais, por se sentirem alijadas, estabelecem-se movimentos sociais, políticos, étnicos, raciais e sexuais, que vêm dando novo sentido à noção de cidadania”.

1.3 Mulheres quilombolas: Participação e liderança

As mulheres negras em geral, principalmente as quilombolas que vivem no reduto rural, têm buscado externamente suas demandas para melhorar suas condições de vida e dos seus entes queridos. Para isso, essas mulheres têm desafiado a condição de subordinação que as regras do patriarcado ainda mantêm bastante fortes e latentes, que representam um elemento fundante e estruturante da sociedade brasileira. Essas estão sendo uma barreira para o avanço de tal povo ou grupo, mesmo assim essas mulheres tentam romper com a hierarquização de poder que dificulta a entrada nos espaços de decisões.

As mulheres quilombolas carregam no seu histórico uma vida de luta e resistência em decorrência do retrato histórico da escravidão que manteve toda essa população excluída de todos os benefícios sociais. Como bem apontado por Fernandes (1978), o estado brasileiro não criou condições aos negros libertos para inseri-los na ordem social competitiva, sendo içados no tecido social de forma desigual ao compará-los com a posição do branco em relação aos fatores econômicos, social e político.

É com intuito de mudar essa realidade social vista por Fernandes que a comunidade negra se debruça ativamente demandando do Estado, políticas públicas para amenizar os efeitos das desigualdades sociais operacionalizadas na sociedade brasileira. Desse modo entende-se que as políticas públicas abrem caminhos para as possíveis mudanças para esse segmento social.

Para tanto, como bem afirma Monteiro (2013), as mulheres no meio rural brasileiro vêm ativamente ganhando expressividade com uma ampla participação nas lutas pela resistência na terra e com isso têm inovado ao incluir nessa luta também o livre acesso aos recursos naturais e sua defesa; como exemplo, a intensa luta das quebradeiras de coco pelo acesso ao “babaçu livre” e contra a derrubada das palmeiras. As quebradeiras de coco conquistaram notoriedade ao ganharem um protagonismo de expressiva dimensão política, assim, devido ao protagonismo dessas mulheres, o coco babaçu passou a ser reconhecido no Maranhão como um dos recursos naturais mais importantes para a vida dessas mulheres.

As mulheres quilombolas ainda se encontram invisíveis aos olhos da sociedade, poucos trabalhos acadêmicos ou mesmo na historiografia brasileira têm ousado tratar com mais clareza e precisão o importante papel e contribuição que essas mulheres negras tiveram e continuam tendo quanto às questões que transitam no campo rural brasileiro.

Monteiro (2013) afirma no seu estudo no quilombo da Paraíba que as mulheres quilombolas têm feito um diferencial, o qual vem inserido nas lutas no e pelo território nas comunidades em que vivem, elas ocupam espaço de atuação como também têm disponibilizado seu tempo como líderes comunitárias, o que significa muito mais que administrar, é estar ocupando espaço de decisão para lutar por saúde, terra, educação, por melhores condições de vida.

Nessa perspectiva, o caminho delineado por essas mulheres vem lentamente sendo modificado em decorrência das políticas aplicadas pelo governo federal no meio rural, através da criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial e de programas específicos como o Brasil Quilombola (SEPPIR), criado em 2004, e a Agenda Social Quilombola (2008-2011). Nesse aspecto, a criação desses setores pelo governo é um avanço

para que essa população, marginalizada, desenvolva sua autonomia econômica como forma de contrapor a realidade de desigualdade vivida no meio rural brasileiro. A viabilização de projetos e a implementação de propostas pelo Estado possibilita o encaminhamento de medidas para melhorar a qualidade de vida das mulheres quilombolas e, concomitante a isso, a superação da pobreza (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011).

Desse modo, as lutas e a participação ativa das mulheres demonstram um caminho longo a ser percorrido no meio rural. No que diz respeito às questões ligadas especificamente ao gênero, “o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia vem acompanhando as políticas voltadas para esse segmento e considera que as mulheres quilombolas carecem de reconhecimento, valorização e visibilidade” (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p.199).

Assim, o que se tem visto é que, após a implementação de ações de apoio por parte do governo federal, entre 2004 e 2006, as organizações de mulheres rurais, dentre elas as quilombolas, vêm articulando e reivindicando políticas de apoio à comercialização dos seus produtos, como artesanatos, além de outros produtos provenientes dos quintais e dos arredores da casa, auxiliando, sobremaneira, às mulheres do campo na busca por uma renda para sua maior autonomia.

É importante considerar que o desenvolvimento e criação de créditos e de programas voltados para a promoção de uma maior equidade de gênero como o Programa da Organização Produtiva de Mulheres Rurais, dentre outros, é resultado do crescente processo de reivindicação das mulheres nos últimos anos.

De acordo com Cintrão e Siliprandi (2011):

Historicamente, o crédito foi visto, inclusive pelas mulheres rurais, como um recurso apenas destinado aos homens. Com o aumento da organização de grupos de mulheres dedicados a experiências produtivas, a necessidade de crédito para a promoção da autonomia econômica das mulheres passou a fazer parte das reivindicações dirigida ao Estado (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p.201).

Assim, todos esses projetos mencionados vêm viabilizando, no meio rural brasileiro, o acesso das mulheres às políticas públicas de amparo à produção e à comercialização, possibilitando a troca de informação, conhecimentos técnicos, bem como a organização, a gestão e comercialização, valorizando a capacidade do empenho e desenvolvimento dessas mulheres numa economia solidária e feminista.

Portanto, como bem afirmam Cintrão e Siliprandi (2011), os Programas do Governo Federal têm criado uma responsabilidade em tentar dar suporte às mulheres inseridas no meio

rural através de ações políticas efetivas, embora questões de documentação dificultem o acesso dessas à obtenção de recursos.

Estudos recentes que avaliam os impactos do Pronaf Mulher sobre as condições de empoderamento das mulheres rurais têm mostrado que, apesar da persistência desses entraves, a obtenção do crédito em seu nome traz inegáveis avanços em termos da sua autoestima e do seu reconhecimento como agentes econômicos dentro da família e nas comunidades (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p. 204).

Diante dessa assertiva, as várias políticas públicas já encaminhadas, como Pronaf (PAF), Programa Brasil Quilombola (PBQ) que contribuem para o empoderamento de mulheres do campo, entre elas as mulheres quilombolas, vêm fazendo com que o tradicional papel de “rainhas de lares”⁵ como aquelas zelosas, protetoras da família, pacientes com todos seus entes queridos, com dedicação máxima, a ponto de deixar suas vontades e desejos em segundo plano, seja transformado, acrescentando na vida de todas elas: camponesas, quilombolas, indígenas, os papéis de figuras atuantes politicamente.

Por conseguinte, ressalta-se a necessidade de encaminhamentos de políticas de reconhecimento da existência e atuações múltiplas das mulheres. Exemplos disso são o Pronaf-Mulher e o Programa Brasil Quilombola que reconhecem e enxergam nas mulheres sujeitos atuantes e autônomos que têm plena condição de gerir seus empreendimentos nas suas comunidades ou pequenos sítios. Assim, Costa (2000, p.33) aponta que “o processo de empoderamento da mulher traz à tona uma nova concepção de poder, assumindo formas democráticas, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas”.

Diante dessas questões vinculadas às políticas públicas, reconhece-se que são processos emancipatórios que não acontecem de forma fácil, uma vez que é extremamente difícil romper com as estruturas tradicionais engendradas na sociedade brasileira, afirmadas nas heranças do patriarcado, que destinaram para o homem poderes distintamente das mulheres. Para os homens são atribuídos maiores poderes decisórios em diversos sentidos da vida social, buscar romper com essa barreira que impede o desenvolvimento das mulheres não torna uma tarefa fácil de ser instituída socialmente. Como bem afirmam Saffioti e Almeida (1995), as regras do patriarcado são interiorizadas pelas mulheres e acabam sendo vistas por elas como algo natural, endossando ainda mais a sua condição de subordinação sem se darem conta do quanto são por elas subjugadas.

⁵ O termo “rainhas de lares” foi extraído do artigo: Pronaf mulher: Perspectivas para o empoderamento feminino nos assentamentos rurais do Estado de Mato Grosso das autoras (MENEGAT; FARIAS 2010, p.10).

No capítulo seguinte, far-se-á uma descrição etnográfica do espaço físico da Comunidade Quilombola Buriti do Meio, lócus da pesquisa, situando o leitor como os habitantes do lugar estão organizados socialmente. Nessa direção, a próxima discussão tentará mostrar através da trajetória de vida do grupo a histórica luta de um povo negro que resistiu e ainda resiste aos efeitos de uma sociedade escravista marcada pela exclusão social. A intenção aqui é dar visibilidade às práticas culturais por ele praticadas, como também mostrar a luta política de um povo de reminiscência africana.

CAPÍTULO II - O QUILOMBO BURITI DO MEIO

2.1 Buriti do Meio: Uma etnografia da vida social local

Pretendeu-se neste capítulo adentrar na vida social local, objetivando trazer para o leitor como os sujeitos da comunidade estão socialmente articulados. Para isso buscou-se na narrativa etnográfica um suporte para tentar construir uma leitura da vida coletiva da comunidade quilombola de Buriti do Meio. Recorreu-se à memória coletiva compartilhada pelos membros dessa coletividade para compreender a sua história e o seu modo de vida em que se procurou evidenciar os aspectos considerados significativos por eles e que desde o passado perpassam a vida dessa população e que no presente permanecem atualizados. Assim, por meio dos relatos dos nativos pôde-se construir um entendimento do processo de construção de sua identidade étnica. A memória neste estudo se forma como um mecanismo importante, visto que são “registros vividos que partem das lembranças e eternizam lugares como referências e cenários para constantes visitas ao passado, trazendo em si os mais diversos sentimentos documentados e aflorados em narrativas, sonhos e percepções” (ANDRADE, 2008, p. 571).

De acordo com o Mapa 3, a comunidade Buriti do Meio está localizada no Distrito de Vila do Morro, no município de São Francisco, aproximadamente a 30 km da sede. Além de São Francisco, as cidades mais próximas do quilombo são Brasília de Minas e Luislândia.

Essas cidades têm certa importância para os quilombolas por proporcionarem acesso a alguns serviços como o bancário, saúde e o comércio. Quanto à saúde, essas cidades possuem certa infraestrutura, principalmente, atendimento e acompanhamento das mulheres gestantes, dentre outros casos que requerem tratamento de baixa e média complexidade.

A comunidade encontra-se cercada por propriedades privadas, na sua essência por fazendeiros com pequenas produções agrícolas e laticínio que, por sua vez, empregam alguns dos moradores do quilombo. A ocupação do território quilombola se dá de forma diferenciada: compõe-se de uma extensa área habitada com uma rica vegetação. As moradias estão distribuídas em pequenos espaços de terra tendo, em volta da casa, o terreiro, lugar central no criatório de galinhas; e patos para o próprio consumo.

Mapa 3 - Localização Comunidade Buriti do Meio



Fonte: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER/MG (2016)

A comunidade tem uma expressiva população que, segundo os moradores, contando com os que estão morando fora da comunidade a trabalho, somam 900 a 1000 pessoas, incluindo crianças, velhos, adultos e jovens. Estão distribuídas em 180 unidades familiares e possuem como principais atividades produtivas e econômicas o artesanato (artefatos cerâmicos) e o plantio das lavouras em agricultura para autossustentação. Os habitantes dessa localidade também têm a prática de criar gado, além de porco, que serve para o consumo e também para obter uma renda a mais no orçamento das famílias.

Cabe ressaltar que mesmo em pequenos espaços de terra, a roça é uma atividade muito importante para os integrantes da comunidade, todo ano, nos quintais de cada morador, planta-se feijão – principalmente o feijão de corda – mandioca, milho e capim para a alimentação dos animais, como boi e cavalos. A economia local conta com o rendimento da aposentadoria e com o auxílio do Programa Bolsa Família (PBF). No quilombo há um número significativo de moradores que é beneficiado por esse programa do Governo Federal.

Os moradores relatam que só não plantam mais devido à escassez de água e, concomitante a isso, a falta de chuva que afeta a produtividade da comunidade. Os córregos, que antigamente abasteciam a comunidade, atualmente estão todos secos; somente uma nascente, chamada pelos moradores de Mãe D'água, mantém-se, mas com pouca água, o que é insuficiente para abastecer a coletividade. Eles relatam que no tempo dos antigos, nessa nascente aparecia uma mulher branca do cabelo longo que emergia frequentemente do fundo

da nascente e desaparecia. Eles relatam também que nessa mesma nascente, os animais, principalmente o gado, eram cotidianamente capturados pelo caboclo d'água. Essas histórias fazem parte do imaginário dos mais jovens da comunidade. Essas questões historicizadas pelos moradores demonstram o tempo de abundância de água e eles relacionam a escassez de água nos tempos atuais ao abandono das nascentes pela Mãe D'água e pelo Caboclo D'água, por isso passam por tal situação, com pouca água para viver. A questão da água é um dos vários problemas que a comunidade tem enfrentado ao longo do tempo.

Para ter atendimento básico de saúde a comunidade teve que unir esforços para construção de um ponto de apoio na realização das atividades. Segundo Dona Maria das Neves, antes de 2008, havia mais de cinquenta pessoas que nunca tinham ido ao médico, com número elevado de hipertensos e com doença de Chagas. A situação foi amenizada, tendo mais controle dos efeitos das doenças, a partir do momento em que a equipe do Programa de Saúde da Família passou a frequentar a comunidade, dando assistência às necessidades dos moradores. A princípio, os atendimentos necessários à população estavam em condições bastante precárias, sem nenhuma estrutura para a realização de exames, dentre outras necessidades. Foi em decorrência dessa situação que os moradores uniram-se em mutirões, uns contribuindo com materiais e outros com a mão de obra para que pudessem ter um atendimento básico em relação à saúde.

De acordo com os moradores, já havia um projeto disponibilizado pela Prefeitura de São Francisco para a instalação de um posto de saúde para a comunidade, mas eles não souberam explicar por qual motivo essa unidade demorou tanto a ser instalada. Segundo a agente de saúde comunitária, Tânia, somente em 2014 com muita reivindicação e com intensas reuniões com o prefeito e seus assessores é que foi construído o posto de saúde (Figura 1) na comunidade. Um médico clínico, acompanhado por uma enfermeira, comparece à unidade três vezes por semana para assistir a população do quilombo.

Figura 01 – Posto de saúde da comunidade Buriti do Meio



Fonte: Acervo da autora (2015)

O espaço territorial da comunidade é composto de uma vegetação do tipo cerrado que, embora tenha sido muito desmatada, ainda se mantém, pois há uma preocupação de boa parte dos moradores na conscientização de toda população para a preservação da riqueza que o território possui. Essa comunidade está inserida no bioma cerrado, considerado um dos que possuem uma grande diversidade natural (GODINHO, 2013). No território, encontra-se uma enorme variedade de plantas medicinais e frutas. Conforme depoimento da moradora local, Dona Maria das Neves, era comum na comunidade a utilização de plantas como remédio na cura de algumas doenças e enfermidades, pois naquele tempo era difícil o acesso a um atendimento médico.

Dona Maria das Neves é moradora do quilombo, uma das mulheres militantes da comunidade, casada, mãe de sete filhos, com 56 anos de idade é vista no seu meio social como umas das lideranças comunitárias mais atuantes dentro e fora do quilombo. Atualmente exerce o cargo de coordenadora da arte e da cultura do Buriti do Meio e ela também tem uma importância significativa na produção do trabalho artesanal em argila um dos símbolos que marca a história local.

Essa moradora local conta da especificidade dos moradores antigos como seu pai, já falecido, Senhor Teodoro, da capacidade de lidar com os recursos naturais do lugar, visto que muitos moradores faziam “garrafadas” com misturas de raízes, que até pessoas “de fora”, de comunidades vizinhas, utilizavam desses remédios para algum tratamento. Essa prática de fazer garrafada no passado foi bastante forte, mas na atualidade tem sido substituída pelos produtos farmacêuticos. Um dos motivos para a alteração dessa prática foi devido à nova

geração não ter continuado com esse exercício. Para as pessoas da comunidade essa prática agregava uma imagem negativa, pois quem tinha o domínio desse saber era denominado “curandeiro”, assim, os “de fora” o viam como um povo macumbeiro. Acredita-se que esse foi um fator determinante para que deixassem de desempenhar esse saber tão específico dessa localidade.

Além dos aspectos referentes às ervas medicinais, outro ponto rico do cerrado está na diversidade dos frutos como a mangaba, o panã (chamado pelos moradores de cabeça de nego), o umbu, o coco macaúba e o pequi, fruto importantíssimo para a comunidade local (Figuras 2 e 3), pois o pequi, além de fazer parte das refeições diárias no período de safra, também representa uma renda considerável para as famílias que comercializam nas cidades vizinhas, principalmente em São Francisco. Além do pequi, que tem sua colheita iniciada em meados de novembro, também podem ser extraídos alguns derivados como o óleo, mais um complemento na cozinha, e a sua castanha que pode ser transformada em doces.

Estudos realizados por Chévez Pozo (1997) corroboram com essa ideia, apontando para a especificidade no Norte de Minas, região com importante produção do pequi, fruto que cumpre uma função bastante diversa, como exposto anteriormente. Processado e comercializado por indústrias de pequeno porte comercial e nas cooperativas regionais, com seu poder nutritivo, o pequi tem marcado presença na culinária não apenas nos mercados locais, mas para além, tem expandido regional e nacionalmente. Nos diálogos com os moradores, esses expressam que os produtos cultivados e extraídos representam uma alternativa sustentável de renda familiar e de alimentação.

Figura 02 - Mangabeira



Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 03 - Pequizeiro



Fonte: Acervo da autora (2015)

A comunidade está organizada em sete grandes grupos, denominados de Querosene, Umbu Cabeludo, Caiçara, Santa Rita, Mocó, Buriti Grande e Buriti do Meio, esse tido como centro da comunidade. Nas conversas com os moradores, verificou-se que há certo conflito

entre alguns grupos, principalmente entre o grupo Caiçara e o grupo Buriti do Meio, devido a, nesse último, estarem concentradas as pessoas que participam das questões ligadas aos interesses da localidade. Esse tipo de conflito tem gerado discussões internas entre os grupos. É perceptível na comunidade, um grupo específico que participa e que está diretamente envolvido na associação comunitária, como também nos movimentos e nas atividades culturais tanto dentro como fora da comunidade, os demais mantêm suas atividades normais do dia a dia. Vale ressaltar que boa parte da população luta pela preservação dos costumes, hábitos e das tradições herdadas das gerações passadas.

Ao andar pelo território, onde as casas mantêm poucos metros de distância uma das outras, em certos locais são demarcados pontos de encontros de jovens, locais para diálogos e conversas, os homens sempre separados das mulheres; as meninas são vistas geralmente nas varandas de suas casas em pequenos grupos. Muitos desses jovens se reconhecem como quilombolas, descendentes da cultura africana como mostra a Figura 4, que desvela o que Gomes (2003) apontou no seu estudo: na manutenção de uma identidade negra, além da cor da pele, o cabelo crespo funciona como um forte ícone identitário. O papel desempenhado por esses duplos marcadores sociais fala muito sobre quem são e de onde vem essa marca que torna um fator de autoafirmação como um povo diferente e que se reconhece com tal.

Figura 04 - Jovens da Comunidade



Fonte: Acervo da autora (2015)

Pode-se ainda perceber essa forte identidade da herança africana na comunidade, quando, ao longo do ano, são realizadas várias festas e as comemorações de datas religiosas

importantes para o fortalecimento nas crenças dando maior coesão ao grupo. A comunidade tem uma agenda festiva a cumprir ao longo do ano.

As comemorações começam em janeiro com a festa de São Sebastião, com cortejo do santo acompanhado por homens e mulheres, com a procissão de cavalheiros percorrendo trajeto estipulado pela própria comunidade e o término na igreja, com a celebração da missa. No mês de maio, há a comemoração da Abolição da Escravatura; em seguida, no mês de junho, a comunidade celebra as festas juninas com levantamento de mastro.

Em outubro são promovidas duas comemorações bastante significativas com forte poder simbólico: a Festa de São Geraldo, padroeiro da comunidade, que é realizada no dia 19; e a de Nossa Senhora Aparecida, no dia 12. Comemora-se também em 20 de novembro, o dia Nacional da Consciência Negra, momento visto pela população do quilombo como oportuno para colocar em questão e reforçar a luta do negro no Brasil e, concomitante, no Norte de Minas. Diante de tantas datas comemorativas e por meio dos rituais que compõem cada festa, foi possível enxergar a valorização das tradições; e a forma como tudo é organizado em torno das festividades em Buriti do Meio, principalmente, as religiosas que reforçam ainda mais o sentido de pertencimento entre eles (Figuras 5 e 6).

Figura 05 - Dança típica da comunidade



Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 06 - Festa de S. Geraldo



Fonte: Acervo da autora (2015)

É importante sublinhar que as comemorações da Abolição da Escravatura como também o Dia da Consciência Negra são dois momentos que reúnem uma quantidade de pessoas de fora, com a participação de entidades, ONGs e órgãos do governo, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), representante da Prefeitura de São Francisco e a participação de outras comunidades quilombolas como Bom Jardim da Prata, Borá e Júlia Mulata. Esses dois eventos têm uma característica mais política, visto que

é um momento oportuno de afirmação do ser negro, de chamar a atenção dos órgãos competentes para a concretização das políticas públicas a eles destinados.

Nessas comemorações, a comunidade reserva o momento da fala voltada para a discussão do direito ao território, luta ainda persistida por eles para a titulação definitiva de suas terras. Nessa efervescência de comemoração, a comunidade também valoriza a Folia de Reis e de Bom Jesus. O batuque sempre praticado na comunidade mostra o forte sincretismo religioso em Buriti do Meio, nesses momentos registra-se uma mistura do profano e sagrado, os cânticos católicos e os batuques dos tambores professam a grandeza da religiosidade.

Nas festas religiosas na comunidade transparecem múltiplas teias de significados, como bem observado por Moura,

Nas festas dos quilombos contemporâneos, pode-se verificar uma série de atitudes rituais que valorizam as tradições da comunidade com o sentido de perpetuá-las. (...) A importância de manter o sentido de pertencimento leva os que saem a voltar na época da festa. É assim a necessidade de valorização da sua própria cultura, e, portanto, da afirmação da sua visão de mundo, de entrada na busca do sobrenatural e do tempo mítico da festa, que os impulsiona (MOURA, 1997, s/p).

A vivência e a manutenção da religiosidade na Comunidade Buriti do Meio podem ser interpretadas como um catolicismo popular, já que o culto aos santos tornou-se uma prática cultural que mexe com a devoção, tanto pessoal como comunitária. É perceptível esse forte sentimento encontrado na comunidade, tanto é que a devoção pela Nossa Senhora Aparecida, cultuada pelos moradores católicos, como uma santa que representa os orixás da matriz africana. Essa prática religiosa existente na comunidade leva a entender que há um sincretismo religioso, que é a mistura das religiões do Brasil com a predominância da fé católica, para realizar e praticar os seus rituais de origem africana; os escravos introduziram santos católicos como os Deuses africanos para que assim pudessem ter a liberdade de perpetrar a sua fé.

Depreende-se dessa maneira que a religiosidade no quilombo Buriti do Meio agrega esses valores em que a mistura das crenças incorporaram novas formas de vivenciar e exercitar a fé da coletividade. De acordo com Silva, Ávila e Maciel (2010, p. 47), “A prática religiosa faz parte dos referenciais identitários dos afrodescendentes brasileiros. Os elementos de caráter religioso foram fundamentais no processo de resistência dos africanos ao sistema escravagista no Brasil”. Acredita-se que a comunidade para manter viva sua história também buscou tanto na crença católica como na crença africana a sobrevivência cultural do seu povo.

Ao se referir aos moradores católicos certificou-se que nem todos os habitantes comungam da mesma religião, na comunidade hoje há duas religiões, o catolicismo e o protestantismo. Nos tempos dos antigos como relatam os moradores, todos pertenciam à religião católica. Portanto, há duas instituições religiosas na comunidade, a Católica que tem como Padroeiro o São Geraldo e a Congregação Cristã do Brasil (Figuras 7 e 8).

Figura 07- Igreja Católica



Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 08 - Igreja Cristã do Brasil



Fonte: Acervo da autora (2015)

De acordo com os entrevistados, até a década de 1980 todos da comunidade compartilhavam da mesma crença religiosa quando essa realidade deixou de ser unânime. Antes a comunidade era majoritariamente católica, mas no presente momento essa realidade foi modificada. Há pelo menos três décadas que esse fato tem feito parte do grupo local. A incorporação de outra crença no grupo local tem relação com a ampliação das relações sociais dos habitantes da comunidade com a sociedade envolvente. A saída das pessoas do quilombo para outras regiões a trabalho propiciou a entrada de outra religião na trama social do grupo, o que evidencia uma modificação nas suas relações. Desde então os evangélicos vem encontrando cada vez mais espaço – com certa competição com os católicos – o que provoca conflito entre ambos devido à não aceitação de uma crença para outra e que tem provocado enfraquecimento na coesão social.

A interferência de outra crença na comunidade alterou de forma significativa as relações entre as pessoas da comunidade; observa-se um estranhamento em relação às diferentes manifestações religiosas ligadas ao catolicismo. Isso é visível nas festas comemorativas que o grupo católico realiza, nas quais poucos ou quase nenhum integrante do grupo dos evangélicos participam. Essas divergências contidas na comunidade, em relação à crença, não impedem a coletividade de se reconhecer como povo pertencente à ancestralidade africana.

Assim, cabe ressaltar que os intensos ciclos das festividades em Buriti do Meio servem como elemento constitutivo de fortalecimento comunitário, as práticas devocionais fomentam e nutrem o significado social de um grupo que caracteristicamente representa a resistência. Pode-se então afirmar que as práticas religiosas exercem uma função que o vincula ao passado, mantendo viva na memória uma tradição originada dos seus ancestrais; por outro lado, a sua preservação funciona como estratégia de luta para legitimar seus direitos por meio da afirmação da etnicidade e das práticas culturais por ele exercidas.

2.2 O surgimento da comunidade Buriti do Meio: Trajetórias de vida

Os negros daqui da comunidade eles vieram senhor de fora. Eles vieram da Bahia (Dona Maria Das Neves).

Segundo relatos dos moradores, a origem da comunidade, bem como sua imagem, está ligada ao fundador Euzébio Gramacho Gonçalves e Emanuela Francisca de Barros, sua esposa. Na memória coletiva do grupo, Euzébio veio da região da Bahia onde era escravizado. Fugindo dos castigos morou em uma fazenda chamada São José do Macaúba, região onde hoje é Janaúba. Os moradores relatam que nessa mesma fazenda os castigos ainda continuavam a ser praticados, como bem é atestado no depoimento de Dona Maria das Neves: “É lá nessa fazenda, nessa que ele ‘tava’ morando, tava sentindo muito castigado ainda. Que eu ouvi falar que diz que lá ele puxou o engenho, né? No dia que os bois não aguentavam, ele puxava o engenho. Aí de lá ele mudou para Gurutuba”.

Pelos relatos dos moradores mais velhos em Gurutuba⁶, Norte de Minas, o negro Euzébio permaneceu por pouco tempo devido à fome e mudou-se para Grão-Mogol, onde enriqueceu trabalhando nas minas de ouro. Ressalta-se que Grão Mogol foi considerada uma região de extração de pedras preciosas, segundo Chaves, Benitez e Andrade (s/d), depois da constatação de que ali se encontravam diamantes, o lugar foi aos poucos sendo povoado, por volta de 1781.

Pela memória dos mais velhos da comunidade, Euzébio se juntou com mais três companheiros e seguiram para o atual município de São Francisco, lugar onde fixaram e começaram a negociar na região onde está localizada a comunidade. Com seus companheiros

⁶ Gurutuba é uma região extensa historicamente ocupada por negros, sua dimensão territorial está distribuída pelos municípios de Porteirinha, Pai Pedro, Catuti, Janaúba, Jaíba, Monte Azul e Gameleira, no Norte de Minas Gerais. A área está compreendida entre os Vales do Rio Gurutuba e o do Rio Verde Grande (CEDEFES, 2008).

negociavam pinhão, mamona, algodão na cidade de São Francisco, com os navegantes que ficavam nas margens do rio. A comercialização desses produtos resultou na compra de uma fazenda com 363 alqueires. Pelos relatos dos moradores, a fundação da comunidade sempre é direcionada à figura de Euzébio Gonçalves Gramacho e Modesto; já o terceiro negro, que também fez parte da formação do quilombo, não se tem referências e informações sobre ele.

Na remontagem da história da comunidade, os diálogos obtidos com os habitantes do lugar, Euzébio e Emanuela foram os principais personagens na constituição da comunidade. Chegaram e implantaram as suas raízes, dando origem ao quilombo, tiveram setes filhos que casaram com pessoas das comunidades e cidades vizinhas dando sequência à formação social da comunidade. Desde então, os filhos dessas famílias foram casando entre si, primos e primas constituindo novas famílias; portanto, o resultado disso é que todos no quilombo têm laços de parentesco consanguíneo, com sobrenomes Francisca, Gonçalves e Souza.

Os laços construídos entre os membros da comunidade revelam um sentimento de solidariedade, que pode ser percebido nas ações do cotidiano de cada um, o viver comunitário agrega valores que são compartilhados com todos e para todos do grupo. Esse jeito de viver sustenta-lhes formas bastante concretas de sociabilidade, funciona como uma espécie de coerção social em que os sujeitos inseridos nesse contexto tenham consciência de suas obrigações e de partilhar as oportunidades de recursos que na maioria das vezes são escassos.

Os quilombolas da comunidade Buriti do Meio, descendentes de escravos, relatam suas histórias contadas a partir do que seus pais e avós vivenciaram, tornando assim um acervo de informações que diz quem foi e de onde vieram os negros que mantiveram a originalidade de uma cultura que não se perdeu com a transformação do tempo. Os sinais diacríticos marcados no quilombo como a cerca de pedra denunciam a ancestralidade ligada à escravidão.

Na perspectiva de Cunha (2009), esses sinais garantem a continuidade e a singularidade; esses serão escolhidos por contrastes, ou seja, vão depender dos símbolos adotados por outros grupos em presença da sociedade em que se acham inseridos. Em Buriti do Meio, tais sinais são usados como um importante elemento, sendo indispensável para os nativos mostrar a particularidade da sua cultura para aqueles que vivem ao seu redor.

A cerca de pedra (Figura 09), feita pelos primeiros habitantes do quilombo, fica localizada na Fazenda Passagem Funda que faz limite com o território da comunidade.

Figura 09 - Cerca de pedra feita pelos primeiros moradores da comunidade



Fonte: Acervo da autora (2015)

Recentemente, em uma de muitas conversas com os moradores, eles disseram que a proprietária reconheceu a existência do quilombo muito antes da sua chegada. Tânia relatou que ouviu da moradora da fazenda a seguinte observação: “Ah, quando eu cheguei aqui, há mais de cinquenta anos esses negros já estavam aí”. Por falta de documentos escritos e registros concretos que comprovem a formação histórica da comunidade, buscou-se na memória dos mais velhos em que época os negros de Buriti do Meio aí chegaram. Para uns, a comunidade tem aproximadamente 300 anos; já para outros, 200 anos; acredita-se pela trajetória histórica dos primeiros formadores do quilombo suas instalações no Norte de Minas ocorreram em meados do século XIX.

A população local relembra a situação sofrida, reclamam da falta de oportunidades para o desenvolvimento da comunidade, contam histórias de sofrimento em relação à vida precária que todos viviam. Como é uma região de pouca chuva e que a seca é uma realidade, o pouco que plantavam perdiam.

Outro fator que afetou estruturalmente a coletividade foi a expropriação de seus territórios pelos grandes proprietários de extensas fazendas em torno do quilombo. Em uma das conversas sobre a questão da perda territorial dos quilombolas de Buriti do Meio – reservando-se o direito de não nomear para não criar qualquer constrangimento para tal sujeito – esse relatou que no período da década de 1980, quando era empregado de uma dessas fazendas, a mando do seu proprietário, demarcou uma área do quilombo para ser erguida uma cerca.

Foi quando os próprios quilombolas, na figura de uma mulher, Dona Henriqueta, já falecida, impediram que tal processo se consumasse. No relato da quilombola Dona Maria das

Neves, recentemente foi questionada por um desses fazendeiros, sobre os moradores da comunidade estarem reivindicando as terras expropriadas. Segundo os moradores a problemática da terra é uma questão que precisa ser resolvida em decorrência do crescimento da população; atualmente, o espaço territorial está ficando cada vez mais reduzido pelo número de famílias. É comum na comunidade a existência de mais de uma casa na mesma propriedade familiar, os filhos vão constituindo família e agrupando no mesmo espaço de terra de seus pais, como mostram as Figuras 10 e 11.

Figuras 10 e 11 - Aglomeração de casas por grau de parentesco



Fonte: Acervo da autora (2015)



Fonte: Acervo da autora (2015)

Dadas essas condições, alguns membros da comunidade, os mais engajados politicamente vêm tentando conscientizar a população da necessidade de lutar pela recuperação do território perdido. No entendimento local há um sentimento comum, o medo e receio de represálias dos fazendeiros, eles alegam que não querem vivenciar o que muitas comunidades quilombolas vivenciam perdendo seus entes queridos. Lembrando o ocorrido no quilombo Brejos dos Crioulos em que sofreram perseguições e mortes; em umas das conversas com grupos de mulheres do quilombo, uma delas relatou que as mulheres têm coragem de fazer a ocupação dessas terras perdidas com objetivos de recuperar parte delas, mas os homens não compartilham das mesmas ideias.

É importante mencionar que em Buriti do Meio não há conflito territorial, embora tenham sido expropriados pelos latifundiários, pode-se dizer que a relação entre eles é pacífica, até o momento não se registrou nenhuma ação no que diz respeito à situação da propriedade local. Grande parte dos moradores mais velhos reconhece a existência do problema, fato esse que hoje as pessoas do lugar têm pouco espaço de terra para plantar, cultivar o roçado e criar os animais. A maioria das terras férteis de cultura está dentro das propriedades vizinhas, o que restringiu a produção alimentícia dos moradores; antigamente, o

que era consumido era colhido do próprio território, atualmente, alguns desses alimentos têm que ser comprados nos armazéns das cidades próximas.

2.3 O reconhecimento constitucional do Quilombo: Da inclusão a visibilidade

A história brasileira sempre revelou um descaso para com a população de cor e isso não é diferente com as comunidades quilombolas existente em todo Brasil. Buriti do Meio é um exemplo desse descaso que o Estado só tardiamente reconheceu a necessidade de fazer jus à inclusão desses sujeitos, que fazem parte do patrimônio da nação brasileira. O Norte de Minas é conhecido no imaginário nacional como uma região apoiada na pobreza e miséria, onde as condições climáticas não são das mais favoráveis devido aos longos períodos de seca.

Nessa acepção, Salgado e Santos (2011) discorrem:

Cabe lembrar que, ao longo de sua história, a região norte-mineira apesar de se reconhecer em seu território pactuando suas expressões, sentidos, sujeitos e significados, carregou em seus espaços de visibilidade um estigma associado à miséria, feiúra paisagística e inoportunidades, situação esta, que começa a ser superada em virtude de uma gama de fatores econômicos, políticos e sociais que passaram a garantir, via estratégias institucionais e movimentos sociais, melhores condições de vida e maior reconhecimento de valores identitários regionais (SALGADO; SANTOS, 2011, p.10).

Diante da assertiva dos autores mencionados, esse cenário começa a mudar a partir de uma gama de fatores, principalmente, a implementação de políticas sociais voltadas para o tratamento específico dos grupos que estão em um quadro de vulnerabilidade social, a exemplo das comunidades remanescentes de quilombo, ribeirinhos, dentre outras na região, pelo grau de pobreza e a falta de acesso e oportunidade aos bens e serviços.

Foi nessa conjuntura que a comunidade Buriti do Meio começou a se organizar, no início dos anos 2000, reivindicando o seu reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo, com base nos trâmites legais da política do Estado Nacional. Nessa direção, segundo Santos (2012, p.38) “as lutas pelo reconhecimento dos direitos travados na esfera pública pelos agentes sociais do campo quilombola revelam que as disputas pelo acesso aos recursos e bens do Estado são uma das formas de ampliação do poder político”.

Em virtude dessa percepção, os moradores se mobilizaram, visando a que tal perspectiva se efetivasse e para a saída da marginalização e da invisibilidade histórica que todos do quilombo sofreram em consequência de uma desigualdade atrelada aos fatores étnico-raciais.

A situação da comunidade é relatada pela moradora Tânia: até 2002 a comunidade vivia em condições bastante precárias. Segundo ela, o problema maior era em relação à água, a ponto de os moradores naquela época levantarem às quatro horas da manhã e direcionar para as beiras das nascentes para buscar o pouco de água que restava. A melhoria na situação da água, entre outras, só começou a ser concretizada mediante a intervenção da ala política do partido do vice-presidente da república José Alencar.

O estudo realizado por Santos (2013) na comunidade Buriti do Meio aponta que outro fator que contribuiu para efetivação de benefícios dos governos federal, estadual e municipal para a comunidade foram as visitas de antropólogos, em sua maioria, ligado à Fundação Cultural Palmares (FCP).

Tânia enfatiza que, além das visitas de especialistas do órgão federal, também outros foram importantes na exteriorização da comunidade; segundo ela, por meio do contato com pesquisadores do meio acadêmico de Montes Claros, da rede Pitágoras e Unimontes, que foram imprescindíveis na divulgação da cultura local.

De acordo com a interlocutora Tânia, logo após as visitas das instituições ligadas ao Governo Federal, a comunidade, auxiliada por professores e acadêmicos, comunicou ao Serviço de Apoio à Micro Empresa – Sebrae – a existência do quilombo, no qual ocorria a produção do artesanato. O resultado de todo esse processo foi a visita de representantes do Sebrae que pediram permissão para a veiculação de uma matéria sobre a cultura local, principalmente, sobre a arte do artesanato, com grande expressividade na região – pode-se afirmar que a comunidade é conhecida na região pela criatividade na arte do barro.

Baseada nas informações de Tânia, em 2003, com a presença da TV Grande Minas, atualmente Inter TV (afiliada da Rede Globo), a realidade da comunidade ganhou notoriedade em âmbito local e estadual. Naquela época, a emissora estava veiculando uma série de matérias a respeito das condições de vida das comunidades carentes no Norte do Estado, dentre elas a comunidade Buriti do Meio, que foi beneficiada com uma matéria em que foi abordada uma gama de questões de suma importância para o quilombo. As questões postas pela mídia mostraram a realidade em que viviam os moradores locais, uma comunidade carente, com pouquíssimo contato com a sociedade envolvente e com péssima qualidade de vida.

Pelos relatos dos interlocutores, a mídia teve um papel fundamental na vida de todos, pois foi em decorrência da veiculação de matérias em rede que abriu todas as possibilidades para o reconhecimento da existência do quilombo. A saída da invisibilidade à qual estavam submetidos os direcionara para outra realidade da vida; no imaginário das pessoas do lugar a

vida no quilombo estava cada dia mais difícil e que não teriam alternativa a não ser viver naquelas condições desfavoráveis sem esperança de uma vida digna.

A invisibilidade das comunidades negras é um fato contundente na história brasileira. Dada essa forte constatação, em 2004, o Programa Brasil Quilombola do Governo Federal (PBQ) desenvolveu inúmeras ações, recursos e, sobretudo, definições de metas para a consolidação das políticas para o atendimento das comunidades quilombolas. Foi nessa efervescência que, na visão dos moradores, aqueles que mais participam dos movimentos sociais, tanto dentro como fora da comunidade que começou o processo de reconhecimento como um grupo pertencente aos remanescentes de quilombos.

Segundo Dona Maria das Neves e Tânia, em 2003 a comunidade não tinha sido reconhecida ainda, mas estava se organizando para que tais medidas fossem tomadas para dar andamento nos procedimentos exigidos. As interlocutoras ressaltam que o processo de reconhecimento encaminhado pelos moradores aconteceu de forma rápida. Segundo elas, o motivo de tal agilidade está atrelado ao fato de os moradores já estarem organizados na associação comunitária, o que facilitou para que as reivindicações dos habitantes pela melhoria de vida, em parceria com a Prefeitura Municipal de São Francisco, fossem atendidas.

Entre tantas demandas e carências da comunidade, caracterizada por uma infraestrutura precária, as principais eram a construção de uma escola, de um posto de saúde e de moradias, pois ainda, em muitas casas, a estrutura era à base de adobe ou de pau a pique. “A gente vivia naquela situação e achava que teria que viver daquele jeito, a gente não tinha conhecimento nenhum”, afirma Tânia.

Pela fala da referida moradora, o acesso ao conhecimento proporcionou outro olhar de quem eles eram realmente, muitos dos habitantes negavam a sua origem, pela imagem negativa que se tinha da comunidade. Esse estereótipo não está diretamente ligado somente ao quilombo Buriti do Meio, pelo contrário, é uma imagem pejorativa que se tem do negro como perigoso, violento e selvagem. Assim como Tânia, outros componentes da coletividade acreditam que o atraso social que eles viviam está relacionado à cor da pele.

Conforme Rosimeire, moradora do quilombo, nas cidades próximas onde eles mais mantinham relações comerciais eram hostilizados com comentários pejorativos.

A gente era muito humilhada, em Luislândia inclusive a gente ia mesmo porque a gente era resistente mesmo, mais quando a gente chegava lá as moças de lá ficavam tudo gritando eh quilombola do Buriti do Meio, as poteiras do Buriti do Meio, naquela maior discriminação, mas a gente ia assim mesmo porque a gente tinha precisão.

Segundo a moradora, os comentários de forma discriminatória sobre eles no passado eram constantes, e essas questões fizeram que as pessoas do quilombo se mantivessem afastadas do convívio com os “de fora”.

A inclusão da comunidade no meio social local, estadual e nacional adveio, em 2004, a partir do título como comunidades remanescentes de quilombos, quando foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares (FCP). É unânime em cada depoimento dos entrevistados a percepção das mudanças significativas que ocorreram na vida de todos. Esses atribuem a melhoria, tanto social quanto econômica, à ação do Estado com as políticas públicas.

Na opinião da coletividade, o avanço foi de uns noventa por cento (90%) se for comparado ao que era antes: “éramos carentes de tudo, tudo mesmo, a vida era muito mais difícil, hoje não, depois do reconhecimento está tudo melhor” reforça D. Maria, 56 anos, moradora do quilombo.

2.4 Refazendo a vida no quilombo: Mudanças e novas perspectivas

A comunidade entra em um novo limiar da sua história, tentando romper com alguns entraves que a estigmatizavam. A cor da pele, que antes era um mecanismo de resistência social, após ser incluída nas políticas de reparação social, disseminadas por todo Brasil, passou a ser um fator não mais de negação e segregação como foi no passado, mais um ponto positivo para a comunidade. Conforme aponta a interlocutora Flávia, o isolamento da comunidade em relação ao meio urbano dificultou o acesso mais rápido a algumas questões, que para ela são fundamentais na busca dos direitos como remanescente de quilombo.

Diferentemente de décadas passadas, hoje a comunidade, tem-se articulado em prol de melhores condições de vida. Com o reconhecimento de sua etnicidade, a coletividade pode angariar recursos do Estado para melhoria de sua infraestrutura, dada a existência de políticas públicas específicas para quilombolas, desde o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Esse processo trouxe uma nova identidade ao grupo, o qual foi inserido em novas oportunidades e ampliou suas relações com outros setores da sociedade. Desde então, a comunidade tem sido alvo de frequentes visitas de pesquisadores do meio acadêmico, como também de instituições governamentais e ONGs.

Uma questão positiva vista pelos moradores é que já havia um espírito de coletividade quando os órgãos do Estado fizeram visitas à comunidade, pois estavam

organizados em uma associação muito antes da entrada no processo reivindicatório pelo reconhecimento como afrodescendentes. A associação foi criada em 1994, pelo morador Nicolau Gonçalves Ferreira. É mantida com recursos próprios, sendo que os associados pagam uma taxa mensal de R\$4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) para estarem inscritos nela. A associação quilombola do Buriti do Meio (Figura 12) possui atualmente 250 associados, com número expressivo de mulheres, tanto como associadas, quanto as que mais participam das reuniões. A atual presidente da Associação é moradora do quilombo, Ana Lina, e os cargos na associação estão sendo compostos, em grande parte, por mulheres.

Essa tem sido a dinâmica no atual contexto da comunidade, de a associação comunitária do quilombo ser majoritariamente composta por mulheres. Essa entidade para a coletividade, segundo Tânia, é de suma importância, pois ela é vista como uma interlocutora na busca de recursos nas instituições públicas. Tânia e Ana Lina, ambas moradoras da comunidade, chamam atenção para o fato de a associação ser um órgão que representa toda a comunidade. Esse fato facilitou a mobilização de todos no fortalecimento no processo de identificação da comunidade, como pertencente aos remanescentes de quilombo, como também, por meio dela, a comunidade recebe os recursos destinados para comunidade, disponibilizados pelos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Figura 12 - Prédio da Associação Comunitária da Comunidade Buriti do Meio



Fonte: Acervo da autora (2015)

A mudança na vida comunitária do quilombo contribuiu para alargar as relações com o mundo. No tempo dos antigos, como apontam os moradores, era incomum alguém se ausentar da vida social local. Com o reconhecimento como uma comunidade remanescente de

quilombo, houve o alargamento das relações sociais das pessoas do lugar com outros espaços e setores para além do município. A abertura da comunidade proveniente de suas demandas resultou em várias participações em eventos por todo Brasil. Dona Maria das Neves relata que desde o reconhecimento a comunidade vem participando de movimentos pelo país, o que, segundo ela, tem propiciado a divulgação da cultura do quilombo.

Dentre muitas participações, Dona Maria das Neves julga como uma das mais importantes que a comunidade até hoje participou foi em 2012, quando ela e um grupo de mulheres marcaram presença na Conferência Mundial Rio+20, em que aconteceram várias discussões de governos, empresas, ONGs, acadêmicos e movimentos sociais. E uma das pautas de discussões, dentre tantas, era a crescente desigualdade no mundo, o que para as mulheres foi um momento de grande aprendizagem, uma vez que a desigualdade foi e ainda continua sendo um retrato marcante na comunidade.

Diante disso, as mulheres reconhecem que a participação em muitos eventos tem proporcionado, cada vez mais, conhecer e, ao mesmo tempo, ter mais acesso à informação. Dizem que, até uns 15 anos atrás, tinham pouco contato com o mundo exterior. A comunidade está mais conectada com o que acontece na região, como também nos outros estados do país. Segundo elas, a partir do momento em que a imagem do quilombo foi projetada para além do município, a comunidade entrou para um novo ciclo, tanto as mulheres quanto os homens trabalharam em conjunto para minimizar o estágio de pobreza por eles relatado.

As oportunidades surgidas têm direcionado a comunidade a ampliar cada dia o desejo de buscar melhores condições de existência, o acionamento de benefícios do Estado juntamente com o município colocou o quilombo em um outro patamar. Durante as entrevistas, como da quilombola Joana, essa deixou transparecer que os moradores, ao longo do tempo, têm enfrentado o abandono, por não ter uma política que os ampare,

Pelo menos assim, a gente enxergou que a gente era pessoa e que tinha alguma significância para o governo, pelo menos a gente enxergou isso aí, e depois disso aí, a gente foi buscando as políticas públicas foi tendo algumas informações foi adquirindo oportunidade também as universidades vieram trazer mais informações, através disso aí a gente acabou né, é... conseguindo pelo menos saber que existe oportunidade para nós.

Segundo a entrevistada, Joana (38 anos), as oportunidades surgidas nesse novo contexto vêm redirecionando a vida dos moradores, pois passaram a buscar nas políticas compensatórias do Estado as demandas necessárias para viver dignamente e, além disso, amenizar a situação marginal em que viviam em decorrência da inexistência ou inoperância

de políticas anteriores que não enxergavam esse segmento da população brasileira como um dos mais fragilizados do país.

Nesse sentido, pelos depoimentos dos entrevistados, as condições de vida em que viviam os fizeram buscar por melhorias. A conjuntura da política nacional proporcionou o reconhecimento oficial das comunidades remanescentes de quilombo e colocou em destaque suas questões, tanto no contexto político quanto acadêmico, além de possibilitar a esses grupos oportunidades de serem ouvidos e percebidos. Para além, esse novo cenário favoreceu o surgimento de memórias marginalizadas que até então estavam submetidas ao silêncio sem expectativas de uma vida melhor.

Nesse ensejo, o rompimento com o silêncio e isolamento deve-se ao fato de as pessoas mais velhas da comunidade buscarem, por via da memória, remontar as histórias dos antepassados usando-as como ponto de partida para vários propósitos: além de ser um documento histórico, em que as próximas gerações possam se beneficiar, também é um meio usado por eles para chamar a atenção dos problemas enfrentados ao longo do tempo e, acima de tudo, ter a chance de projetar a imagem da comunidade para o meio exterior.

A titulação como remanescente de quilombo proporcionou à comunidade acesso a vários benefícios disponibilizados pelo Governo Federal; a partir desse momento foram constantes visitas que resultaram em um trabalho com a população. A princípio foram instalados 105 sanitários com sistema de fossa, visando à melhoria na qualidade de vida de quase toda a população. Em 2005, a Fundação Nacional de Saúde – Funasa – começou um trabalho de acompanhamento com duração de quatro anos; a cada seis meses visitava a comunidade dando sequência ao intenso trabalho ali, conscientizando a população da importância de se obter uma boa qualidade de vida e de que necessitaria de cuidados básicos, tanto individual quanto coletivamente.

Em seguida, chegaram diversos equipamentos para atenuar os problemas relacionados ao abastecimento de água na comunidade, o minucioso trabalho da Funasa resultou na canalização da água em todas as residências do quilombo. Para o abastecimento de água na comunidade, foram perfurados dois poços artesianos, um em atividade desde 2005, e o outro, até o momento, não está em funcionamento devido à falta de instalação de alguns equipamentos, como a bomba para colocá-lo em atividade.

A comunidade ainda enfrenta problemas de escassez de água, já que um poço artesiano não tem sido o suficiente para atender toda população. Em 2014, a comunidade foi mais uma vez beneficiada com o programa Água para Todos, do Governo Federal, quando foram implantadas cisternas de polietileno (Figura 13) em cada residência do quilombo,

equipadas com um sistema de calhas que aproveita a água das chuvas que escorrem dos telhados das casas.

Em 2015, devido à longa estiagem que se instalou no Norte de Minas, houve falta de água e, para suprir tal problema, a comunidade era abastecida por um carro pipa, disponibilizado pela Administração Municipal, o que contribuiu para que os moradores do quilombo não passassem por problemas ainda maiores.

O autorreconhecimento inseriu a comunidade Buriti do Meio na política de ações afirmativas e de melhorias materiais do governo federal, destinada exclusivamente às comunidades remanescentes de quilombos. E aquela é reconhecida, desde 2005, como comunidade remanescente de quilombo, titulada pela Fundação Cultural Palmares, mas ela ainda não possui a titulação definitiva da terra, o que tem feito o quilombo, constantemente, procurar o INCRA, reivindicando do órgão a regularização da terra e pressionado para o aceleramento do processo da regularização territorial. A instituição se comprometeu a resolver a questão da documentação da terra em 2016.

Figura 13 - Cisterna de Polietileno do Programa Água para Todos



Fonte: Acervo da autora (2015)

É pertinente dizer que o quilombo Buriti do Meio vem sendo contemplado com benefícios sociais do governo federal desde 2005, quando foi iniciado um conjunto de ações em prol de desenvolvimento da comunidade. As oficinas promovidas pela Funasa em 2005 são consideradas por Tânia como uns dos projetos mais importantes e necessários, pois foram abordados aspectos de limpeza dos sanitários, alimentação e o cuidado com o manuseio da água, evitando assim outros tipos de doenças.

Conforme a referida entrevistada, a realização de oficinas tendo como título “HIGIENIZAÇÃO, SAÚDE e EDUCAÇÃO” contribuiu para a diminuição de problemas como diarreia das crianças na comunidade, que era uma questão bastante latente. Outros trabalhos foram feitos pela Funasa em relação ao combate a insetos, como barbeiro e outros de cunho infectocontagioso.

Nesse quadro de acontecimentos, a comunidade demandou por uma escola de qualidade. A construção do prédio somente aconteceu em 2005, mas o processo de luta pela escola já havia se iniciado bem antes do reconhecimento. Segundo Dona Maria das Neves, sempre procuraram por melhoria, mas nunca lhes deram a devida atenção e uma das questões que mais os angustiava era a situação de precariedade no sistema escolar, as aulas aconteciam em uma pequena casa sem condições higiênicas e comodidade para os alunos. É válido salientar que muitos benefícios existentes atualmente na comunidade são frutos da insistente reivindicação dos moradores, como a escola e o posto de saúde em que realizaram longas reuniões com as autoridades competentes para que os projetos fossem realmente concluídos.

Em decorrência da má condição infraestrutural, houve visitas de representantes da Secretaria de Ensino do Estado de Minas Gerais, quando foi iniciado o processo da construção de um novo prédio e ampliação do ensino que somente era oferecido até o nono ano do Ensino Fundamental II.

Desde a construção do prédio, os jovens não precisam deslocar da comunidade para dar continuidade aos estudos em Vila do Morro. A situação era bastante difícil para os moradores cujos filhos não concluíram os estudos, devido à dificuldade do deslocamento para outro município. Atualmente estão matriculados aproximadamente 400 alunos das séries iniciais até o Ensino Médio.

Além de sala de aula, o prédio da Escola Estadual Passagem Funda (Figura 14) é composto por uma grande quadra com cobertura, dois sanitários, bebedouros e uma cozinha para a realização das refeições diárias dos alunos.

A quadra (Figura 15) é de grande utilidade não somente para o bom funcionamento escolar, mas também cumpre uma função bastante diversa no tocante a outros eventos realizados pela comunidade, como palestras e reuniões.

Figura 14 - E. E. Passagem Funda

Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 15 - Quadra da Escola

Fonte: Acervo da autora (2015)

Com intuito de melhorar a qualidade do ensino, a pedido dos moradores, foram disponibilizados pela Prefeitura Municipal de São Francisco dois ônibus (Figuras 16 e 17) para o transporte dos alunos, visto que é bastante expressiva a distância de determinado local do território para onde está situada a escola, e a intenção é proporcionar maior comodidade para as crianças e jovens em processo de formação.

Assim posto, pode-se dizer que os resultados das ações, ou seja, dos investimentos na infraestrutura, têm surtido efeitos na comunidade, já existe um número significativo de jovens que concluíram o Ensino Médio.

Segundo Flávia, dentre muitas demandas da comunidade, a educação foi colocada como uma das principais lutas empreendidas por eles. Até pouco tempo não se pensava em jovens com curso superior – diz Claudionor –, nos últimos seis anos a situação mudou, os jovens quilombolas começaram a se ingressar na universidade, agora na comunidade já existem sete jovens com formação superior e outros iniciando o processo de formação.

Figuras 16 e 17- Ônibus Escolares para o transporte de estudantes

Fonte: Acervo da autora (2015)



Fonte: Acervo da autora (2015)

As ações oriundas do processo de reconhecimento e de inserção dessas comunidades negras seguem uma linha geral empreendida pelo Estado brasileiro nos últimos anos. A comunidade quilombola Buriti do Meio beneficiou-se, de uma e outra forma, dessa política generalizante, cujos resultados mostram-se bem específicos obedecendo às características e particularidades de cada comunidade.

Dona Maria das Neves diz que seu grande desejo é ver pessoas da própria comunidade ministrando aulas na escola: “O dia mais feliz da minha vida vai ser no dia que eu ver um negro da comunidade desfilando, dando aula na escola, minhas filhas já são formadas e não sobram vagas para elas, isso não está certo, isso está errado”.

Uma das questões de grande impasse que ocorre atualmente na comunidade diz respeito à resistência da comunidade com o corpo docente da escola que é constituída por pessoas de fora, de Vila do Morro e das cidades vizinhas como Luislândia e Brasília de Minas. Há um desejo dos moradores que os jovens da comunidade com a formação superior também seja incluídos no corpo docente da escola da comunidade, eles apontam que seria mais um ponto positivo para que as próximas gerações deem a continuidade à cultura local.

Para eles, quem melhor para falar sobre si, senão os do próprio lugar? Nesse questionamento pode-se perceber a necessidade de se autoafirmar como capazes de tal condição. De acordo com Silva (1995), considerar os conhecimentos produzidos em sala de aula pelos grupos oprimidos, reafirmar a sua capacidade intelectual é dar-lhes a chance de navegar num universo que poucos negros tiveram a oportunidade de ocupar.

Nas falas das depoentes, transpareceu a reivindicação de poder também não somente participar da vida escolar, mas atuar dentro dela e apontam que estar em sala de aula é mais um ponto agregador na afirmação da identidade dos mais jovens da comunidade. Na visão da moradora do quilombo, Flávia, graduada em Pedagogia (também agente comunitária), é preciso fomentar e trabalhar a história do seu povo, de seus ancestrais, na conscientização da nova geração para manter viva na memória de cada um a verdadeira história do negro e, sobretudo, do quilombo; no fortalecimento da sua identidade para que estejam mais preparados para assumir com mais coragem a sua negritude.

A reflexão de Flávia da comunidade Buriti do Meio mostra a preocupação da conscientização dos mais jovens na formação de uma identidade que perpassa as especificidades culturais dos agentes sociais do quilombo. Soma-se a essa interpretação a contribuição de Gomes (2009) ao chamar a atenção para a formação dos jovens negros:

Abrir um espaço dentro das comunidades negras, para os (as) jovens negros (as) se expressarem e construírem suas estratégias de luta é uma forma de contribuir com

sua educação, sua formação humana e também sua formação enquanto intelectuais negros (as). As ações da juventude negra são marcantes na história da população negra, a contribuição deste público jovem para a reconstrução da história negra é significativa (GOMES, 2009, p.106).

Nesse ínterim, a comunidade vem buscando ganhar espaço no meio social em todas as dimensões, ela aposta na formação e informação para continuar trilhando um caminho em busca de novos sonhos e objetivos. De acordo com os moradores mais velhos da comunidade, a educação dos filhos tornou um fator primordial, eles apontam que não tiveram a oportunidade ao estudo. E que tal oportunidade decorre, segundo Dona Maria das Neves, da viabilização e a ampliação de um conjunto de fatores que desencadeou no avanço do ensino para as gerações seguintes do quilombo.

A princípio, o acesso à energia e à internet implantadas foi um grande passo que a comunidade alcançou. Logo depois foi construído um telecentro comunitário, no núcleo da comunidade, local onde estão sendo ministradas capacitações em informática, com ênfase no apoio à gestão e comercialização do artesanato. Além disso, esse espaço também tem servido para outras fontes como o atual projeto Quilombo dos Direitos (Figura 19) que está sendo promovido pela Cáritas Diocesana de Januária/MG em parceria com a ONG Kindernothilfe⁷ - KNH, de origem alemã. Esse projeto Quilombo dos Direitos, a princípio com duração de cinco anos, trabalha na perspectiva do direito da criança quilombola e atende 250 crianças da comunidade como estas mostradas na Figura 18.

Figura 18 - Crianças da comunidade



Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 19 - Faixa projeto na comunidade



Fonte: Acervo da autora (2015)

⁷ A Kindernothilfe é uma das maiores organizações não governamentais de cooperação para o desenvolvimento e ajuda humanitária. A Kindernothilfe – KNH - é uma agência de desenvolvimento, fundada em 1959 na Alemanha, com enfoque na criança e no adolescente. Seu objetivo é melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes que vivem nos países mais pobres do mundo. Em 2014, as suas receitas totalizaram 56,6 milhões de euros. Há mais de 55 anos, a Kindernothilfe se empenha a favor de crianças desfavorecidas e os seus direitos em países em desenvolvimento (ANUÁRIO KINDERNOTHILFE, 2014).

Para tanto, os moradores de Buriti do Meio manifestam a satisfação de poder atualmente ter acesso à educação, visto que para todos do quilombo ela abre um leque de possibilidade para uma vida melhor e ainda constitui uma referência simbólica capaz de direcionar para a efetivação da sua cidadania. Cabe aqui mencionar que a inclusão digital da comunidade tem proporcionado o quilombo alçar novos horizontes, pois essa ferramenta cumpre um papel importante quanto à agilidade na chegada de informações, dentre outras utilidades.

Para os entrevistados da comunidade, o advento da internet trouxe alguns benefícios importantes, como o acesso rápido à informação, à geração de novos conhecimentos que são instantaneamente compartilhados. A introdução dessa na vida cotidiana do quilombo tem possibilitado à comunidade estreitar as relações sociais e trocas de experiências com outras comunidades quilombolas, como também com setores públicos, principalmente do Estado, já que é através dele que as comunidades vêm atualmente buscando recursos para o seu desenvolvimento. Dessa forma, estar incluído nesse modelo de inclusão digital não só estimula a rápida interação entre os indivíduos, como também possibilita a divulgação da produção e tradição cultural da comunidade.

O quilombo Buriti do Meio é partícipe, dentre muitas comunidades quilombolas no Brasil, das políticas diferenciadas para as comunidades remanescentes de quilombo, implantadas pelo governo Federal desde 2003, quando passou a direcionar maior atenção para esse segmento que se encontrava em grau elevado de vulnerabilidade social. Em virtude dessa política, com a qual a comunidade foi beneficiada, vem a cada dia tentando aprimorar seus conhecimentos. Pode-se considerar que atualmente ela se encontra bastante organizada.

Desde a entrada do século XXI, quando começaram os trâmites para ser reconhecida como remanescentes de quilombo, a comunidade vem sendo alvo de políticas do governo federal. Segundo Claudionor, a partir do momento em que se tornaram conhecedores de seus direitos “nós partimos pra cima para tentar pelos menos amenizar a nossa situação tão desigual que vivíamos”.

Claudionor fala desse acontecimento na comunidade e ressalta o empenho de todos os moradores na constituição do reconhecimento. Para a efetivação de tal processo foi realizada na comunidade uma série de atividades de caráter educativo e recreativo com o intuito de mobilizar a população local para o seu fortalecimento na caminhada pelo reconhecimento legal. Incrementar a participação coletiva de todos: homens, mulheres, jovens, crianças, é fazer perceber que cada um tem sua importância e contribuição na construção desse processo.

As lideranças locais com os demais dirigentes ligados às instituições governamentais fizeram um minucioso trabalho com palestras, reuniões, cursos, fazendo com que todos entendessem que fazem parte da reminiscência histórica com forte poder de inclusão a determinadas políticas públicas de reparação social. Nesse processo tiveram que resgatar algumas manifestações culturais como as danças tradicionais do lugar, os cantos, o batuque, a capoeira dentre outros elementos.

2.5 As mulheres quilombolas: O saber fazer na arte do barro

Sem dúvida, dentre tantos símbolos que alimentam a cultura material local, o artesanato é considerado como um dos principais elementos culturais da comunidade que traduz a história do quilombo. Assim, a cultura material serve como uma importante via de acesso a todo sistema de classificação da realidade e sua produção, umas das maneiras do grupo afirmar sua identidade étnica. Portanto, o artesanato cumpre uma função social, sendo que a imagem da comunidade é sempre remetida aos artefatos cerâmicos. Diante disso, o artesanato não pode ser pensado somente em um conjunto de técnicas e práticas voltadas para a produção de bens materiais, segundo Santos *apud* Pereira (2013, p.63) “mas deve ser apreendido a partir de um contexto cultural que em momento específico gestou as condições que lhe deram origem e existência, enquanto elemento que interage com a sociedade”.

A atividade de manusear o barro é uma prática desenvolvida pelas mãos femininas, no processo de reconhecimento como um povo tradicional, o artesanato foi uma ferramenta importantíssima para a comprovação da sua ancestralidade cultural. Dona Maria das Neves aponta que o artesanato de barro os diferencia das demais comunidades quilombolas vizinhas, para ela a arte de barro é a riqueza deixada pelos seus antepassados e que precisa ser passada para as seguintes gerações.

Dessa maneira, a manutenção e a preservação dos saberes tradicionais, como bem exposto pela moradora, reforçam a identidade quilombola que, por sua vez, funciona como um dos principais elementos para o reconhecimento do direito da regularização da terra, pois a identidade cultural é utilizada como elemento de comprovação dessa legitimidade. Nesse aspecto, o valor atribuído ao artesanato pode ser entendido como mais um instrumento de expressão dessa legitimidade, além de ser também uma oportunidade para o aumento de renda para as famílias.

Esse saber, além de agregar valores sentimentais, é uma fonte de renda para as famílias. Atualmente, o número de mulheres que está envolvido diretamente na confecção das

peças é bastante pequeno, um total de vinte. Fazer objetos cerâmicos tornou-se uma prática de produção ligada aos modos de vida da população. O envolvimento dos homens é ínfimo na produção, geralmente, sua contribuição está na queima das peças ou no pegar a lenha para o forno.

Na comunidade, a extração do barro é feita de forma manual bem como o seu transporte. Em muitas vezes, são as próprias mulheres que carregam o barro nas suas cabeças, embora a comunidade possua alguns equipamentos que ajudam no aprimoramento do artesanato, ainda assim, os trabalhos são bastante simples. Menciona-se que o material, como o barro, a lenha, para a confecção dos artefatos de argila, é extraído no próprio território, o que para as mulheres contribui ainda mais para o desenvolvimento desses. Antes do reconhecimento legal do Estado como povo que possui reminiscência histórica, o artesanato era feito à base do conhecimento dos saberes tradicionais do seu povo.

Em 2005, o Sebrae, conhecendo a história local, adentrou na comunidade implantando uma estrutura para incentivar a produção, bem como o seu aprimoramento. Nesse processo, a pintura e o acabamento das peças de barro (Figura 20), dentre as quais estão panelas, potes, vasos e bonecas, ganharam tratamento especial. Foram realizadas várias oficinas e cursos na associação comunitária pelo Sebrae, os moradores reconhecem o trabalho feito pela entidade de forma positiva, as peças ganharam leveza sem perder a originalidade.

Figura 20- Artesã D. Maria das Neves modelando o barro



Fonte: Acervo da autora (2015)

A comunidade Buriti do Meio tem uma enorme riqueza cultural, além das danças, comidas típicas, o tradicional artesanato de barro praticado pelos seus ancestrais vem ao longo do tempo sendo mantido, fazendo parte do cotidiano das mulheres da comunidade. Antigamente, a comercialização dos artefatos se dava nas comunidades vizinhas como também em São Francisco, Brasília de Minas e no distrito de Jacu, atualmente cidade de

Luislândia. As artesãs contam que dificilmente recebiam dinheiro em espécie. O sistema de troca era uma prática constantemente feita por essas mulheres, trocava-se por alimento, roupas ou mesmo tecidos para a confecção das vestimentas dos filhos.

Se no passado a comercialização das cerâmicas era em praças e ruas das cidades, na atualidade há todo um aparato que facilita o processo, tanto na fabricação como também na comercialização. Essa reconfiguração impactada na comunidade decorre das políticas públicas direcionadas para a população quilombola, dispostas no Decreto 4.887/2003 (BRASIL, 2003), sancionada no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Em decorrência da participação de entidades como o Sebrae, já referido anteriormente, hoje, a comercialização se faz presente em feiras que acontecem na região e também em outros estados brasileiros. As artesãs ressaltam a importância da participação em eventos ligados à rede da economia solidária, que tem proporcionado à divulgação da cultura, bem como a visibilidade de toda a criatividade e especificidade tradicionais desse povo.

Nesse sentido, o bom funcionamento e comodidade na confecção das peças, atualmente, são frutos também do apoio das entidades como Instituto Novas Fronteiras da Cooperação (INFC) e Fundação Banco do Brasil (Figura 21) com o projeto Organizando a Produção e a Comercialização Arte Quilombola de Buriti do Meio. Com esse apoio, foram construídos três núcleos para a modelagem do barro com sanitário e pia; adquiridos um trator para o transporte da matéria-prima e um caminhão F-350 (Figura 22), que está a serviço do artesanato produzido (Figura 23).

Figura 21- Placa de implantação de projeto na comunidade



Fonte: Acervo da autora (2015)

As artesãs recordam que antigamente as peças eram produzidas embaixo das mangueiras, nas proximidades das casas; comparando a produção do artesanato, anterior às políticas do Estado e após reconhecimento, enxergou-se um avanço com a inserção de tecnologias modernas. É bom lembrar que, em alguns aspectos, ainda na produção dos artesanatos usam-se materiais rústicos como no acabamento das peças com material de couro, entre outros.

Figura 22 - Veículo para transporte do artesanato



Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 23- Artesanato em argila



Fonte: Acervo da autora (2015)

Inserida no Programa Brasil Quilombola, do governo federal, e vinculada à ação de entidade públicas, particulares e organizações não governamentais, a comunidade de Buriti do Meio adentrou uma nova realidade na qual as pessoas deixaram de ser tratadas como excluídas e começaram a adentrar no exercício da cidadania a que todo brasileiro deveria participar. Como bem apontados por Tânia, “não sabíamos que tínhamos tantos direitos, a nossa história de sofrimento e a nossa luta ‘mostrou’ que temos os mesmos direitos, agora não precisamos temer quem somos e de onde somos”.

Percebe-se que o saber fazer dessas mulheres não está somente em modelar o barro, essa prática as fizera modelar suas ações para outra atividade social da comunidade. Desse modo, com a nova atuação dessas mulheres na coletividade pode-se caracterizá-las como um grupo de mulheres ativistas que vêm proporcionando uma reconfiguração de papéis sociais na comunidade.

A partir de suas falas e seus posicionamentos nas questões político-comunitárias, é notório como essas mulheres trazem consigo novas visões de mundo. Assim, a força com que essas mulheres do quilombo têm levantado em prol do reconhecimento mostra as possibilidades como cidadãs e de seu pertencimento quanto ao gênero e classe. Nesse novo

limiar, essas mulheres elaboram novas estratégias de acesso aos direitos e com isso uma nova visão de sua identidade étnica, como também de classe e gênero, é emergida.

Tentou-se mostrar, neste capítulo, como vivem os habitantes que compõem o corpo social da comunidade Buriti do Meio. Vale bem lembrar que essa comunidade, aos poucos, vem articulando melhorias; pode-se considerar que na contemporaneidade ela está bastante estruturada.

CAPÍTULO III - PARTICIPAÇÃO E POLÍTICA: A INSERÇÃO SOCIAL DAS MULHERES NA LUTA COTIDIANA NA COMUNIDADE BURITI DO MEIO

Adentrar na vida cotidiana do quilombo, especificamente no universo das mulheres da comunidade, foi extremamente benéfico, tanto para o resultado da pesquisa como também para o crescimento pessoal da pesquisadora; enxergou-se nessas mulheres, através de suas histórias e lutas, um grupo que resistiu aos efeitos de uma sociedade segregativa.

Tais efeitos motivaram essas mulheres, no início da década 2000, a entrar para a articulação política com objetivo de mudar a realidade da comunidade como mencionado anteriormente. Sem dúvida, o resultado do trabalho que se obteve na vivência com as mulheres da comunidade de Buriti do Meio foi o suficiente para constatar que a participação política da comunidade é cada vez mais forte, essas mulheres vêm exercendo um papel importante na construção política, tanto delas quanto dos homens.

A participação política das mulheres na comunidade reflete como elas estão organizadas e empenhadas nesse processo de reconhecimento, por meio das políticas protagonizadas pelo Estado que vêm construindo e alçando novas formas de desenvolvimento para a coletividade.

A organização comunitária dessas mulheres, hoje com poder de liderança, vem causando uma inversão de papéis na vida local. Atualmente, essas mulheres estão engajadas em movimentos sociais na comunidade e para além dela. São muitas as razões dessa nova reconfiguração social impactada na comunidade, umas delas está na constante permanência da figura feminina no cotidiano da comunidade e isso tem levado as mulheres do quilombo a assumir várias outras questões de interesse de ações demandadas pelo Estado brasileiro. Enquanto a figura masculina tem ficado ausente da vida comunitária devido à migração para outras regiões do país, em busca de trabalho para melhoria de qualidade de vida da família, elas assumem o controle organizacional do grupo.

Com efeito, acredita-se que estas duas questões mencionadas anteriormente são realmente importantes para que essas mulheres tenham se afirmado a cada dia como articuladoras da vida política da comunidade. Mas, por outro lado, ao perceber o dia a dia de suas dinâmicas na comunidade, ficou nítido que sua força e coragem ultrapassam fronteiras, já que suas histórias são marcadas por lutas e resistências. Assim, é através dessas lutas que as mulheres do quilombo estão ativamente trabalhando, e com afinco, pela transformação da comunidade em que vivem. Parte-se então do pressuposto de que essas mulheres quilombolas

da comunidade Buriti do Meio têm posições diferentes de suas gerações passadas. Acredita-se que as práticas exercidas por essas mulheres ao longo de suas histórias, principalmente ligadas à arte do barro, estão propiciando certa autonomia e empoderamento à vida de muitas delas no quilombo.

Para tanto, neste capítulo, pretende-se apresentar a trajetória das mulheres como uma das mais recentes lideranças no comando da comunidade, o intuito aqui é dar visibilidade às mulheres quilombolas como as principais interlocutoras da vida comunitária, como sujeitos sociais atuantes que lutam e ocupam posições de lideranças.

Em grande parte, essas mulheres são invisibilizadas por uma sociedade, em sua essência, machista que dificilmente reconhece a sua capacidade, sobretudo, das mulheres quilombolas, pelo seu estilo e modo de ser. Portanto, interessa trazer à luz a questão a partir das falas e depoimentos das mulheres da comunidade, vistas hoje como as que ocupam um papel central de liderança local, suas lutas pelo processo de reconhecimento como um povo remanescente e a intensa e insistente busca por uma vida melhor.

3.1 Gênero e poder: Vínculos e práticas

É diante desse contexto que se buscou, durante a pesquisa, a possibilidade de outros olhares que levem a entender o quanto o grupo tem reagido com as novas configurações sociais. As mulheres no quilombo efetivam seu cotidiano sob aspectos que integram a construção de uma identidade própria, de uma forte existência coletiva e uma autoconsciência identitária. Os vínculos por elas firmados durante a existência da comunidade se mostram quando é posto sobre o ser mulher quilombola; percebe-se, nesse momento, que o lugar de pertencimento se aflora e a identidade africana ganha forma e evidência.

Dessa maneira, as mulheres da comunidade através de suas ações mostram que estão fortemente envolvidas nos costumes familiares, no trabalho, na casa, na família e na organização comunitária, tudo isso se forma como ponto de base para sua vida cotidiana.

Nessa perspectiva, a forma como as relações foram sendo tecidas no quilombo definiu o desenvolvimento dos hábitos e costumes. Tanto é assim que nas observações feitas percebeu-se que elas cumprem múltiplas funções na coletividade, com disciplina que por vezes faz com que fiquem sobrecarregadas pela responsabilidade que assumem.

Desse modo, todas essas experiências criam uma identidade cultural determinada pelas relações sociais estabelecidas e, de modo determinante, pelas relações femininas que se

desenrolam na comunidade, ainda que a questão não seja a do desenvolvimento de um feminismo como ocorrido por todo o mundo e que evidentemente contribuiu para o movimento social, por meio do qual ocorreu a politização da identidade feminina. Pode-se afirmar com Hall (2002) que, em Buriti do Meio, a produção política da identidade das mulheres e da coletividade impactou a concepção que a sociedade, em geral, tinha sobre as mulheres e as relações de gênero.

Assim, é diante dessa acepção que se pode perceber nas mulheres da comunidade Buriti do Meio o desenvolvimento na articulação política, a partir do domínio e a organização centrada nas relações de poder. Isso mostra que as relações de gênero não são dicotômicas e maniqueístas, entre dominados e dominadas, mas mutáveis e transformáveis, pois ninguém é fixo numa posição e muito menos detém unicamente o poder.

O quadro social da comunidade requer um olhar direcionado para a posição que elas estão ocupando atualmente, pois, há pouco mais de uma década, a vida dessas mulheres se restringia a donas de lares, suas funções eram operadas no plano doméstico. Houve um rearranjo na história social local. No presente, essas mulheres acrescentaram nas suas responsabilidades mais uma tarefa para ser administrada; adentraram, literalmente, como responsáveis pelas questões políticas da comunidade.

A trajetória política das mulheres do quilombo Buriti do Meio como as principais protagonistas na contemporaneidade deu-se a partir do final dos anos 1990, quando elas tiveram que lutar por uma melhor estrutura escolar, começando desde a conquista pelo próprio prédio da escola como também na ampliação do ensino, já que os jovens da comunidade, para dar continuidade aos estudos, necessitavam deslocar para outros lugares, como mencionado no capítulo anterior.

Esse foi um dos primeiros motivos que levou um grupo de mulheres a estarem à frente das questões sociais e políticas da comunidade onde vivem. Logo em seguida, já no início dos anos 2000, pela necessidade e a situação pela qual a comunidade estava passando, um processo de extrema pobreza instigou-as a procurar os setores competentes municipais para reivindicar, principalmente, o atendimento à saúde dos moradores da comunidade. O número considerável de hipertensos e diabéticos fez com que essas mulheres “arregaçassem as mangas”, como bem atestado por elas, na busca de alternativas para onde elas pudessem existir.

Pela história contada, observou-se que não foi sempre assim, no passado eram os homens que obtinham o poder de gerenciar a vida social local; com o passar do tempo, as relações foram sofrendo alterações, ganhando novos contornos e o resultado de toda essa

operação encaminha sistematicamente para a abertura dos agentes sociais do quilombo com a sociedade envolvente. Dito dessa forma, há pouco mais de vinte anos que a comunidade começou a se relacionar com o mundo exterior, primeiramente com a saída das mulheres para as cidades de São Paulo (SP) e Brasília (Distrito Federal) como trabalhadoras domésticas. Em seguida, foi o momento dos homens que tiveram também que deixar a comunidade para trabalhar em outras regiões do país.

Abre-se aqui um parêntese para apontar que nessa coletividade a imigração é intensivamente significativa, os homens se ausentam em boa parte do ano da comunidade, são oito meses dedicados ao trabalho em outras regiões, como Brasília (DF), Unaí, Sul de Minas e, mais recentemente, em Goiás.

Vale dizer que a migração nessa comunidade decorre principalmente da queda de oferta de serviços pelos fazendeiros que antes tinham uma significativa produção agrícola como feijão, milho e algodão, sendo esse último, a princípio, interrompido por fatores macroeconômicos na década de 1980. Era uma atividade importante que contribuía na renda mensal dos moradores do quilombo em que mulheres e homens participavam de muitos processos da sua produção, como na aplicação de inseticidas, limpeza e colheita que proporcionavam ganhos importantes para as famílias. Em virtude da quebra dessa produção em 1990, os homens começaram a se ausentar da comunidade procurando outras fontes de trabalho fora da localidade para sustentar a família.

Com isso, os homens foram perdendo força no tocante à organização da comunidade, as iniciativas passaram a ser exercidas pela figura feminina. Hoje as mulheres entrevistadas assumem com veemência a posição que elas ocupam na comunidade. Em conversa com uma moradora, ela reconhece que essa inversão de papéis ocorrida na história da comunidade local tem-se afirmado em pouco espaço de tempo.

É... eu vejo que na realidade, isso foi de um tempo pra cá. Na realidade da história do quilombo, que a gente vê contar, era os homens que tomavam posição das coisas. Aqui na comunidade, mesmo, eram os homens. De um tempo pra cá, os homens simplesmente, acomodaram (TÂNIA, 44 anos, 2015).

Grande parte das mulheres entrevistadas assinala que os homens continuam cumprindo alguns papéis destinados a eles, como aquele responsável por cuidar da família, porém, elas admitem que os costumes da coletividade em relação à posição do homem deixou de ser tradicional. Nesse aspecto, entende-se que a divisão sexual do trabalho permeada na comunidade não compartilha da mesma ideia universalizante. A concepção naturalizada que

destina ao homem a responsabilidade de provedor, passível de maiores habilidades com questões direcionadas ao plano público, e a mulher às tarefas de funcionalidade no espaço doméstico, mantendo-a reclusa no interior da organização da casa foi sendo modificada.

De acordo com Saffioti (1987), a figura masculina é socialmente considerada como a provedora das necessidades da família. Dessa maneira, mesmo que a mulher possua um trabalho remunerado e possa assim contribuir com o orçamento da casa é função do homem ganhar mais e cumprir sua obrigação como chefe de família. Quanto a essa observação de Saffioti, os homens da comunidade cumprem com a tarefa de provedor da família, no sentido de contribuir com a manutenção dos filhos e da casa, mas foram sistematicamente destituídos da participação política. É certo que as mulheres continuam exercendo seus papéis como mães, esposas, ou seja, zeladoras da família, mas considera-se que essas mulheres agora cumprem outra função, de gerir e decidir os rumos sociais da comunidade onde vivem.

Para entender essa ocorrência, tanto as mulheres entrevistadas como também os homens admitem a ascensão do grupo feminino, mas destacam que essa nova dinâmica ocorrida no corpo social da comunidade não significa que a figura masculina está de todo ausente das questões comunitárias. A participação deles está em um número consideravelmente menor, sobretudo, nas reuniões que acontecem com frequência na comunidade. O jovem Claudiomar, que está inserindo na luta política junto com as mulheres, reconhece a força e a representatividade das mulheres na comunidade atualmente.

[...] a participação de reuniões mais das mulheres. Os homens, às vezes, vão, mais fica por fora. A participação, a gente vê, que é mais das mulheres, em tudo. [...] os homens são mais desligados desses assuntos comunitários na verdade né, os homens são assim... pra eles é ir trabalhar fora, chegar dar comida para a família, comprar e fazer a feira para família (CLAUDIOMAR, 25 anos, 2015).

Mulheres estarem na liderança não se resume apenas em fazer parte da associação ou ocupar cargos importantes, como ser presidente e presidir reuniões mensalmente, o essencial de tudo isso é estarem dispostas a lutar cotidianamente pelas melhorias e desenvolvimento do quilombo.

Pelo fato de essas mulheres terem assumido o controle da vida social da comunidade, suas jornadas de trabalho se intensificaram, agora tem que conciliar questões referentes ao espaço público (político) com o privado (doméstico). Isso demonstra que as mulheres vêm ganhando também espaço no meio rural, lugar visto pela preponderância masculina como aqueles que estão à frente das tomadas de decisões mais importantes, a quebra desse

paradigma pelas mulheres da comunidade Buriti do Meio intensifica ainda mais ao demonstrar as suas lutas pelo e para com o território.

O acesso a novas perspectivas surgidas na vida dessas mulheres por interferências externas veio como forma de garantir a produção e reprodução da vida dos quilombolas na comunidade, elas começaram a agir em função da coletividade o que antes na história do lugar era algo impensável de ser atingido. Elas vislumbraram no processo de reconhecimento da comunidade como remanescentes de quilombo as possibilidades de vivenciar tempos menos difíceis. A moradora Tânia diz que

Pra nós foi uma evolução muito grande de 2002... Pra gente que vivia em uma situação realmente de muita calamidade, que hoje ainda não está bom, mas olhando a situação que vivíamos em 2002 até hoje, de pobreza, de extrema pobreza mesmo, para eu te falar que, hoje a gente está na pobreza, mas todo mundo está cadastrado no Bolsa Família. E nessa época que eu me lembro que comecei trabalhar em 2002, aqui na comunidade tinha 14 pessoas, só, que era inserido no Bolsa Família; e dentro da área que eu trabalhava tinha 150 famílias (TÂNIA, 44 anos, 2005).

Desse modo, por acreditar no seu potencial que essas mulheres têm enfrentado quaisquer circunstâncias para melhorar a vida de todos da comunidade. É diante dessas questões que o gênero se faz bastante presente na comunidade, já que as atividades das mulheres no campo político tendem a romper com o padrão estabelecido por uma sociedade patriarcalista, como a brasileira. Como consta na Figura 24, sua disposição para levar e elevar sua cultura: elas tocam, dançam, cantam a memória dos antepassados e reafirmam sua identidade individual e coletiva afrodescendente.

Figura 24 – Apresentação das mulheres do quilombo



Fonte: Acervo da autora (2015)

Para tal afirmação, percebe-se na Comunidade quilombola Buriti do Meio, por via da ação das mulheres, a articulação coletiva na tentativa de amenizar a falta de acesso à saúde, à educação, assim como à necessidade de água tratada. Além desses fatores, outro ponto importante foi a luta pelas terras, contra a expropriação de fazendeiros, e nisso as mulheres tiveram, juntamente com seus homens, à frente para garantir a manutenção do seu território.

Diante e por via dessa dinâmica, as mulheres do quilombo enxergaram nelas mesmas o potencial para a liderança, começaram lentamente fazendo parte da associação com os cargos secundários como secretária, dentre outros serviços burocráticos. Elas lembram que as mulheres não tinham poder de voz e muito menos autonomia nas decisões referente à comunidade. Era a ala masculina que participava dos cargos da diretoria, como também as decisões tomadas na associação eram majoritariamente representadas pelos homens.

[...] as mulheres estavam lá presente nas reuniões, mas elas muitas das vezes elas não ‘participava’ na diretoria e nem tinha autonomia na diretoria da associação. Por exemplo; nem nas decisões que ‘acontecia’ dentro da comunidade. Aí, de lá pra cá, está tendo mais domínio, a mulher, está entrando mais na diretoria também no debate e nas discussões (TÂNIA, 44 anos, 2015).

Tânia lembra que a primeira mudança para a alteração nas relações sociais na comunidade foi a retirada dos homens. Conforme o seu relato, ela esclarece que antigamente na comunidade os homens não se ausentavam do lugar, então ela acredita que isso contribuiu para o afastamento das responsabilidades de gerenciar e estruturar socialmente a comunidade. O segundo aspecto que ela aponta, está na ausência e interesses dos homens, os que eram líderes foram morrendo e os mais jovens que poderiam estar ocupando o lugar desses que se foram são os que hoje migram para outras regiões em busca de trabalho por melhores remunerações.

[...] os mais velhos, eles não ‘era’ aqueles que saíam para trabalhar, eles trabalhavam mais em casa, porque não tinha as firmas, né! Era trabalho braçal, mesmo na comunidade. Aí eu acredito assim, que de 1994 pra cá que começaram a sair para as firmas. Aí, desse tempo pra cá, sair mais em massa, né! Esses que saíram, eles não voltaram para a associação [...] Eles não participam e não inserem, os filhos dos que eram líderes não continuaram (TÂNIA, 44 anos, 2015).

Diante do exposto, pode-se inferir que, quando Scott (1995) afirma que gênero é uma construção social, assim como também as atribuições de funções para cada sexo, os papéis exercidos na comunidade de maior expressividade eram exercidos pela figura masculina. Assim, a fala acima da moradora Tânia denuncia como na comunidade de Buriti do Meio os

padrões de uma sociedade patriarcal eram baseados nas desigualdades de poder, visto que as mulheres do quilombo eram restringidas de participar dos espaços de decisão comunitária.

Assim, compreende-se que as mulheres das comunidades negras rurais, principalmente da comunidade Buriti do Meio, criaram meios e estratégias de driblar questões hierárquicas relacionadas ao gênero, ganhando mais autonomia frente aos seus maridos. Especificamente, nesta comunidade, a lógica tem sido outra, as mulheres vêm ganhando espaço em pouco intervalo de tempo e com isso a comunidade tem avançado em algumas questões como saúde, habitação, educação.

Nesse aspecto, o estudo posiciona as mulheres do quilombo Buriti do Meio que assume na comunidade local formas estratégicas para se manterem à frente das demandas políticas e culturais. Elas assumem a direção da comercialização dos artesanatos, as festas religiosas e eventos culturais: como a comemoração da abolição da escravatura e da consciência negra realizada todo ano.

Esses festejos têm proporcionado a essa comunidade novos olhares para o mundo, são elementos que atualmente têm dado maior visibilidade para o mundo exterior que passou a conhecer a riqueza cultural da comunidade. Essa forma de vivenciar a vida nesse novo contexto da comunidade tem uma razão própria de ser, foi uma forma encontrada para amenizar o sofrimento da discriminação e exclusão social que sofrera durante sua história.

A participação das mulheres como as principais agentes de liderança na comunidade aponta para uma nova concepção de mulher: a que além de lidar com os afazeres no seio doméstico vislumbra outro ramo social que é a ativa participação na organização sociopolítica do grupo. Portanto, a forma como se organiza essa comunidade quilombola tem demonstrado possuir alguns aspectos que a diferencia das demais comunidades rurais.

Destacam-se os estudos realizados por vários autores sobre o campesinato brasileiro como Heredia (1979), Woortmann e Woortmann (1997), Cunha (2013) que demonstram uma hierarquização nas relações de produção familiar apontando um tratamento desigual no tocante à produção de homens e mulheres. Segundo os autores, no campesinato brasileiro, é comum a atribuição que trabalho da mulher é visto como ajuda, raramente como um trabalho com maior importância e valor, mesmo quando os processos de trabalho são operados com as mesmas intensidades que dos homens. Woortmann e Woortmann (1997) argumentam que,

O processo ideológico está imbricado no processo de trabalho e condiciona a relação entre o consumo alimentar e a participação na produção. Ele faz com que a mulher, ainda que participando da mesma etapa e momento do processo de trabalho, e mesmo que sua produtividade na jornada de trabalho seja idêntica à do homem, não

tenha o direito de partilhar do padrão de consumo dos homens (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 53).

Essa diferenciação valorativa que se dá nas unidades camponesas brasileiras, vista por esses autores, reforça a condição na qual estão inseridas as mulheres, as tarefas destinadas às mulheres no campo produtivo são atividades geralmente que remetem à natureza feminina. Portanto, o que se observa é que a divisão sexual na agricultura camponesa está imbricada com a representação social do que é ser mulher e do que é ser homem. Logo, nessa relação, o que se almeja é que cada gênero cumpra na sociedade sua função que no decorrer da história humana determinou mecanismo de controle cultural que para homens e mulheres existem aptidões diferentes apoiadas em uma suposta natureza feminina e/ou masculina.

Essa observação feita, sobre o que ocorre na divisão sexual do campesinato, serve como uma inspiração para entender como está estruturada a organização social da comunidade quilombola Buriti do Meio. Constatase que mesmo essas mulheres ainda sofrendo as desigualdades referentes ao gênero que classifica as posições de cada sexo, elas, atualmente, estão tentando romper com barreiras e dificuldades contidas em uma hierarquia social que estrutura a vida de homens e mulheres.

O quadro social que ainda persiste em nossa sociedade a exemplo das condições das mulheres camponesas ainda de submissão, portanto, fora das tomadas de decisão, como Tedeschi (2010) expõe sobre as relações desiguais de poder entre ambos os sexos, nas quais as mulheres são impedidas de se expressarem como também de fazerem parte das tomadas de decisões da vida cotidiana das localidades nas quais estão inseridas.

Contrariando as afirmativas de autores como Heredia (1979), Woortmann e Woortmann (1997) e Cunha (2013) que asseveram a condição da mulher submissa no âmbito camponês, pode-se perceber no quilombo Buriti do Meio outra visão quanto a esse aspecto, uma vez que a presença feminina é forte e participativa. A força recém-visibilizada da ação política, bem como a sua atuação na reestruturação da comunidade, tiveram reconhecimento na região como as mulheres quilombolas que têm articulado com a sociedade abrangente para obter novas chances, objetivando diminuir os efeitos da marginalização social ocorrida por décadas. Elas reconhecem seu importante papel e continuam fortalecendo-o quando afirmam sua autonomia ao lutar por aquilo em que acreditam.

3.2 O fazer da vida: O cotidiano, trabalho, artesanato, a família

A história das mulheres quilombolas inseridas no meio social regional tem um desdobramento positivo. Antes vistas como as produtoras dos artesanatos, símbolo maior de identificação da comunidade, juntamente com as danças culturais, como bem retratam as Figuras 25 e 26, que são uma das atividades de expressão forte da mulher do quilombo. A manifestação cultural reafirma como um povo agrega valores de uma ancestralidade africana que serviu como base para obter o reconhecimento como pertencentes aos remanescentes de quilombo.

Figura 25 - Dança de S. Gonçalo



Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 26 - Dança da Retirana



Fonte: Acervo da autora (2015)

Menciona-se que a comunidade sempre manteve as práticas culturais dentro do próprio grupo, foi um exercício que agregou e ainda agrega valores que mantêm fortes laços de solidariedade e reciprocidade. Essa prática, até na virada do século XXI, não ultrapassava outras fronteiras, pois era algo que pertencia ao seu modo de ser e agir. Não era algo que vislumbrava um espetáculo e muito menos um simples movimento corpóreo, são expressões que comportam valores que, por outro lado, significam a valorização da sua autoimagem, da sua africanidade, saberes ancestrais. Tudo isso comporta uma gama de questões, principalmente o orgulho de onde e quem são, constituem positivamente a identidade étnica do ser quilombola.

Portanto, essa forma intrínseca de viver tem levado o grupo de mulheres da comunidade a escrever nas páginas de suas histórias o orgulho de ser quilombola. Dessa maneira, na realidade que a comunidade está inserida, atualmente, esses conhecimentos tornaram-se imprescindíveis não somente para que atendam suas demandas, mas uma forma de se autoafirmar como um povo que possui raízes históricas. As lutas cotidianas em que

essas mulheres estão inseridas com intuito de quebrar alguns preconceitos sofridos na região pelos poderes públicos, fazendeiros e o Estado fizeram com que elas modificassem o quadro interno da comunidade como também fora dela.

Assim entende-se que o tipo de ação desenvolvida pelas mulheres quilombolas vistas como líderes na comunidade, seu impacto não foi somente no desenvolvimento em termo de infraestrutura. A inserção dessas na organização social do local ampliou o quadro de oportunidade para todos, percebe-se o quanto essas mulheres estão se politizando e reconhecendo que a política de tratamento de reparação histórica pelo Estado brasileiro para com os grupos quilombolas não tem sido o suficiente se não tiver uma política que dê condições de permanecerem na comunidade onde vivem.

Diante de seus apontamentos, umas das questões em que as mulheres são incisivas, quanto às demandas pelas terras confiscadas pelos grandes proprietários de terra, é a demarcação das terras e a recuperação dessas. Atualmente, o objetivo principal dessas mulheres é a questão fundiária que tem gasto energia, reivindicando do INCRA a regularização territorial. Nas falas dos entrevistados, sobretudo, quanto ao grupo feminino, transparece o desejo de todos eles quanto à titulação da terra, e, portanto, torna-se de suma importância a regularização do território da comunidade já que a garantia do espaço social também é uma forma de manutenção das práticas sociais do grupo. Pode-se inferir que as práticas e comportamentos sociais mencionados no decorrer desta pesquisa vêm assegurando a unidade e a identidade da coletividade.

Ao colocar seus enfrentamentos e posicionamentos frente à questão territorial, as mulheres demonstram o que o território representa para determinada coletividade. Dentro e a partir dele são definidas as divisões culturais, ou seja, o ambiente instalado por eles contribui na sua identificação como quilombolas, bem como cria fronteiras aos sujeitos sociais. Aspectos fundamentais nesse local contribuem para legitimar a sua identidade territorial quilombola, os traços marcantes como a movimentação de pessoas, mercadoria e outros bastante relevantes, que são os símbolos, fortalecem ainda no reconhecimento desse espaço.

Constatam-se todas essas questões na fala da depoente moradora do quilombo, Dona Maria das Neves, que sintetiza bem a sua preocupação quanto à manutenção dos traços culturais existente na comunidade,

Olha, Filha, a única coisa que manifesta essa autoestima dessa comunidade tradicional é a cantiga de roda e essa cerâmica, se acabar com isso nem esse título de quilombola quem já não está documentada com isso nem adianta fazer [...] não rompe não, o que vale é a história tem que ser original, porque tanta gente aqui é difícil passar um mês sem vir uma pessoa aqui é querendo restaurar uma

comunidade quilombola e querendo saber que passo a gente tomou [...] vocês vão com a história que vocês têm dos seus ancestrais, dos seus orixás, dos seus descendentes (MARIA DAS NEVES, 56 anos, 2015).

Figura 27 - Batuque da líder comunitária



Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 28 - Maria das Neves na arte do barro



Fonte: Acervo da autora (2015)

É possível inferir no depoimento de Dona Maria das Neves (Figuras 27 e 28) sua luta para a preservação das atividades culturais que para ela foi fundamental, tanto para serem reconhecidos como também através dessa prática a comunidade assume a identidade como um povo quilombola. Nesse processo de demarcação étnica, esses elementos são a base que forma a identidade, compreende-se dessa forma a identidade como uma construção coletiva da cultura material e simbólica tem sustentado a existência da comunidade.

A comunidade é vista na região como exótica e a cor da pele é um fator que também demarca as pessoas do quilombo, segundo Dona Maria das Neves, essa contribuiu para que a comunidade mantivesse distanciamento com a sociedade envolvente. Na visão da interlocutora, Dona Maria das Neves, a cor da pele assim como a raça e a etnia não passam de um construto social que estabelece efeitos de poder, mas que funciona como um valor de

verdade para balizar lugares, funções e poder de fala, como bem atestado nas muitas entrevistas realizadas na comunidade.

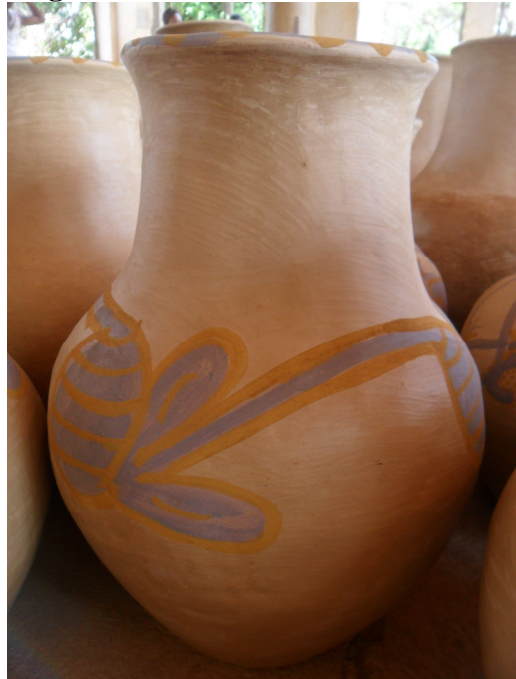
Os arranjos culturais inscritos que agora no presente tornam-se uma arma que recria a identidade negra e todos os atributos a ela conferidos pela sua história. Diante disso, deve-se entender que o sujeito se constitui mesmo no interior da história sendo moldado a todo instante e sendo constituído e reconstituído pela história (FOUCAULT, 2002).

Figura 29 – Rosimeire - artesã



Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 30 - Artesanato – Arte local



Fonte: Acervo da autora (2015)

A artesã Rosimeire (Figura 29), 39 anos, casada, mãe de quatro filhos, é umas das mulheres do quilombo que possui destaque no seu meio social por estar na luta pela construção de uma comunidade melhor. Ela aponta que a comunidade passou por um processo de reconfiguração social, está inserida em um contexto de mudança que desencadeou para a vida das mulheres outras ações além dos afazeres domésticos e da produção do artesanato (Figura 30). Nesse novo limiar, elas passaram a atuar como grupo que gerencia a comunidade, bem como passaram a integrar outros espaços no município, a fim de romper com estereótipos que aprisionavam.

É válido ressaltar a afirmação feita pelas mulheres do quilombo que ainda no contexto atual sofrem discriminações, mas que já foram reduzidas devido à ampliação de seu acesso à cidadania. Assim, nota-se que elas não aprenderam somente a modelar o barro, essas práticas também as fizeram mulheres fortes e mais engajadas, para Rosimeire o fazer o

artesanato vai muito além, como no seu linguajar “levantar a peça” – que significa colocar a peça no seu ponto final – requer certa habilidade que foi sendo tecida na experiência do dia a dia.

As mulheres do quilombo Buriti do Meio falam com orgulho e apresentam seus trabalhos produzidos como os artefatos de barro, produtos adquiridos pelo acúmulo de conhecimento das gerações passadas e que foram se perpetuando até o momento. A moradora Rosimeire, ao reportar o artesanato, reforça a importância desse para a comunidade,

Essa cultura aí incorpora muito a tradição quilombola né, que através disso aí a gente está conseguindo conservar essa cultura local, né! Porém, o que nunca acabou aqui foi isso, desde quando gerou o quilombo aqui as famílias foram vivendo disso, até que tempos atrás, hoje a gente queixa, mas porque né... a gente não deixa de ser mal agradecido mais antigamente teve pior, porque antes a gente levava três peças dessa aqui na cabeça, caminhava muitos quilômetros com essas peças na cabeça para vender [...] (Rosimeire, 39 anos, 2015).

A fala de Rosimeire demonstra a luta que essas mulheres estão assumindo na vida do quilombo, os produtos de um trabalho que leva tempo e dedicação abrem para outras possibilidades além do econômico. O utensílio de argila apresenta no seu sentido mais amplo a sua historicidade e sua função social ao criar sentimentos de solidariedade, reciprocidade, cujos sentimentos desencadeiam troca e união na convivência comunitária.

As mulheres resistem, as mulheres são muito animadas, e o trabalho aqui no grupo é muito interessante pra nós porque a gente vive assim uma união, vive feliz, a gente conversa distrai né... não vê quase as dificuldades passar, as dificuldades passa rápido né, quando a gente trabalha em grupo é muito, uma pensa em ajudar a outra né... não pensa em si, porque se igual é difícil se fosse se a gente trabalhasse fosse só a gente desistia facilmente né, mas como a gente está vendo que estamos lutando pelos objetivos de muitas pessoas né [...] (Rosimeire, 39 anos, 2015).

Assim como Rosimeire, muitas outras mulheres pesquisadas do quilombo mostram perseverança no caminhar de suas lutas diárias para a construção de uma comunidade melhor. O vazio deixado pelos homens em busca de trabalhos em muitas regiões do país ocasionou o assentamento das mulheres nas tomadas de decisão da coletividade. Assim, ficou evidenciado que o espaço antes historicamente ocupado pelos antepassados masculinos ocorreu o posicionamento das mulheres, de forma crucial, no processo de produção e reprodução material, social, político e simbólico. Dessa maneira, a politização da figura feminina foi sendo tecida no meio social do local devido à comunidade, assim como outras da região, foi incluída no projeto do Governo Federal que inicia no Norte de Minas o mapeamento das comunidades com características de remanescentes de quilombo.

Nesse aspecto, as mulheres tiveram que agir para que tal processo viesse a contemplar o grupo e suprir as necessidades demandadas pela comunidade. Aos poucos elas foram adentrando nesse meio e a ação política dessas mulheres denuncia que a ideia de fragilidade sempre aplicada à mulher por uma criação história que legitimou a subordinação feminina na ordem do poder masculino não pode ser unânime, visto que no quilombo Buriti do Meio têm-se constituído outras formas de sociabilidade.

Nesse contexto, Swain (2000, p. 49) chama atenção para o verdadeiro caráter da história que vai sendo construída, “cujas práticas são definidoras de seus corpos, cujas identidades são essencializadas na coerência entre o sexo e o gênero, entre o biológico tido como natural e um esquema de atribuições sociais a ele atrelados”.

Parte-se do princípio que o trabalho exercido por essas mulheres, desde aquele executado nas roças, como também nas atividades dos seus saberes, como Dona Venturina Ferreira, de 61 anos de idade, artesã de tecelagem; Dona Honorinda Francisca dos Santos, também artesã da esteira da palha da bananeira; Dona Venância e sua filha Lúcia; Rosimeire; Dona Maria das Neves e suas filhas Flávia, Maria Cássia, e muitas outras mulheres que enriquecem a cultura local e que vêm invertendo os papéis de gênero na comunidade.

A experiência com a criação dos artefatos sejam eles de cerâmica ou não, uns com mais expressividade do que outros, juntos denotam a riqueza cultural da comunidade. A dinâmica e a persistência das mulheres lhes ensinaram muito como elas próprias relatam, aprenderam não apenas a negociar suas artes, aprenderam também a fazer política, por isso afirma-se que as mulheres umas mais participativas, outras nem tanto, vêm articulando em grupos voltados para os artefatos de barro (Figura 31).

Figura 31 – O saber fazer das mulheres do quilombo



Fonte: Acervo da autora (2015)

Sob tal inspiração, essas mulheres estão engajadas politicamente, ganharam visibilidade e há mais de quinze anos estão desenvolvendo trabalhos a partir de projetos ligados ao artesanato. Constantemente essas mulheres estão articulando parcerias viabilizadas pela Incubadora de Empreendimento de Economia Solidária que tem parceria com Estado e outras entidades, como a Prefeitura de Montes Claros. Em 2015, foi inaugurado em Montes Claros um Centro de Economia Solidária e desenvolvimento local, com intuito de incentivar e valorizar as comunidades que vivem no meio rural.

A constituição da loja favorece as comunidades a exporem os seus produtos e dar visibilidade aos seus trabalhos. Um grupo de mulheres da comunidade Buriti do Meio participa desse projeto; o Grupo União (Figura 31) é composto por sete integrantes, a coordenadora do grupo Rosimeire fala da importância desse projeto, uma vez que a renda da comercialização das peças beneficia mais de sessenta pessoas. São iniciativas que vêm se fortalecendo, apesar das dificuldades enfrentadas pelas mulheres para consolidar os grupos e comercializar o que produzem.

Percebe-se que, a partir dos relatos proferidos por essas mulheres nas suas experiências como trabalhadoras, lutadoras, solidárias, que lutam a cada dia pela sua independência, fatores que têm surtido efeitos significativos contra o quadro da pobreza na comunidade nos últimos tempos. Desse modo, reconhece-se que, quando a mulher é provedora da família, a renda ganha um sentido mais amplo, passa a ser revertida na educação, na alimentação dos filhos, como também na saúde de toda a família. Essas mulheres enfrentam os desafios e com isso estão consolidando na comunidade um papel que vem dando certo, quando passaram a fazer parte das tomadas de decisões a coletividade passou de um simples povo marginalizado pela sua história e pela cor que possui para ser visto como gente, segundo a quilombola Joana, moradora da comunidade.

3.3 Agência feminina na articulação política: O papel da liderança no quilombo

O protagonismo dessas mulheres e as ações desencadeadas por elas fizeram perceber que o gênero é um ponto que se faz importante na compreensão da organização social da comunidade e os efeitos que ele provoca quando estão conectados com certos simbolismos e práticas. O trabalho de campo proporcionou fazer um acompanhamento da vida dessas mulheres e as diversas ações desenvolvidas por elas possibilitaram extrair desse processo um entendimento como as questões concernentes ao gênero tem operado no interior da

comunidade. Dessa forma, a atuação dessas mulheres nasceu de uma necessidade, o que as fizeram entrar plenamente como as responsáveis no trato das questões da comunidade. Elas se fizeram presente como umas das principais personagens no reconhecimento do quilombo, isso não quer dizer que não houve a participação dos homens, mas com número bastante pequeno em vista da quantidade das mulheres. São elas que organizam as apresentações culturais, os discursos e dentre muitas outras atividades locais o que provocou a visibilidade tanto delas como também da comunidade que ultrapassou as fronteiras da região. Não há como negar que nesse momento da história do quilombo as mulheres são sujeitos significantes na construção identitária da comunidade e são dimensões simbólicas de pertença do grupo.

Nesse sentido, é nesse protagonismo que as mulheres na comunidade vêm constituindo trabalhos que favorecem a participação da comunidade em vários eventos desde seu reconhecimento. Há que ressaltar que a comunidade ganhou visibilidade no espaço social, o nome da comunidade frequentemente está presente nos eventos realizados em todo Brasil, principalmente, nos assuntos que envolvem e ao mesmo tempo discutem a problemática do negro na sociedade brasileira e as especificidades dos quilombolas.

Para as mulheres, os avanços sociais obtidos na comunidade até o momento decorrem da abertura, ou seja, do diálogo que a comunidade estabeleceu com outros setores da sociedade, antes a articulação era feita somente em âmbito municipal, hoje buscam sanar as demandas em outras instâncias para além do município. As mulheres do quilombo estão fazendo e refazendo a vida da comunidade e com isso estão buscando espaços que lhes possibilitam melhorar as condições econômicas local, como também da família. Percebe-se assim, que a atuação das mulheres quilombolas de Buriti do Meio está criando e recriando novos espaços no grupo a que pertence. É certo que elas têm, nos dias atuais, executado mais atividades que antes, sobrecarregando o seu dia a dia com propósito de promover o desenvolvimento da coletividade fortalecendo a organização política, a identidade étnica e a luta pelos interesses do quilombo.

Vale mencionar que as mulheres da comunidade estudam mais que os homens, de acordo com as entrevistadas, elas precisam estudar para ampliar seus conhecimentos, decorre disso que há uma quantidade significativa de mulheres que terminaram o segundo grau, com novas perspectivas de entrada para o nível superior. Elas constatam que as mulheres da comunidade estudam mais que os homens, procuram se qualificar e, além disso, estão inseridas nas instituições como no Sindicato Rural de São Francisco.

A moradora Tânia aponta que as mulheres estão bem mais atualizadas,

hoje aqui as mulheres estão mais informadas do que os homens, elas estão mais documentadas do que os homens, elas estão mais inseridas dentro das instituições mais que os homens, porque você for olhar a situação, exemplo, situação dos sindicatos dos trabalhadores rurais se for olhar a situação dos sindicatos as mulheres estão mais atualizadas no sindicato do que os homens, na verdade antigamente quando iniciou o sindicato que foi em 1972, quem filiava ao sindicato era só o homem, porque era o homem que era o chefe da casa ele que trabalhava, ele que era o responsável pela casa né... e hoje as mulheres estão mais atualizadas no sindicato mais que os homens (TÂNIA, 44 anos, 2015).

Tânia, agente comunitária, membro da comunidade, casada, tem duas filhas, foi candidata à vereadora na eleição municipal em 2012, mas não foi eleita. Hoje, aos 44 anos, está cursando o ensino superior em Pedagogia, assim como outras citadas no decorrer deste trabalho, explicitando a importância da atuação política das mulheres no quilombo. Tânia também se destaca como umas delas, pelo seu posicionamento forte diante das questões que norteiam a vida da comunidade.

Tânia argumenta que diferentemente de muitas mulheres do quilombo que saíram para outras cidades do Brasil a trabalho ela permaneceu na ali por acreditar que sua contribuição, ou seja, o seu envolvimento dentro dos movimentos sociais diários traria não somente benefícios importantes para o grupo como todo, mas também o seu empenho ajudaria para o fortalecimento do lugar como quilombo.

Assim, dando seguimento à exposição de Tânia que tecem argumentos e parte de um entendimento que a informação que chegou à comunidade elevou a condição dessas mulheres que antes eram relegadas no âmbito doméstico. Há que ressaltar que, na constante busca por uma melhor qualidade de vida, essas mulheres criaram estratégias que resultaram em vários benefícios para a comunidade.

E nessa luta elas têm ocupado um lugar de destaque, pois foi com elas e por via delas que a comunidade atualmente tem o título da Fundação Cultural Palmares (FCP) como remanescente de quilombo. As iniciativas para tal conquista saíram do empenho e esforço dessas mulheres para as longas viagens, a participação em seminários em âmbito nacional, em todas essas questões esteve à frente a figura feminina.

Muitos dos avanços alcançados pela comunidade até os dias atuais têm sido pela atuação das mulheres. Partiu delas toda a tramitação para o reconhecimento, principalmente na divulgação da comunidade na formulação de projetos sociais voltados para geração de renda – no caso da cerâmica – que teve vários incentivos do Estado para o aumento da comercialização e do aperfeiçoamento.

Segundo as mulheres da comunidade as andanças pela vida afora, o afastamento da família por hora na luta pelos direitos quilombolas, pelo acesso e direito na vida política e

social como todo cidadão brasileiro, fizeram-nas reconhecer a necessidade da comunidade sair do anonimato para almejar dias melhores.

As Figuras 32 e 33 apresentam duas mulheres de gerações distintas da comunidade Buriti do Meio que unem forças para se fortalecerem na luta cotidiana para mostrar ao mundo a sua existência e com pretensão forte de tornar o quilombo visível para a sociedade em geral.

Figura 32 - Tânia ativista política



Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 33- D. Maria das Neves



Fonte: Acervo da autora (2015)

As mulheres da comunidade destacam que sua participação em várias reuniões, seja no município como também em âmbito nacional, os intercâmbios com os movimentos sociais, como a Marcha das Mulheres Negras, a participação no Sindicato de Trabalhadores Rurais, além de muitas parcerias feitas com ONGs, têm servido de acúmulo de experiências para elas. Assim pode-se dizer que as mulheres da comunidade, ao dar visibilidade às suas representações sociais, tornam ainda mais efetiva a sua luta.

Desse modo, a comunicação se faz importante como é o caso da comunidade de Buriti do Meio que utiliza dessa ferramenta para afirmar-se diante do mundo e para o mundo. Assim Jodelet expõe,

Reconhece-se, geralmente, que as representações sociais, como sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Igualmente intervêm em processos tão variados quanto à difusão e a assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e

sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais (JODELET, 1993, p. 05).

Para essas mulheres, a comunicação que estabeleceram com o meio social proporcionou conhecimento que, segundo elas, a partir do momento que tiveram acesso à informação, a realidade delas e da comunidade mudou, até a forma das pessoas do quilombo de se autoenxergar. Na visão dos moradores entrevistados, o isolamento no qual viviam fez com que ficassem à margem por longas décadas, sem perspectivas de uma vida melhor, somente galgaram novas situações quando foram atingidos pelos programas de redistribuição de renda que vêm sendo adotados pelo Governo Federal, como o Bolsa Família, cestas básicas, dentre outros já informados, que aliviaram de forma relevante o quadro de pobreza no qual as pessoas do quilombo estavam submetidos.

Portanto, ser quilombola hoje na comunidade funciona como *status* social; a entrevistada Tânia relata que, antes, as pessoas da comunidade tinham um sentimento de negação com o lugar; devido ao preconceito que “muitas das vezes as pessoas saíam daqui ia lá, mais eu digo assim, tinha até vergonha de falar de onde era, todos, a maioria” – profere Tânia, ao apontar o sentimento de negatividade que todos do quilombo sentiam.

Na atualidade em meio às mudanças ocorridas, os moradores se reconhecem como tal, passaram a valorizar sua identidade pertencente às raízes africanas, suas origens antes escondidas; no momento, para eles passaram a ter valor, porque mais uma vez Tânia revela, na sua fala, qual é o sentimento das pessoas do quilombo,

[...] e hoje não, a gente, tanto nós que estamos aqui, falamos do nome da comunidade, tanto como os que saíram também e têm coragem de falar de onde que é como que é a comunidade como que está e até trazer as pessoas também, porque antigamente ninguém nem trazia amigos que tinha por lá, ninguém trazia [...] (TÂNIA, 44 anos, 2015).

A conscientização dos moradores foi fundamental para o avanço da comunidade, conforme percebido nas entrevistas. Atualmente, grande parte dos moradores da comunidade se autoafirmam como quilombola, o que facilita segundo ela na coesão do grupo.

Pollak (1992) compreende que na contemporaneidade as pessoas que declaram quilombola têm assumido a condição étnico-racial de negros, o que pode ser verificado que em pouco mais de uma década esses sujeitos antes relegavam suas identidades a ponto de se identificarem como moradores de comunidades rurais ou agricultores, paulatinamente, essa postura vem sendo modificada. Essa forma de se autotransformar, em tempos atrás, deve-se ao

fato de a sociedade não reconhecer e muitos menos valorizar a condição sociocultural dos negros.

No presente, pode ser percebido o contrário, em virtude das transformações ocorridas na política nacional, em que a questão da cidadania posta pela Constituição de 1988 criou um conjunto de direitos sociais para as comunidades remanescentes de quilombo, fez que tais sujeitos mudassem de postura quanto a suas origens.

O valor simbólico dado às tradições como também os saberes e experiências dos mais velhos do lugar foram sendo construídos como uma colcha de retalhos e sendo remontadas suas histórias e assim foram tecendo e levantando os desejos de contá-las, reconstituir suas memórias para os mais jovens da comunidade como também para a região e, por que não, para o mundo. Na narrativa dos moradores, percebe-se que, ao reviver suas histórias, expõe-se de forma muito clara o processo de negação e, sobretudo, de omissão do seu passado que, para os mais velhos da comunidade marcou profundamente seus tempos de infância e da sua juventude.

Nesse ensejo, a busca pelo reconhecimento favoreceu o resgate da cultura local, as mulheres líderes da comunidade apontam que tal fato não foi fácil de ser tratado, tiveram que fazer um trabalho minucioso de conscientização com todos por desconhecerem as possibilidades existentes. Assim como todos os grupos quilombolas que estão na luta pelo reconhecimento, o quilombo Buriti do Meio também lança novos olhares a sua história, a suas tradições, e com isso vai construindo uma nova identidade que, nesse contexto, foi sendo ressignificada, dada à importância de suas práticas que têm ultrapassado as fronteiras do grupo cultural no qual está inserida e vem sendo gradualmente construída em meio aos novos elos que a comunidade agrega.

A recuperação dos valores históricos da comunidade vista pelas mulheres fez grande parte dos moradores passar a entender questões étnicas que poucos não entendiam como bem exposto na fala de Rodrigo: “a gente nem sabia que existia isso, outra hora a gente via nos livros, nunca que passava na cabeça que a gente pertencia, eu pensava que os brancos eram da cidade e a gente era da roça e a aquela cor era por causa do sol, não tinha em mente que era isso não (...)” (RODRIGO, morador da comunidade).

A ação comunitária mediada pelo grupo de mulheres mostra o resultado do trabalho desempenhado por elas diante do exposto do jovem Rodrigo que, para ele, a identidade foi revelada, ou seja, despertada e passou a entender através do contraste os porquês da diferença.

Nesse ínterim, Weber (1999) clareia quanto ao entendimento sobre as relações étnicas ao pontuar que a ação comunitária é causada por elementos externos que de alguma

forma se diferenciam de fatores internos. Assim, segundo Weber (1999, p. 267- 77), o que define as identidades étnicas de um determinado grupo, que podem ser percebidas na comunidade de Buriti do Meio, não está pautado apenas nas características raciais ou culturais, mas sim por meio da ideia de pertencimento subjetivamente definido.

Desse modo, na perspectiva weberiana a ação social comunitária que tem como objetivo diferenciar etnicamente um grupo que vai percorrendo o mesmo caminho. Assim, o autor dá seguimento a sua interpretação, dizendo que ao procurar definir um grupo étnico é preciso ir além das crenças ou aspectos fixos de fontes da etnicidade. É sobre esse sentimento de pertencimento atribuído à identidade étnica que a comunidade vem buscando fortalecer ainda mais as práticas culturais, dentre eles o artesanato, símbolo maior do grupo.

Atualmente, a comunidade enfrenta um desafio na visão das mulheres, já que a confecção dos artesanatos é feita por um número pequeno de mulheres, portanto, há uma preocupação porque as novas gerações não se interessam por essa prática e as mulheres que estão inseridas nesse trabalho artesanal temem por sua extinção, o que para elas acabaria com a originalidade da comunidade que é vista na região como a comunidade dos artesanatos.

De acordo com as mulheres entrevistadas, é preciso ser colocada em pauta nas reuniões da associação essa questão e instigar as pessoas sobre a importância das próximas gerações a continuar com esse saber que até hoje faz diferença na vida de todos do quilombo. Cabe dessa forma, criar estratégias para incentivar a juventude do quilombo a entrar nas bases produtivas para a manutenção dessas práticas, pois são saberes historicamente construídos e caracterizam-se conforme as compreensões dos indivíduos que as observem as sentem e se reconhecem nelas.

Vale sublinhar que a comunidade, sob liderança das mulheres, encontra-se em outra dimensão, as relações internas são complexas, ao mesmo tempo em que elas se unem para o cumprimento das atividades e interesses quanto ao coletivo, também travam disputas individuais para afirmarem quem representa melhor a comunidade.

Na comunidade há uma figura central que carrega na sua imagem uma mulher forte que representa o grupo local. Ao falar do quilombo Buriti do Meio sempre é remetida à figura de Dona Maria das Neves, e isso gera um desconforto entre elas. Nas entrevistas realizadas e, concomitante, nas conversas informais, Dona Maria das Neves é apontada como uma mulher que tem feito a diferença para o desenvolvimento da comunidade. Na fala da interlocutora Dona Maria das Neves, coordenadora da arte e da cultura do quilombo, reclama do posicionamento de algumas mulheres que deram continuidade recentemente a um projeto da rede de economia solidária que viabiliza a produção dos artesanatos nas comunidades rurais.

Segundo Dona Maria das Neves, o projeto foi um divisor na comunidade, dois grupos de mulheres que fabricam artesanatos ficaram de fora por questões tanto de desentendimentos internos, quanto por parte da coordenação do projeto que deu continuidade sem levar em consideração outras questões como a efetivação dos trâmites que não passaram pela associação. Ela aponta que, na comunidade, tudo que entra em questão de benefícios não pode ser tratado fora da associação, o que não aconteceu nesse caso, e com isso gerou certo estranhamento entre as mulheres, já que, sendo um quilombo, não pode haver nada que não seja dividido, relata Dona Maria das Neves. Conforme, sua concepção, tudo que a comunidade possui tem que ser por via da associação com reuniões para que os benefícios sejam para todos e não apenas para um grupo de pessoas.

Os conflitos internos nas falas das pessoas entrevistadas ainda são um impasse que muitas vezes prejudica a organização social na comunidade, mas, por outro lado, fica evidente que, mesmo com a disputa de poder entre elas, a comunidade não deixa de participar das questões políticas, é o que lhes interessa no momento.

Figura 34 – Comemoração Dia da Consciência Negra



Fonte: Acervo da autora (2015)

Dona Maria das Neves, moradora local, é uma das figuras centrais na luta política da comunidade, com ela é que o quilombo tem seguido passos para se desenvolver, a própria imagem já proporciona uma visão de uma mulher que carrega em si o poder de fala. Nos encontros de que sempre participa, como também nos eventos que a comunidade realiza, ela é a que leva seu conhecimento e saber para os demais (Figura 34), portanto, o seu jeito de ser e agir é visto por muitos dos moradores do quilombo como um exemplo de força e coragem que lutou ativamente pela titulação como comunidade quilombola.

Dona Maria das Neves declara,

[...] porque de sempre aqui resisti e permaneci, não dizendo está na frente por orgulho, mas guiando o povo, porque ao reconhecer o povo, teve reconhecimento foi reconhecido pelo SEBRAE. Mas fui eu que viajei para Belo Horizonte para as falas negras, eu que recebi a titulação; recebi o primeiro cartãozinho, o xeroquinho dizendo o que nós éramos [...] (MARIA DAS NEVES, 56 anos, líder comunitária).

A fala de Dona Maria das Neves, porta-voz da comunidade, reflete muito bem a ação projetada por elas no quilombo; ela nos revela sua história de vida, seu trabalho com os artefatos de barro e a vida política que exerce atualmente podendo ser compreendida nos seus relatos a imagem que sempre quer passar das suas experiências e as conquistas durante sua trajetória até o momento.

Ao analisar a afirmação seguinte da integrante Tânia, também umas das que está na luta política do quilombo, candidata a vereadora nas eleições passadas, ela fala da mulher hoje da comunidade,

As mulheres, com o passar do tempo e realmente porque elas estão vendo a realidade das mudanças que estão tendo, elas são mais participativas, muito mais do que os homens e também têm mais voz ativa, sabe e aprendeu se reivindicar e sabe realmente reivindicar e vão atrás dos direitos. Então, aqui hoje, aqui, as mulheres estão mais informadas do que os homens, elas estão mais documentadas do que os homens, elas estão mais inseridas dentro das instituições mais que os homens [...] (TÂNIA, 44 anos, agente comunitária do quilombo).

Diante das duas falas, mostra-se, com clareza, que a mulher na comunidade está construindo uma consciência de gênero, compreende que o seu atual papel na organização do grupo tem ultrapassado fronteiras, elevando a coletividade em um grau de visibilidade social e que os ganhos foram muitos, após assumir o controle da vida local. Essas mulheres compreenderam que o seu papel não se resume somente ao comando da casa, mas muito além disso, tomaram consciência de que elas podem modificar o *status quo* ao qual a mulher foi projetada.

Scott (1995, p.77) ajuda compreender a posição dessas mulheres hoje “ao expressar a experiência partilhada de objetificação, sustentava ela, as mulheres são levadas a compreender sua identidade comum e são conduzidas à ação política”.

Nesse ínterim, entende-se que a participação das mulheres nas tomadas de decisão na comunidade elevou a autoestima delas. Elas se solidarizam umas com as outras, mesmo aquelas que ainda não têm uma consciência da sua condição de subordinação, tentam esclarecer que elas podem mudar o quadro no qual vivem. A grosso modo, o que as mulheres

desejam é que todas as mulheres de Buriti do Meio vençam as barreiras que lhes oprimem como submissas, como as gerações que as antecederam.

Nota-se que o desenvolvimento local está relacionado com o acesso que as mulheres tiveram ao conhecimento de mundo que, por sua vez, desencadeou no domínio da fala, bem como da escrita, tão bem usados por elas. Hoje as mulheres do quilombo estão procurando além de qualificar estão buscando na graduação um motivo ainda maior para sustentar aquilo por elas conquistado. As mulheres do quilombo querem o poder e se manter nele não somente para possuir domínio e prestígio nas questões que envolvam a comunidade, mas, principalmente, de poder ter autonomia de suas próprias vidas, serem senhoras dos seus próprios destinos.

A disposição da figura feminina na comunidade é auferida na declaração da ex-presidente da associação, Joana, ao ser indagada sobre quais foram os motivos que levaram ao desenvolvimento da comunidade como também a ascensão da mulher:

[...] a informação, porque antes não sabia buscar que nem informação a gente tinha direito, a questão de hoje também a gente ter pessoas que têm condições e coragem de falar, de viajar isso, aí pra gente foi um avanço, foi uma abertura porque a gente quando sai a gente não deixa de falar da realidade nossa né, e as oportunidades vão surgindo e a gente acaba pegando aquele ramo (Joana, 38 anos, atualmente exerce a função de limpeza no posto de saúde na comunidade).

Figura 35 - Joana Ex-presidente comunitária



Fonte: Acervo da autora (2015)

É possível inferir na fala de Joana (Figura 35), quanto ao momento de estruturação que a comunidade se encontra; durante a permanência no campo, pôde-se visualizar que a atual situação da comunidade tem o empenho das mulheres. O planejamento de projetos como a instalação do posto de saúde, dentre vários outros, demonstra a capacidade de organização, compromisso e de liderança das mulheres da comunidade. As faculdades e ações a floradas em

múltiplos níveis e instâncias servem de suporte para entender que elas agem e ao mesmo tempo alteram as relações entre os sexos, como se tem percebido na comunidade em tempos recentes.

Não há como não conferir às mulheres da comunidade esse protagonismo. Joana de Fátima Pereira da Silva é considerada como uma das mulheres mais atuantes, com 38 anos de idade, separada, mãe de três filhos, tem firmado compromisso em prol da comunidade. Nas histórias de vida de cada uma dessas mulheres entrevistadas, elas ressaltam que aprenderam muito cedo a trabalhar com suas mães na produção dos artesanatos, bem como na sua comercialização e Joana relembra desse feito, apontando que essas práticas serviram de base para suas atuações. Citada como uma mulher guerreira que contribui muito para com a comunidade e que cumpriu um papel importante na associação comunitária, sendo presidente por quatros anos.

Joana comenta sobre a experiência como presidente, quando esteve à frente da associação por um bom período de tempo, ela considera que fez o possível para contribuir para a concretização de alguns projetos para a comunidade, mas, na sua fala, Joana deixa bem claro que deveria ser um trabalho que tivesse mais participação dos homens para fortalecer a luta por melhores condições e oportunidades. Ela afirma que as mulheres da comunidade são mais engajadas nos movimentos sociais em relação aos homens e isso só reforça que a mulher na comunidade é mais atuante, conforme sua resposta,

[...] para você ver na parte de política que a gente não deixa de ter necessidade de um representante da comunidade dentro da prefeitura. E todo mundo enxerga essa realidade nossa aqui, mas a primeira que arregaçou as mangas foi uma mulher. Mesmo que não foi eleita. Mas teve um número significativo de votos né! Pra gente não deixar de achar que as mulheres estão assim, têm interesse de ver a mudança [...] (JOANA, 38 anos, 2015).

Nesse depoimento, Joana revela que as mulheres da comunidade de Buriti do Meio realmente estão cada dia mais na luta política local. Com essa participação nas últimas eleições municipais e esse fato, como muitos outros já pontuados ao longo desse estudo, confirma o reconhecimento da mulher como liderança política da comunidade. As mulheres foram tecendo os seus caminhos e aprenderam no âmago das suas experiências a assumir múltiplas funções dentro da comunidade. Por via desse olhar, a responsabilidade de dona de casa, do trabalho artesanal agregou a essas mulheres elementos que as fizeram também promotoras no âmbito das discussões políticas tanto interna como externamente da coletividade.

Tanto é assim que, na política partidária, quem assumiu a tarefa de se candidatar como vereadora e entrar na disputa política representando o quilombo veio da disposição e coragem de uma mulher, mesmo não tendo êxito como mencionado anteriormente.

Diante disso, está constatado que a atuação das mulheres vem mudando não somente a realidade do grupo, mas também a transformação delas mesmas, além de produtoras dos artesanatos, donas de casa, elas acrescentaram a suas imagens como as que fazem a diferença no quilombo. Para elas a participação das mulheres quilombolas nas atividades políticas é bem superior à dos homens, e prova disso é que são vistas na região como as mulheres de luta do quilombo, essa nova identidade a elas atribuídas tem conferido poder não somente no coletivo, mas também fora dele. E o título como quilombola foi o caminho que viabilizou para que esse sentimento se concretizasse e que se sentissem aceitos.

Desse modo, as práticas culturais da comunidade geralmente são feitas pelas mulheres, no caso das danças, dos cânticos, da produção artesanal e por último da culinária, que foram e têm sido usadas por elas como uma peça chave de lhes conferir poder e, sem dúvida, manter-se no poder. Entende-se nesse contexto o poder como aquele que não se encontra em um lugar específico, pelo contrário, ele circula pela sociedade e para entendê-lo é necessário compreender as práticas sociais que estão imbuídas de relações de poder (FOUCAULT, 1995).

Entende-se que as práticas exercidas pelas mulheres da comunidade as fizeram compreender que elas são importantes para a construção política da comunidade e, com isso, enxergaram que é por via da participação comunitária que estão moldando as relações dentro do próprio grupo, em que sua presença em todas as questões que abrangem a coletividade é bem maior que a dos homens.

Mas vale aqui pontuar no que diz respeito à participação dos homens da comunidade como visto no material analisado, um dos grandes empecilhos apontados tanto pelas mulheres como também pelos homens são suas constantes saídas com destinos a vários lugares do país. Nessa assertiva, permanecer na comunidade e assumir a vida política local não é mais atividade da figura masculina. Interrogou-se às mulheres, qual seria o papel dos homens atualmente na comunidade; segundo elas, a função dos homens do quilombo nos dias de hoje é migrar temporariamente em busca de trabalho que ofereça melhor rendimento econômico para o sustento da família.

Na sua avaliação, Rodrigo morador da comunidade, vê essa questão como normal e essa dinâmica dos homens do lugar, conforme pontuado por ele, é uma situação difícil de reverter porque a região sofre com os impactos relacionados ao déficit hídrico, ou seja,

escassez de chuva, pouca terra para plantar, dentre outros fatores que não oferecem condições para que permaneçam na terra. Em virtude disso, Rodrigo ressalta que, mesmo com a saída dos homens, as mulheres sempre foram ativas, o que fortalece o discurso delas ao longo da dissertação.

As mulheres têm um passo e presença maior, até não posso falar que não é as reuniões que tem sempre a presença das mulheres é muito mais do que dos homens é bem mais, todas as reuniões eu percebo isso, em todas as reuniões desde o início quando começou, essas reuniões eu não falo somente associação, eu falo quando vêm alguma pessoa de fora para estar reconhecendo né... Quando está fazendo alguma pesquisa sempre o grupo das mulheres é maior que dos homens, mas assim de uma forma ou de outra ajuda sempre, nós contribuimos um pouco mais as mulheres é mais participativa, é aquele negócio tem uma reunião o homem acha mais fácil mandar a mulher ir ele fica fazendo alguma coisa. Ah... não você vai e fica só naquilo sempre a mulher participa mais de que os homens até na associação mesmo acontece, nos tempos atrás sempre a mulher associava, por ter mais facilidade de ir (RODRIGO, 25 anos, 2015).

O interessante nas relações sociais da comunidade é que não há uma disputa de poder entre homens e mulheres em relação à liderança da comunidade. Os homens entrevistados reconhecem o desenvolvimento da comunidade como uma virtude das mulheres do quilombo, ressaltando a grande melhoria que a comunidade teve a partir dos anos 2000, quando se iniciou o processo de reconhecimento. Por vezes, na visão dos homens, a crescente participação da mulher na luta política da comunidade, além de novas perspectivas de uma vida melhor, também despertou, em cada ser quilombola, uma identidade que veio de fora e aos poucos foi sendo inserida no meio social local.

O mais importante desse processo é que os moradores do quilombo entenderam e incorporaram e ressignificaram a identidade dos negros da localidade, assim “a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo” (SILVA, 2000, p. 96). Não há dúvida de que essa identidade é ensejo de muito orgulho de toda população; ao observar nas suas falas o esforço de todos em reconstruir a memória dos seus avós, bisavós, ou seja, dos seus familiares, para transformar aquilo que a vida toda foi assinalado como negativo para agora ser significado como um prestígio social.

Dando por fim a análise feita, chegou-se à conclusão de que as mulheres da comunidade Buriti do Meio participam de todo processo decisório em prol dessa. Ao falar na comunidade, sempre aparece em primeiro lugar a imagem delas que partilham da mesma concepção de que os homens da comunidade são mais distantes dos compromissos comunitários.

Constata-se então que essas mulheres possuem maior interesse na constituição das parcerias com entidades que envolvem as questões políticas da comunidade, elas têm voz ativa para tratar de todos os problemas associados aos feitos comunitários, além de deter pleno poder de deliberação. Na visão das mulheres, se houvesse a participação dos homens, ou seja, maior engajamento e compromisso com os interesses da comunidade, elas acreditam que a comunidade poderia estar melhor, como fica bem claro na afirmação de Rosimeire,

Se os homens fossem mais integrados fluiria mais, participassem mais junto com nós a gente teria até mais ânimo, inclusive aqui as mulheres são muito resistentes, assim animadas, mesmo que está vendo que a coisa não vai andar elas não perdem a esperança de que um dia vai andar, vai ter saída, mas os homens não enxergam isso não. Os homens mesmo vendo que está difícil, mas eles não querem ajudar as mulheres a estar correndo atrás das coisas (ROSIMEIRE, 39 anos, 2015).

Resume-se então que, significativamente, as mulheres são vistas em seu meio social, e também fora dele, como as figuras centrais no comando da dinâmica social na qual estão inseridas. Essas mulheres percebem que estão em um novo processo de suas vidas em que a jornada de trabalho tornou mais intensa ao assumir a luta política. Por isso, elas cobram dos homens mais participação e interesses nos movimentos sociais que agora a comunidade como quilombola necessita participar.

Assim, muitas dessas mulheres entrevistadas são casadas, mães e têm que conciliar os trabalhos domésticos com os trabalhos produtivos que envolvem o artesanato, bem como a comercialização desses fora da comunidade, já bem explorado anteriormente. Contudo, as atividades extradomésticas, consideradas por elas como as ações voltadas para a participação política, exigiram delas desafios a serem enfrentados no dia a dia e, com isso, elas adquiriram maior poder pessoal e influência social onde vivem.

Após trazer à luz da questão a ação política das mulheres quilombolas de Buriti do Meio, resta dizer que o protagonismo das mulheres na comunidade em que vivem desencadeou um empoderamento coletivo, no qual as mulheres tiveram uma ascensão social como bem apontado por Iorio (2002, p. 29): “a participação é um elemento constitutivo das estratégias de empoderamento”.

Indubitavelmente, a efetiva participação na coletividade deu a essas mulheres mais poder, ressalta-se aqui quando tratou do poder das mulheres na comunidade não foi tratado como aquele poder que é necessariamente prejudicial para com aquele que o perde, no caso dos homens da comunidade. Pelo contrário, na perspectiva de Iorio (2002), o exemplo existente dessa prática mostra outra faceta, que as transformações nas relações de gênero

trazem ganhos para os homens também. De acordo com a autora, quando a mulher conquista e estabelece uma relação fundamentada no respeito mútuo e com responsabilidade compartilhada, as melhorias atingem tanto a mulher quanto o homem. É o que tem ocorrido nas relações de gênero da comunidade, as mulheres assumem o compromisso na organização social local e provêm dele as benfeitorias que transcendem para todo coletivo. Depreende-se nesse aspecto, com as mudanças pelas quais tem passado a comunidade, houve ganhos para ambos os lados.

Compreende dessa forma, no bojo das mudanças nas relações de ambos os sexos na comunidade Buriti do Meio, pela via de atuação das mulheres na luta pela idealização de uma comunidade melhor para se viver, que se desmistifica a ideia universalizante da mulher tida como frágil. Desse modo, argumenta-se aqui que, na trama social da comunidade, as relações entre homens e mulheres, nos dias atuais, já romperam com algumas práticas culturais existentes. A mulher quilombola na comunidade não cumpre somente o papel na ordem privada lugar de menor prestígio social, para os olhos da sociedade sobre a qual incutiu no imaginário social que a mulher por questões biológicas teria que ocupar tal lugar.

Daí para desmitificar essa ideia, recorre-se a Simone de Beauvoir (1970, p.09) ao dizer que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”; interpreta-se disso que as mulheres do quilombo reconheceram que o ser mulher não está predestinado a um só lugar. Desse modo, o “tornar-se” remete a um processo de se autocompreender e, ao mesmo tempo, de se autoidentificar baseado não em uma natureza, mas em uma escolha, em um desejo.

No decorrer deste trabalho, utilizou-se da fotografia, ou seja, das imagens por entender que ela possui significados e possibilita uma melhor apreensão da realidade, conforme Barthes (1984), “no fundo, a fotografia é subversiva, não quando aterroriza, perturba ou mesmo estigmatiza, mas quando é pensativa”. Dessa maneira, a fotografia aqui é utilizada como um instrumento, um servidor da memória, simples testemunho do que foi. É por meio da memória, que se faz tão presente neste estudo, que se tentou buscar as imagens para demonstrar o trabalho intensivo das mulheres da comunidade, suas lutas, suas histórias.

Com objetivo de tentar modificar a realidade da comunidade Buriti do Meio e, sobretudo, transformá-la que o grupo, majoritariamente composto por mulheres, está-se resgatando e reinventando sua história como sujeito social. As Figuras 36 e 37 representam a força dessas mulheres que se tornaram as principais articuladoras políticas da comunidade onde vivem; essas e tantas outras constroem no dia a dia a possibilidade de uma vida com mais justiça social.

Figura 36 - Tânia e Geralda

Fonte: Acervo da autora (2015)

Figura 37 - Flávia Agente Comunitária

Fonte: Acervo da autora (2015)

Encerra-se este capítulo com as imagens das mulheres quilombolas que representam toda a história negra, que durante séculos lutam contra a marginalização social, quebram barreiras das dificuldades em busca da sua cidadania. Portanto, as mulheres do quilombo Buriti do Meio estão lutando pela maior inclusão social, por meio de seu empenho, organizam a vida de toda coletividade.

Compreende-se, então, que as transformações ocorridas no mundo exterior afetam e também transformam o modo de vida das comunidades quilombolas em geral. Em decorrência disso, as relações sociais do quilombo e, como tal, os espaços de atuação das mulheres quilombolas, que agora abraçam outras lutas sempre em busca de melhores condições de vida, foram aos poucos sendo transformados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do negro no Brasil sempre permaneceu na obscuridade social, em que esse fora marginalizado, sendo lançado para o interior da estrutura social com meios precários de sobrevivência. Uma realidade que não faz parte somente do passado da história brasileira, mas ela se encontra ainda marcante no presente ao verificar a situação de várias comunidades quilombolas por todo país, enfrentando problemas ligados à expropriação territorial, vivendo uma má qualidade de vida com pouco ou nenhum acesso a políticas compensatórias disponibilizadas pelo Estado-nação. Foi com essa visão que se adentrou no mundo da comunidade quilombola Buriti do Meio, para tentar retratar a história desse povo que, como toda comunidade negra no país, enfrenta condições estruturais similares.

Para tanto, no presente trabalho, foi direcionado o olhar sobre as histórias de vida das mulheres do quilombo com objetivo de construir, a partir da memória e de suas falas, sua vivência cotidiana, o seu importante papel na comunidade onde vivem. Por saber que na comunidade, atualmente, o comando está sob o poder da figura feminina que fomentou uma curiosidade de buscar entender, nos interstícios do sistema social local, como se dão suas atuações. Ressalta-se aqui que as memórias exploradas neste estudo se formam como uma ferramenta importante, visto que os registros surgidos são verdadeiramente patrimônios culturais que simbolicamente podem estar atrelados a um passado vivo que ainda se faz presente e reforça os traços identitários do lugar.

Nesse período, durante a pesquisa de campo, pôde-se perceber nas narrativas das mulheres como a identidade negra para essas militantes está arraigada no seu imaginário e elas assumem como parte da história negra o que tempos atrás negava essa condição, dado que assumir como negro no âmbito regional era atributo de violência emocional para todos da comunidade. A história da comunidade é marcada por luta e resistência, afirma-se isso nos relatos apresentados; as constantes lutas em manter-se nos seus territórios, mesmo sendo expropriados pelos agentes externos como grandes fazendeiros, com enormes extensões de terras, e resistir para manter viva a memória dos seus antepassados, traduzindo sempre em vivenciar e reverenciar a cultura por eles deixada.

A conscientização da importância cultural para os integrantes da comunidade fizera com que as mulheres entrassem para a luta política em busca de melhores condições de existência. Se no passado as práticas culturais eram mantidas em silêncio e motivo de vergonha devido à discriminação, atualmente, os símbolos culturais do quilombo têm sido

motivo de orgulho para todos os moradores. Daí, haver uma preocupação em manter viva essa memória para as futuras gerações, como forma de conservar sua existência.

Percebe-se que a história da comunidade nos dias atuais está sendo construída nas bases do poderio feminino, notadamente, suas ações têm surtido efeito ao serem reconhecidas como as principais articuladoras políticas que resultaram no reconhecimento da comunidade como remanescentes de quilombo. Essas mulheres continuam na luta, mesmo entendendo que a carga para elas é grande, já que têm que conciliar o trabalho doméstico com os trabalhos que envolvem a organização comunitária. Todas elas, representadas nas imagens acima, dentre outras, continuam na luta em prol da comunidade. Essas mulheres, ao longo do ano, são motivadas a participar de todas as mobilizações, seja da luta e defesa pela demarcação do seu território, que é um dos objetivos principais no momento por elas mencionado, ou pela fomentação de projetos que impulsionam a geração de renda na produção dos artesanatos, dentre outros como a melhoria da educação e saúde.

Por via de análise, a posição tomada por essas mulheres na comunidade desmitifica a concepção operacionalizada no imaginário social brasileiro de que quilombo é um grupo que vive no isolamento. Em decorrência disso, a comunidade tenta romper com esse estereótipo de desvalorização com as movimentações por elas feitas; essas mulheres usam de muitas estratégias, sempre estão de acordo com o que vai surgindo de importante para os interesses da comunidade como um todo. Uma das questões muito relatadas pelos entrevistados da pesquisa foi o processo vivido por todos moradores do quilombo, pela exploração e discriminação de homens e mulheres.

Por meio dos relatos das mulheres, fica bem claro que a primeira oportunidade surgida para melhorar suas condições de vida foi abraçada pelo grupo feminino da comunidade. Começaram a participar de encontros e reuniões nacionais, estreitaram relações com órgãos e entidades governamentais, como também não governamentais; as parcerias construídas até o momento e seus efeitos têm conduzido à visibilidade social da comunidade e de suas representantes. Dessa maneira, chegou-se à conclusão de que a imersão das mulheres no processo de luta para o reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo, agora pertencente a um grupo étnico, contribui para o processo de formação delas como articuladoras políticas que falam em nome da coletividade de Buriti do Meio.

Assim, desde o momento em que a comunidade passou a ser organizada pelas mulheres, cada vez mais elas têm-se inserido nos movimentos sociais e com isso elas tomam conhecimento dos seus direitos e buscam a efetivação e conquistas desses. As experiências adquiridas fizeram com que elas hoje tomem decisões baseadas no conhecimento, por isso,

posicionam contra qualquer tipo de opressão dos agentes sociais, como os proprietários de terras adjacentes.

Destaca-se outro aspecto na comunidade, a utilização da afirmação identitária, que para eles é algo de suma importância, visto que sentem-se valorizados por serem negros. A identidade aqui fomentada, principalmente pelo grupo de mulheres, é usada como símbolo que significa a constante luta pelo respeito, pela dignidade negada, pela oportunidade e, sobretudo, pelo direito como mulheres negras quilombolas, que estão na luta como tantas outras mulheres da nossa sociedade e tentam romper com o silêncio, culturalmente imposto na vida dessas mulheres.

Assim, o acompanhamento feito, nesse período de tempo, com as mulheres da comunidade foi suficiente para entender que as questões de gênero e seus efeitos na construção da subjetividade, bem como a identidade feminina, perpassam pelo reconhecimento das diferenças.

Na Comunidade de Buriti do Meio a posição sustentada pelas mulheres atualmente leva a entender que a construção de gênero na estrutura social local rompe com a concepção em relação à ordem patriarcal. Na trama social dessa comunidade, as relações se dão de outra forma, aqui o uso político também perpassa pelo poder das mulheres. Percebe-se em todos os relatos, tanto dos homens quanto das próprias mulheres, a valorização do trabalho desempenhado pelo comando feminino visto que elas são exaltadas, admiradas e respeitadas pela coragem que tiveram em lutar por melhores condições de vida. Portanto, o cotidiano da comunidade, a ação dos seus agentes, principalmente das mulheres, bem como sua efetiva participação comunitária, dentre muitos fatores aqui ressaltados, sugerem que essas mulheres estão conectadas a uma relação de empoderamento e com isso conquistam sua afirmação na sociedade.

Por meio dessas questões pontuadas e percebidas, observou-se que as mulheres têm uma expressiva participação na comunidade onde vivem, a forma como elas se colocam diante das questões comunitárias faz perceber que essas sempre foram sujeitos da história da comunidade, somente não eram visibilizadas. Esses fatores apontados aguçaram um maior interesse sobre a história e o cotidiano que perpassam o Buriti do Meio, já que a força e coragem dessas mulheres, as suas lutas e histórias de vida para sair do anonimato em busca de novos sonhos e desejos foram quesitos relevantes para que esta pesquisa percorresse o plano da aspiração para concretizar em algo significativo – um estudo científico que delineia a atuação das mulheres quilombolas cujos efeitos atingem não somente as pessoas que fazem

parte da comunidade como também outros setores da sociedade que não só passam a conhecer, mas a ter consciência do importante papel dessas mulheres à frente da coletividade.

Diante de tudo que foi explicitado, fica aqui o agradecimento pela oportunidade imensurável de ter compartilhado momentos junto à Comunidade Buriti do Meio – confessa-se que a convivência foi uma experiência ímpar. É pertinente apresentar aqui a experiência vivida pela autora Souza (2006, p.128) que também se faz presente nesta pesquisa, bem como um ideal a ser compartilhado, “aprendi que quando há uma causa, que quando se acredita em algo, o ser humano se agiganta, torna-se capaz de travar as maiores batalhas e lutar com todas as forças para dignificar sua vida, seja lutando para manter suas terras, respeitando as tradições de seus antepassados...”.

São a experiência vivida e as essências teóricas que possibilitaram compreender as necessidades, bem como as representações sociais desse povo, destacando as mulheres quilombolas que, na sua trajetória na comunidade, buscam dignificar suas vidas lutando pela concretização de sua cidadania ou pelo seu território, cuja participação ativa está diretamente ligada ao processo de reafirmar a história vivida por seus antepassados, quer batucando, quer dançando, ou reelaborando suas identidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos Identidade étnica e territorialidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Família e relações de parentesco – Contribuições antropológicas. 2004. In: CARVALHO, José Sérgio (Org). **Direitos humanos e Educação para a Democracia**. Petrópolis - RJ: Ed. Vozes, 2004. Disponível em: <http://www.academia.edu/4236920/Fam%C3%ADlia_e_rela%C3%A7%C3%B5es_de_parentesco_contribui%C3%A7%C3%B5es_antropol%C3%B3gicas>. Acesso em: 20 dez. 2015.

ANAYA, Felisa. De “encurralados pelos parques” a “vazanteiros em movimento”: o processo político de reapropriação territorial das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. In: 37º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Águas de Lindóia/SP. 23 a 27 de setembro de 2013. **Anais...** Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8674&Itemid=459>. Acesso em: 28 jan. 2016.

ANDRADE, Cyntia. Lugar de memória... memórias de um lugar: patrimônio imaterial de Igatu, Andaraí, Bahia. **Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, La Laguna, Espanha, vol. 6. n. 3. 2008. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/6308/PS0308_13.pdf> Acesso em: 18 jan. 2016.

ANUÁRIO KINDERNOETHILFE. **O trabalho em território nacional e internacional**. 2014. Disponível em: <[http://www.kindernothilfe.de/multimedia/KNH_DE/Neue+Webseite/Aktuelle+Download_Dokumente/Fremdsprachen/Portugiesisch/Anu%C3%A1rio+2014+\(4+MB\).pdf](http://www.kindernothilfe.de/multimedia/KNH_DE/Neue+Webseite/Aktuelle+Download_Dokumente/Fremdsprachen/Portugiesisch/Anu%C3%A1rio+2014+(4+MB).pdf)> Acesso em: 10 nov. 2015.

ARAÚJO, Elisa Cotta de. **Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos vazanteiros do Pau de Léguas**. 2009. 256f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2009. Disponível em: <[file:///D:/-%20Documentos%20n%C3%A3o%20delete%20backup%20dia%2025-07-15/Downloads/elisa_cotta_de_araujo%20\(1\).pdf](file:///D:/-%20Documentos%20n%C3%A3o%20delete%20backup%20dia%2025-07-15/Downloads/elisa_cotta_de_araujo%20(1).pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2016.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades conservação. 1999. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo-SP, ano II, n. 5, 2º Semestre de 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07>>. Acesso em: 05 maio 2015.

ARRUTI, José Mauricio Paiva Andion. **A emergência dos “remanescentes”**: Notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2439.pdf>> Acesso em: 05 maio 2015.

_____. **Mocambo**. Antropologia e História do Processo de Formação Quilombola. São Paulo: Edusc, 2003.

ASSIS, Dária Martins. “Tirar a nossa essência da natureza”: Etnografia das práticas e das estratégias de trabalho nos espaços da comunidade quilombola Bom Jardim da Prata. In: COSTA, João Batista; OLIVEIRA, Cláudia Luz de. **Cerrado, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais nos sertões roseanos**. São Paulo: Ed. Intermeios, 2012.

AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis-SC, Ano 2, 2º semestre de 1994, p. 203-216. Disponível em <http://kilombagem.org/wordpress/wp-content/uploads/2014/05/Sandra_Azeredo_Teorizado-sobre-genero-e-relacoes-raciais.pdf>. Acesso em 12 jan. 2014.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Notas sobre a fotografia. Tradução de Júlio Castanõn Guimarães. 7.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. Título original: *La chambre claire: note sur la photographie*.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. v.1. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1970. Título original: *Le Deuxième Sexe*.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. **Cerrado, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais nos sertões roseanos**. (Relatório de Pesquisa). Montes Claros: 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.887/2003, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm> Acesso em: 15 out. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 6.040**, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6040-7-fevereiro-2007-550693-publicacaooriginal-66733-pe.html>. Acesso em: 10 set. 2015.

BRASIL. Programa Brasil Quilombola. **Comunidades quilombolas brasileiras: Regularização fundiária e políticas públicas**. 2007. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais-1/catalogo/orgao-essenciais/secretaria-de-politicas-de-promocao-de-igualdade-racial/programa-brasil-quilombola/view>>>. Acesso em: 15 out. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1. Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. 181p. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2016.

BULLA JÚNIOR, Luiz Carlos. Fotografia e loucura: Um olhar sobre a condição humana na experiência do transtorno mental. **Revista Discursos fotográficos**, Londrina, v.1, p.213-230, 2005. Disponível em: <<[http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursos fotograficos/article/view/1473/1219](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursos_fotograficos/article/view/1473/1219) > Acesso em: 18 jan. 2016.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo-SP, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300008&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 dez. 2014.

CARVALHO, José Jorge. Prefácio. In CARVALHO, José Jorge (Org.) **O Quilombo do Rio das Rãs**. Histórias, Tradições, Lutas. Salvador, EDUFBA, 1995.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA - CEDEFES (Org.). **Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no séc. XXI**. História e Resistência. Belo Horizonte: Autêntica; CEDEFES, 2008.

CHAVES, M. L. de S. C.; BENITEZ, L.; ANDRADE, K. W. **A Pedra Rica (Grão Mogol, MG) Localidade mundial onde primeiro se encontram diamantes em uma rocha**. Centro de Pesquisas Prof. Manoel Teixeira da Costa, Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <[http://sigep.cprm.gov.br/propostas/Pedra Rica_Grao_Mogol_MG.pdf](http://sigep.cprm.gov.br/propostas/Pedra_Rica_Grao_Mogol_MG.pdf)> Acesso em: 25 nov. 2015.

CHEVARRIA, Diego Gonzales; GOMES, Fernando Cesar Russo. **Relação entre observador e realidade nos paradigmas positivista, interpretativista e complexo: e aí juiz, foi ou não pênalti?** In: III COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO. Florianópolis-SC, março/2013. Disponível em: <<http://www.coloquioepistemologia.com.br/anais2013/ANE120.pdf>> Acesso em: 19 jan. 2016.

CHÉVEZ POZO, Osmar Vicente. **O pequi (*Caryocar brasiliense*): uma alternativa para o desenvolvimento sustentável do cerrado no Norte de Minas Gerais**. 1997. 100 f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Mestrado em Administração Rural, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1997.

CINTRÃO, Rosângela Pezza; SILIPRANDI, Emma. O Progresso das mulheres rurais. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. (Org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. 436p. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/progresso.pdf>>. Acesso em: 20 jun.2015.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS – CONAQ - Carta Política do I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas. **O Protagonismo das mulheres quilombolas: Avanços e desafios**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://racismoambiental.net/?p=149013> >. Acesso em: 19 out. 2015.

COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. In: SEMINÁRIO DE APROFUNDAMENTO DO

TRABALHO COM GÊNERO NO PRÓ-GAVIÃO. **Texto de Apoio I.** Vitória da Conquista - BA, 16 a 18 de fevereiro de 2000. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/textosapoio1.PDF>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

COSTA, João Batista de Almeida. **Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos:** a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos (MG). 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 1998.

COSTA, João Batista de Almeida. Processo de territorializações e o deslizamento de conteúdos na etnicidade quilombola em Agreste. 2013. **Revista Argumentos**, Montes Claros-MG, n. 7, 1.2013. Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. 2013. Disponível em: <http://www.cienciasociais.unimontes.br/arquivos/ed_07/Joao%20Batista%20de%20Almeida%20Costa.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2015.

COSTA, João Batista de Almeida; OLIVEIRA, Cláudia Luz de. Territórios quilombolas e conflitos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, *et al.* (Org.). **Negros do Norte de Minas:** Direitos, conflitos, exclusão criminalização de quilombos. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

COSTA, Marli Marlene Moraes da; D'OLIVEIRA, Mariane Camargo. **Idiosincrasias femininas.** Curitiba: Multideia, 2013. 160 p.

COSTA FILHO, Aderval. **Gurutubanos, caatingueiros e geraizeiros:** Identidades rurais, territorialização e protagonismo social. In: MENEZES, Marilda Aparecida de; GODOI, Emília Pietrafesa de; (Coord.). **GT 20 – Identidades, redes e territorialidades no espaço rural.** 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2020/aderval%20costa%20filho.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis-SC, Ano 10, 1º semestre de 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas.** São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CUNHA, Maria das Graças Campolina. **Gameleira, sertão Norte de Minas Gerais:** um olhar feminino sobre o feminino camponês. 2013. 315f. Tese (Doutorado em Geografia e gestão do território) – Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/3320/1/GameleiraSert%C3%A3oNorte.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS - DER/MG. 2016. **Mapa Rodoviário Norte de Minas Gerais.** Disponível em: <<http://www.der.mg.gov.br/mapa-rodoviario>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

DEUS, Lia Maria dos Santos. Mulheres negras e empoderamento. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Livia Gimenes Dias da.

Introdução crítica ao direito das Mulheres. Série “O Direito achado na rua”. Brasília: CEAD, FUB, 2011.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Editora HUCITEC, 2001.

_____. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, P.F.; WEBER, J. (Org.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento.** São Paulo: Cortez Editora, 1996.

_____. [et al] (Org.). **Biodiversidades e comunidades tradicionais do Brasil: Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, São Paulo: USP, 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/saberes.pdf>. Acesso em fev. 2016.

DOURADO, Auceia Matos. **Território, territórios:** Identidade dos assentamentos de reforma agrária em questão. 18f. Artigo (Doutoranda em Geografia) – Núcleo de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe (NPGeo/UFS). 2013. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/29.pdf>> Acesso em: 24 out. 2015.

DUBOIS, Phillippe. **O ato fotográfico e outros ensaios.** Tradução de Marina Appenzeller. Campinas-SP: Papirus. 1998. Disponível em. <<https://cteme.files.wordpress.com/2011/03/dubois-philippe-o-ato-fotografico-e-outros-ensaios-2.pdf>> Acesso em: 17 jan. 2016. Título original: L'acte photographique et autres essais.

DUPRAT, Deborah (Org.). **Pareceres Jurídicos** - direitos dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil. Manaus: UEA, 2007.

FIABANI, Adelmir. **Os novos Quilombos:** Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988-2008]. 2008. 275f. Tese (Doutorado em História). Centro de Ciências Humanas - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. São Leopoldo-RS, 2008. Disponível em <http://www.ufgd.edu.br/reitoria/neab/downloads/os-novos-quilombos-luta-pela-terra-e-afirmacao-etnica-no-brasil-1988-2008-2013-aldemir-fiabani-1> > Acesso em: 22 mai. 2016.

_____. **Mato, palhoça e pilão:** o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançado. **Brasil: 500 anos de luta pela terra.** Revista de Cultura Vozes. 1 ed. Petrópolis-RJ, 2000. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/outras_publicacoes/Brasil%20500%20anos%20de%20luta%20pela%20terra%20.pdf> Acesso em: 15 out. 2015.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** Vol. 2. São Paulo: Ática, 1978.

FOUCAULT, Michael. O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault,** Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 1999.

_____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GODINHO, Thalyta Fernandes. Análise genética de matrizes de caryocar brasiliense utilizando marcadores moleculares microssatélite. 2013. 34 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2013. Disponível em: <<http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/489>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

GOMES, Ana Paula dos Santos. A educação para as relações étnico-raciais a partir do patrimônio cultural negro: Educação patrimonial da cultura afro-brasileira e os (as) intelectuais negros (as). **Revista Educação e Diversidade: Estudos e Pesquisas**, Recife-PE. V.1. 2009. Disponível em: < https://www.ufpe.br/cead/estudosepesquisa/textos/ana_paula1.pdf> Acesso em: 15 nov. 2015.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: Um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** - Introdução ao Estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. **Novos estudos**, n. 43. Novembro, 1995. 19 p. Disponível em:< http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/77/20080626_racismo_e_anti_racismo.pdf>. Acesso em: 26 out. 2015.

GUIMARÃES, Leticia de Castro; *et al.* Direitos territoriais e povos remanescentes de quilombos: mapeamento dos territórios quilombolas no Brasil e em Minas gerais. In: XXV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. **Território em disputa: os desafios da Geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro**. 15 a 19 de outubro de 2012. Uberlândia-MG Disponível em: < http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1233_1.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2016.

HALL, Stuart; A Identidade Cultural na pós-modernidade. 7 ed. Tradução Thomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 102 p.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdade raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HEREDIA, Beatriz Alásia. **A morada da vida:** trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades – População Estimada Minas Gerais – São Francisco.** 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=316110&search=minas-gerais|sao-francisco>>. Acesso em: 15 de jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010 - Minas Gerais.** 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31&dados=29>> Acesso em: 16 jan. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA - IPAM. **A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira.** Brasília: MMA, 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao30012009114114.pdf>. Acesso em: 01 Jun. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA- IPEA. **Dossiê mulheres negras:** Retrato das condições de vida das mulheres negras do Brasil. MARCONDES, Mariana Mazzini; *et al.* (Org.). Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <[file:///D:/- %20Documentos%20n%C3%A3o%20delete%20backup%20dia% 2025-07-15/Downloads/ dossie_mulheres_negrasipea%20\(1\).pdf](file:///D:/-%20Documentos%20n%C3%A3o%20delete%20backup%20dia%202025-07-15/Downloads/dossie_mulheres_negrasipea%20(1).pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2015.

IORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, J. O, ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza.** Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. Disponível em:<<http://187.45.205.122/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

JODELET, Denise. **Representações sociais:** um domínio em expansão. Tradução Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica Alda Judith Alves Mazzotti. UFRJ - Faculdade de Educação, dez. 1993. Título original: Représentations sociales: un domaine en expansion. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/media/3432753/jodelet-drs-um-dominio-em-expansao.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2015

JORGE, Amanda Lacerda. Políticas de desenvolvimento, povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas: Considerações sobre o quilombo da Lapinha. **Revista Cadernos do LEME**, Campina Grande, vol. 4, nº 2. Jul./Dez. 2012. Disponível em: <<file:///D:/%20Documentos%20n%C3%A3o%20delete%20backup%20dia%2012-05-15/Downloads/77-269-1-PB.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2015.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: _____. (Org) **Negros no Sul do Brasil – invisibilidade e territorialidade.** Ilha de Santa Catarina/SC: Letras Contemporâneas, 1996.

_____. **Os Quilombos no Brasil:** Questões conceituais e normativas. Florianópolis: NUER/ UFSC, 2000.

LEÓN, Magdalena. Empoderamento: Relaciones de las mujeres con El poder. **Revista Estudos Feministas**, v.8. n.2. 2000. Este artículo es una versión de ia introducción al libro Poder y Empoderamiento de las Mujeres, editado por LEÓN, Magdalena. Bogotá: Tercer

Mundo, 1997. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11935/11201>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

LISBOA, Teresa Kleba. **O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas carvalhp**Santa Catarina. Florianópolis-SC, 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/6-empoderamento-teresa_kleba_lisboa_11.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2015.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropológica, Brasília. 2002. Disponível em: < <http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/paullittle.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESSOTTO, Zelia Maria Neves. **Antropologia**: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1992.

MARQUES, Carlos Eduardo; GOMES, Lílian. A constituição de 1988 e a resignificação dos quilombos contemporâneos: Limites e potencialidade. 2013. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 28, no. 81 fev. 2013 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n81/09.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.

MARTINS, Cynthia Carvalho; *et al.* Dossiê dos conflitos e ameaças de morte contra quilombolas do Maranhão Quilombolas: Reivindicações e judicialização dos conflitos. ALMEIDA, Alfredo Wagner Bero de [*et al.*] (Org.). **Caderno de Debates Nova cartografia Social**. V. 01. n.03, 2012. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. UEA Edições.

MENEGAT, Alzira Salete, FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de: **Pronaf mulher**: Perspectivas para o empoderamento feminino nos assentamentos rurais do Estado de Mato Grosso do Sul. In: VIII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, Porto de Galinhas - PE, 2010.

MENDES, Neilson Silva; *et Al.* Cultura e território: Uma relação de poder com o espaço dominado. **Revista Espacios**, Caracas - Venezuela, v. 36, n. 08, Año 2015. Disponível em:<<http://www.revistaespacios.com/a15v36n08/15360817.html>>. Acesso em: 24 out. 2015.

MINAS GERAIS. Universidade Estadual de Montes Claros. Centro de Estudos da Convivência com o Semiárido (Org.). **Índice de Desenvolvimento Humano – 2010**. [Montes Claros] 1 mapa. 207 x 210mm. Disponível em: <http://www.cecs.unimontes.br/images/biblioteca_virtual/mapas/mesorregioes/norte_minas/NORTE_DE_MINAS_IDH_2010_A4.pdf> . Acesso em: 20 fev. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de S; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementariedade? **Revista caderno de saúde pública**, Rio de Janeiro: V. XIV, nº. 1993. Disponível em: < <http://pt.slideshare.net/fernandacarneiroleao/goncalves/qualitativo-quantitativo-minayo>> Acesso em: 07 ago. 2015.

MONTEIRO, Karoline dos Santos. **As Mulheres Quilombolas na Paraíba: Terra, trabalho e território**. 2013. 233f. Dissertação. (Mestrado em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba 2013. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/karoline_monteiro.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2015.

MORAES, Dênis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: A contribuição teorias de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre-RS, v.4, n.1. jan.-jun. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/12420/8298>>. Acesso em: 28 out. 2015.

MOURA, Glória. **As festas nos quilombos contemporâneos e a formação da identidade étnica. 97ST0221**. In: XXI Encontro Anual da ANPOCS. 1997. 21 a 25 de outubro, Caxambu-MG. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5216&Itemid=360>. Acesso em: 11 nov. 2015.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo. In: **Revista Iberoamericana**, Espanha, Portugal. v. 11.n. 42. 2011. Disponível em: <http://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Iberoamericana/42-2011/42_Cantarino.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2015.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Quilombos: Identidade étnica e territorialidade. In: _____ (Org). **Os quilombos do Trombetas e do Erepecuru – Cuminá**. 1.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2 ed. Brasília/São Paulo: Editora Paralelo15; Editora UNESP, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Convenção n. 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais**. 2011. Disponível em <portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf >. Acesso em: 20 jul. 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/Artigos%20PS%20Mest%202014/Andre%20Capraro/memoria_e_identidade_social.pdf >. Acesso em: 15 fev. 2015.

RODRIGUES, Luciene. Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente. In: OLIVEIRA, Marcos F. M. de. *et al.* (Org.). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Ed. Moderna. 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ALMEIDA, Suely Souza. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SALGADO, Hebert Canela, SANTOS, Rosselvelt José dos. Etnoturismo, complexidade territorial e populações tradicionais: A territorialização do turismo nos espaços culturais quilombolas. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, número Especial EGAL, II Semestre 2011, pp. 1-18. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/1890/1794>>. Acesso em: 15 nov.2015.

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade: O local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Salvador/ Rio de Janeiro: Ed. Dallas, 2004.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos; SILVA, Ricardo dos Santos. In: XXXV Encontro Anual da ANPOCS. Montes Claros, agosto de 2011. **Desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais**. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=881&Itemid=353>. Acesso em: 28 jan. 2016.

SANTOS, Gildásio Alves do. **Memória, identidade e linguagem: A Comunidade Quilombola do Quenta Sol (Tremedal-BA)**. 2013.194f. Dissertação. (Mestrado em Letras: Cultura, Educação e Linguagens) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB. Vitória da Conquista, Bahia. 2013. Disponível em: <http://www.uesb.br/ppgcel/dissertacoes/2011/Dissertacao_Gildasio.pdf> Acesso em: 04 de fev. 2016.

SANTOS, Maria José dos. Mulheres quilombolas: é acervo de nossa história. **Revista Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v.2, n.1, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ci/article/view/14142/8768>>. Acesso em: 13 set.2015.

SANTOS, Susi Karla Almeida. **“A gente não tinha nenhum direito a nada”**: Representações sobre quilombos e remanescentes de quilombolas. 2013. 174f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual de Montes Claros - Montes Claros. 2013. Disponível em: <<http://www.cch.unimontes.br/ppgh/Dissertacoes/Dissertacao%20-%20Susi%20Karla.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

SANTOS, Simone Ritta dos. **As Comunidades Quilombolas: As lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública**. 2012. 194 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5117/1/000437321-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 15 de nov. 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira**. 1.ed. São Paulo. 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e realidade**, Porto Alegre, Vol. 16, ano II, 1995. Revisão Tomaz Tadeu da Silva. Artigo originalmente publicado em *Educação & Realidade*, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990. Tradução Guacira Lopes Louro da versão francesa *Les Cahiers du Grif*, nº 37/38. Paris: Editions Tierce, 1988.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE COMUNIDADES REMANESCENTES DOS QUILOMBOS. **Comunidades e Territórios Quilombolas Autoidentificados em Minas Gerais**. 2015. Disponível em:<http://laced.etc.br/site/sistema_quilombo/mapas.php> Acesso em: 05 fev. 2015.

SILVA, Nicemara Cardoso. **Interseção de Raça, Gênero e Classe: Uma Análise dos Regimes de Desigualdade Expostos Pelos Relatos de Mulheres Negras num Web Blog**. In: XXXVIII Encontro da ANPAD, setembro. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_EOR709.pdf>. Acesso em 01 Jan. 2015.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **Desenvolvimento e sustentabilidade nos cerrados: o caso do sertão norte mineiro**. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (org.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Editora da Unimontes, 2000.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CEAQ, CED, 1995.

SILVA, M. C. A. de M da.; ÁVILA, V. F. de.; MACIEL, J. de C. Religiosidade e sentimento de pertença: Considerações acerca da festa em homenagem a São João Batista a da missa afro na Comunidade Remanescente de Quilombo “São João Batista”- Campo Grande/MS. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá-PR, Ano III, n. 8, Set. 2010. Disponível em: < <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf7/04.pdf>>. Acesso em 08 de fev.2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e Diferença**: perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

SOUZA, Maria Aparecida de Oliveira. **As mulheres, a comunidade de conceição e suas lutas**: Histórias escritas no feminino. 2006. 146f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade de Brasília. Brasília, 2006. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2333/1/2006_MariaAparecidaOliveiraSouza.pdf> Acesso em: 22 out. 2015.

SOUZA, Patrícia Borba de; ARAÚJO, Klariene Andrielly. 2014. A mulher quilombola: Da invisibilidade à necessidade por novas perspectivas sociais e econômicas. Direitos, Gênero E Movimentos Sociais. II CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI. **A Humanização do Direito e a Horizontalização da Justiça no Século XX**. 05 a 08 de novembro de 2014. Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa – PB. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod= e0433ffcc207263b>>. Acesso em: 25 maio 2015.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Tradução de André Villalobos. Campinas-SP: Editora da Unicamp. 2006. Título original: The gender of the gift: problems with women and problems with society in Melanesia.

SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino ou “A hora e a voz do nomadismo identitário?”. **Textos de História**, Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB. Brasília, vol. 8. nº 1-2. 2000. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5904/4881>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

TEDESCHI, Losandro Antonio. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas no Brasil: Uma ferramenta necessária. **Anuário de Hojas de Warmi**, Barcelona –Espanha, n.15, 2010. Disponível em: < <http://www.raco.cat/index.php/HojasWarmi /article/viewFile/208561/277748>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História oral. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TOLEDO, Vitor, M. **Povos/ comunidades tradicionais e a biodiversidade**. Tradução Prof. Antônio Diegues. Instituto de Ecologia, UNAM, México, 2001. Título Original: Indigenous Peoples and Biodiversity. Disponível Em: < <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/VITOR%20TOLEDO%20povos%20e%20comuniades%20PRONTO%20%281%29.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. Título original: *Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss der verstehenden Soziologie*.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v. 1. nº.1. 2010. Disponível em: < <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/20/10> >. Acesso em: 15 set. 2015.

WOORTMANN, Ellen F; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. . Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.